

23 — CORUMBÁ

Movimento financeiro:

Verbas distribuídas.....	207 :928\$000
Despesas realizadas.....	113 :115\$300
Saldo.....	94 :812\$700

Movimento de mercadorias:

		Toneladas métricas
Importação estrangeira.....	3.190	
» de cabotagem.....	4.875	8.065
Exportação estrangeira.....	2.205	
» de cabotagem.....	3.717	5.922
Total.....	—	13.987

Movimento de embarcações:

		Toneladas de registro
Navios nacionais.....	401	48.352
» estrangeiros.....	30	17.284
Totais.....	431	65.636

Fundos decorrentes de obrigações contratuais e legais:

Renda da taxa adicional de 10 % papel.....	87 :023\$600
---	--------------

ESTUDOS

Os trabalhos das diversas comissões incumbidas de realizar estudos sobre o regime de portos e tráfego fluvial correram com regularidade e aproveitamento.

Comissão de estudos dos portos de Macau e Areia Branca — Essa comissão terminou os seus serviços em agosto de 1935. Foram estudadas as barras do rio Mossoró (Areia Branca), do rio Assú (Macau)

e "Barra da Ilha", a nove quilômetros ao sul da barra do Rio Assú (Macau), praticando-se o reconhecimento do Rio Mossoró. Ainda a comissão realizou estudos sobre a questão salineira.

Comissão de estudos do porto de Itajaí e Rio Cachoeira — Os trabalhos terminaram em novembro de 1935, sendo estudados a barra e o canal de acesso ao porto de Itajaí, bem como a bacia fluvio-marítima do rio Itajaí-Assú.

Também foi estudado o rio Cachoeira, compreendendo a lagôa de Saguassú, até a cidade de Joinville.

Comissão de estudos do porto de Aracajú e canal do rio Fundo — Os estudos foram encerrados em janeiro de 1935, com os trabalhos na barra e no canal de acesso de Aracajú e parte do estuário do rio Cotinguiba ou Sergipe. Igualmente efetuou-se o reconhecimento no Canal do Rio Fundo.

Comissão de estudos do canal Santa Maria (Sergipe) — Após os estudos, foram iniciados os trabalhos de abertura do canal, tendo por objetivo ligar os rios Cotinguiba e Vasa Barris. Tais trabalhos foram terminados no último trimestre de 1935, numa extensão de 5.300 metros, com a largura, no fundo, de quatro metros e á cota — um metro. No ano corrente deve ser iniciado o revestimento das margens.

Comissão de estudos dos rios Tocantins e Araguaia — Os trabalhos de levantamento do rio Ara-

guaia e parte do Tocantins foram realizados, estudando-se correntes e descargas dos mesmos. O levantamento de algumas corredeiras foi praticado, completando-se com estudos geológicos e coleta de dados meteorológicos, das condições de navegabilidade e das condições econômicas da região, e ainda sobre a fauna e flora da zona.

O Araguaia foi estudado desde o chamado "Registo do Araguaia" até a sua confluência com o Tocantins, e este último abrangido desde o Porto Nacional até a cidade de Marabá.

O rio das Mortes foi explorado numa extensão de cerca de 60 quilômetros.

A comissão se internou pelo rio Vermelho, fazendo-lhe o levantamento topográfico numa extensão de 40 quilômetros, a partir da sua confluência com o Araguaia. Também foram explorados cerca de 20 quilômetros do rio Crixás e cerca de 30 do rio do Peixe.

Comissão de estudos do porto de Amarração e Canal de São José — Foram feitos os estudos do porto de Amarração e do canal de acesso à cidade de Parnaíba (Canal de S. José), principal emporio comercial do Estado, encerrando-se os trabalhos em abril de 1935.

Comissão de estudos do porto de Antonina e Rio Iguassú — Foi anexada à Fiscalização de Paranaguá, em março de 1935, tendo feito trabalhos de desobstrução e levantamentos topográficos, que ainda prosseguem.

NOVAS TARIFAS PORTUARIAS

No decorrer do ano de 1935, procedeu-se ao estudo das novas tarifas de 10 portos organizados, uniformizando as suas taxas quanto á especie, incidencia e denominação, de acôrdo com os termos do decreto n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

A' medida que ficavam concluidos, eram submetidos á apreciação e aprovação, na seguinte ordem:

Belém — Portaria n. 705, de 5 de setembro de 1935.

Recife — Portaria n. 746, de 23 de setembro de 1935.

Manaus — Portaria n. 751, de 30 de setembro de 1935.

Rio de Janeiro — Portaria n. 795, de 9 de outubro de 1935.

Santos — Portaria 853, de 29 de outubro de 1935.

Ilheus — Portaria 874, de 8 de novembro de 1935.

Natal — Portaria 875, de 8 de novembro de 1935.

Cabedelo — Portaria 894 A, de 11 de novembro de 1935.

Paranaguá — Portaria 900, de 18 de novembro de 1935.

Baía — Portaria 39, de 21 de janeiro de 1936.

As novas tarifas já se encontram em vigor, á exceção das de Ilheus e Baía, que ainda não venceram os prazos fixados para a sua vigencia.

NAVEGAÇÃO

Os serviços das empresas e companhias de navegação apresentaram, em 1935, o seguinte movimento:

Lloyd Brasileiro:

Subvenção anual.....	20.000 :000\$000
Importancia paga por viagens.....	15.601 :586\$856

Companhia Nacional de Navegação Costeira:

Subvenção anual.....	7.020 :000\$000
Importancia dispendida.....	5.947 :642\$300

The Amazon River Steam Navigation Company (1911), Ltd.

Subvenção anual.....	3.000 :000\$000
Importancia paga.....	2.999 :985\$200

Serviço de Navegação do Autazes:

Subvenção anual.....	96 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	96 :000\$000

Empresa de Navegação dos rios Mamoré-Guaporé:

Subvenção anual.....	150 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	150 :000\$000

Navegação do Alto Tapajós:

Subvenção anual.....	36 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	36 :000\$000

Empresa Lloyd Maranhense:

Subvenção anual.....	100 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	37 :859\$000

Companhia Fluvial Maranhense:

Subvenção anual.....	99 :654\$000
Pagamentos efetuados.....	37 :859\$000

Empresa Clemente C. Cantanhede:

Subvenção anual.....	60 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	60 :000\$000

Empresa de Navegação do Baixo São Francisco:

Subvenção anual.....	100 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	100 :000\$000

Empresa de Viação do São Francisco:

Subvenção anual.....	400 :000\$000
----------------------	---------------

Despesas realizadas, em apuração.

Navegação Mineira do São Francisco:

Subvenção anual.....	300 :000\$000
Pagamento por viagens realizadas...	295 :840\$000

Serviço de navegação do Alto-Paraná:

Subvenção anual.....	150 :000\$000
Pagamentos efetuados.....	150 :000\$000

Companhia Comercio e Navegação:

Não tem subvenção, porém mantém contrato com o Governo para as linhas Rio-Pará, Rio-Porto Alegre, Rio-Amarração ou Tutoia.

Sociedade Anonima Lloyd Nacional:

Não tem contrato, mas é fiscalizada, em virtude de terem os seus navios regalias de paquetes.

Empresa de Navegação Hoepke:

Não tem contrato, mas é fiscalizada por gozarem os seus vapores regalias de paquetes.

Navegação dos rios Tocantins e Araguaia:

A subvenção votada para 1935 foi de 300:000\$, não tendo havido serviço subvencionado mediante contrato.

Navegação do rio Parnaíba:

Foi concedida uma verba de 150:000\$, que não teve aplicação por falta de contrato.

Saneamento da Baixada Fluminense:

Permanecem em atividade os serviços de saneamento da Baixada Fluminense. Tomaram-se, ainda, recentemente, diversas providencias, visando ampliar os trabalhos e aumentar o rendimento das obras empreendidas.

A aplicação dos recursos orçamentarios, pela respectiva comissão, foi a seguinte:

Verba distribuida.....	3.420:000\$000
Despesas realizadas.....	3.395:433\$450
Saldo.....	<u>24:566\$550</u>

Durante o ano, foram desobstruidos cerca de 425 quilometros de cursos d'agua, assim distribuidos pelas quatro grandes regiões em que se divide a Baixada Fluminense:

	Km.
Baixada de Sepetiba.....	142.250
> de Guanabara.....	133.949
> de Araruama.....	11.940
> de Goitacases.....	136.073
Total.....	<u>424.212</u>

Procedeu-se á conservação dos trabalhos feitos, em 1934, na bacia do Rio São João, num total de 14 quilometros, tendo melhorado muito as condições de salubridade da região.

Reconstruíram-se em Macaé 71^m,31 de cais de saneamento, que havia desmoronado.

Efetuuou-se a dragagem do rio Guandú-Mirim, desde a confluencia com o Guandú-Assú, até o Ponto do Almoço, na extensão de 2^m,940, com resultados evidentes para o saneamento das terras ribeirinhas.

Reparou-se todo o aparelhamento de dragagem de que dispõe a Comissão, realizando-se estudos detalhados para o conhecimento da topografia, hidrografia e regime dos rios da Baixada. Foi feito o levantamento de 221 quilometros de cursos dagua, registando-se as observações de 50 postos hidrometricos e pluviometricos instalados e efetuando-se 39 medições de descarga.

OBRAS CONTRA AS SECAS

Em cumprimento ao art. 177 da Constituição, foram consignados ás obras de combate aos efeitos das secas no nordeste 57.573:200\$, dos quais, por disposição do Poder Legislativo, destinaram-se a prolongamentos e melhoramentos na Rêde de Viação Cearense, 3.000:000\$, e depositados na Caixa Especial, na forma do § 1º daquele artigo, 14.393:300\$000.

Com os 40.179:900\$ prosseguiram os trabalhos a cargo da Inspetoria.

AÇUDAGEM PUBLICA E IRRIGAÇÃO

Foi concluído o açude "General Sampaio", no municipio de Canindé, Ceará, o maior até hoje construído no Nordeste, com 322.000.000 de metros cubicos, com o que garantirá a irrigação das varzeas do Rio Curú. Aumentou de 33 %, relativamente á de 1934, a capacidade total da açudagem nordestina.

Estão também concluídos os açudes "São Gonçalo" e "Condado", na Paraíba; o "Itans", no Rio Grande do Norte, e "Jaibara", no Ceará, com as capacidades, respectivamente, de 44.600.000, 35.000.000, 81.750.000 e 104.000.000 metros cubicos.

Continuam os trabalhos do "Piranha", na Paraíba, do "Inharé", no Rio Grande do Norte, do "Cachoeira", em Pernambuco, e do "Macaúbas", na Baía.

Quanto á irrigação, foi concluído o canal Sul do alto Piranhas, com 10 quilometros de extensão, dominando 2.000 hectares nas varzeas de Souza; teve andamento a construção dos canais secundarios do "Lima Campos", com eficiencia sobre 1.000 hectares, e as pequenas rêdes da "Forquilha", no Ceará, para 550 hectares e "Condado", para 800.

AÇUDAGEM POR COOPERAÇÃO

Dos 45 açudes particulares, em construção durante o ano de 1935, com a capacidade total de acumulação de 130.000.000 de metros cúbicos, foram terminados: "Castro" (830.300^{m³}), "Cesario" (511.500^{m³}), "Ingá" (1.200.000^{m³}) "Inhanduba" (6.274.800^{m³}) "Pacovas" (1.785.500^{m³}) e "Pirajú" (2.609.300^{m³}), no Estado do Ceará, e "Namorado" (2.119.000^{m³}), na Paraíba.

PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS

A margem das rodovias troncos e em cooperação com Estados, ou municípios, foi concluída a perfuração de 101 poços, sendo 12 públicos e 89 em cooperação, assim distribuídos: 39, no Ceará, 6 no Piauí, 10 no Rio Grande do Norte, 4 na Paraíba, 10 em Sergipe e 23 na Baía.

Todos esses poços correspondem a uma vazão horaria total de 354.000 litros, ou seja, em média, 4.250 litros.

SERVIÇOS RODOVIARIOS

Além da conservação da extensa rede rodoviaria existente, foi atendida a construção, com emprego intensivo de aparelhagem mecanica, de 57 quilometros de estradas e 30 quilometros de ramais, reconstruídos 16 quilometros de linhas troncos, con-

cluidas varias ligações e 16 pontes, com 225^m,50 de extensão total, 41 pontilhões, 76 boeiros e 43 drenos, além de reconstruções e ampliações em 34 pontilhões e 25 boeiros.

Releva acentuar a conclusão da ligação Fortaleza-Russas, no Ceará, com 163 quilometros e a da terraplenagem do ramal João Pessoa-Goiana, com 60 quilometros.

REFLORESTAMENTO E PISCICULTURA

A Comissão de Reflorestamento, possuindo já 11 centros de trabalho, prosseguiu as instalações dos de Condado e Itabaiana, distribuiu mudas e sementes a agricultores e realizou investigações e experiencias sobre sólos irrigaveis, pomicultura, silvicultura, horticultura e fenação; procedeu ao levantamento agrologico das terras irrigaveis do "Alto Piranhas" e iniciou, no sistema "Lima Campos", em conexão com os ensaios de irrigação sistemática, estudos de drenagem superficial e subterranea.

A Comissão de Piscicultura procedeu a estudos de linologia em diversos açudes, e de aclimação ao meio nordestino de varias especies, realizando numerosas experiencias, no sentido de seu aproveitamento em postos de criação a serem instalados.

DESPEAS EFETUADAS

As despesas feitas pela Inspetoria de Obras contra as Secas atingiram a 40.322:135\$050, assim distribuidas:

Administração.....	3.499:900\$800
Almoxarifados.....	10.364:994\$431
Açudagem publica.....	15.789:108\$250
Açudagem particular.....	1.852:632\$800
Estradas.....	4.386:342\$950
Estudos topograficos.....	1.488:768\$900
Hidrometria.....	187:280\$900
Irrigação.....	375:835\$800
Poços.....	397:530\$319
Piscicultura.....	360:202\$900
Reflorestamento.....	1.198:670\$000
Diversas despesas.....	420:867\$000

Na importancia referente a estradas foram incluidos 456:334\$500, por conta da verba 10ª da Comissão de Estradas de Rodagem Federais.

CORREIOS E TELEGRAFOS

O movimento dos serviços de comunicações postais e telegraficas progrediu notavelmente, em confronto com os do ano anterior.

Quanto aos correios, cresceu a correspondencia com valores e o trafego por via aérea e tambem a expedição de vales nacionais. Continuando suspenso o de internacionais, foram apenas pagos titulos dos correios dos Estados Unidos, do Japão e da Espanha.

O numero de telegramas, por via eletrica e pelo radio, incluidos os destinados ao exterior, ascendeu a 9.869.882, contendo um total de 175.424.096 palavras, ou sejam mais 997.744 do que no ano de 1934.

Foram adquiridas na Inglaterra nove estações radio-telegraficas possantes, das quais seis tambem radio-telefonicas. Destas ultimas já foram instaladas: tres, nesta Capital, uma, na do Salvador, uma, em Recife, devendo a outra ser instalada em Porto Alegre.

A Escola de Aperfeiçoamento, que vem produzindo resultados vantajosos, para a repartição e para o proprio pessoal, diplomou 17 funcionarios.

REPARTIÇÕES E LINHAS

Funcionaram, com regularidade e eficiencia, além da Diretoria Geral, 29 diretorias, 4.627 sucursais e agencias, 1.498 estações telegraficas e telefonicas e 120 postos telefonicos para verificação de linhas telegraficas.

As linhas postais, na extensão total de 106.369^{km},802, servidas por 3.212 condutores de malas, tiveram aumento de 15 condutores, tendo tambem crescido o trafego postal por automoveis.

A rède telegrafica, acrescida com as construções no Paraná, Minas, Baía, Pará e Goiaz, alcançou 60.429^{km},356 com 117.287^{km},041 de fios.

Os telefones oficiais do Distrito Federal tambem aumentaram, sendo atualmente de 443^{km},196 com 3.645^{km},892 de fios.

PATRIMONIO E OBRAS NOVAS

A situação de precariedade do antigo edificio, que não comportava os serviços, exigiu, de modo inadiavel, a sua reconstrução completa, cujo custo atinge a 2.580:924\$500. Iniciados os trabalhos em dezembro de 1934, estarão concluidos em junho de 1936, quando os serviços voltarão a funcionar naquele local.

O patrimonio do Departamento, que contava 384 proprios nacionais, avaliados em 54.295:260\$226, dos quais 94 construidos a partir de 1932, pela importancia de 11.549:534\$201, foi acrescído, em 1935, dos tres grandes predios das Diretorias Regionais do Maranhão, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, edificados os tres por 2.020:841\$750.

Foram realizados melhoramentos diversos na estação central telegrafica e muitas obras de adaptação de repartições fundidas.

Estão em acabamento instalações apropriadas para as Diretorias Regionais da Baía e Mato Grosso e para a agencia postal-telegrafica de Campo Grande, nesse ultimo Estado.

OFICINAS

As oficinas continuam prestando grande auxilio á execução dos serviços, com apreciavel economia para os cofres publicos.

Além de construirem o mobiliario e utensilios necessarios ás repartições postais-telegraficas, exe-

cutam todos os trabalhos tipograficos de impressão de formulas, livros, etc., por estas utilizados.

A secção electro-mecanica fabricou 2.505 peças aparelhos e accessorios, 19.640 colares de malas postais e 9.756.000 de fechos de chumbo. Só nesses ultimos houve uma economia de 600.000\$, relativamente ao preço pelo qual, anteriormente, eram adquiridos a uma firma estrangeira.

Alóra isso, o aproveitamento de malas, bolsos e sacos, concertados na correiaria, tem poupado as despesas de aquisição de material novo.

MOVIMENTO FINANCEIRO

A renda industrial arrecadada pelos dois serviços alcançou o total de 87.865:980\$300, sendo:

Correios.....	58.607:012\$300
Telegrafos.....	29.258:968\$000

Os gastos realizados para custeio dos trabalhos e pagamento de pessoal importaram em réis 126.199:710\$600.

Ao deficit resultante de 38.333:730\$300, não deve ser atribuido, entretanto, carater tão impressionante quanto á primeira vista parece assumir, porquanto cabe observar que não foram arrecadadas importancias relativas á correspondencia official, aos transportes aéreos e outros. Além disso, a despesa cresceu com o pagamento da gratificação dos telegrafistas durante o exercicio inteiro, enquanto, em 1934, só foi paga em um semestre.

Em suma, deixaram de ser arrecadados cerca de 20.000:000\$, tendo havido ainda acrescimos quasi do mesmo vulto nas despesas.

COMISSÃO TECNICA DE RADIO

Composta de tecnicos dos Ministerios da Viação, Guerra e Marinha, essa comissão emitiu 177 pareceres sobre questões relativas a radio-comunicações, tendo, entre outros trabalhos, elaborado instruções tecnicas para estabelecimento e funcionamento de estações radio-difusoras e um projeto de lei sobre ruidos parasitas, cuja adoção depende de aprovação do Poder Legislativo.

AERONAUTICA CIVIL

O Governo Federal continua a incentivar o desenvolvimento da navegação aérea.

Subvenciona atualmente as duas linhas de São Paulo-Corumbá-Cuiabá, com 1.865 quilometros de extensão e Belém-Manaus, com 1.500.

O Poder Legislativo autorizou a celebração de contrato com o Aerolloyd Iguassú S. A. para a linha de Curitiba á Foz do Iguassú, podendo ser prolongada até Assunção, caso o Governo do Paraguai conceda a necessaria autorização. O Executivo, entretanto, vetou esse projeto para evitar fosse prejudicada a instalação da Fabrica Nacional de Aviões, por cuja verba correria a subvenção para aquela linha aérea.

Alguns Estados, como Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e São Paulo auxiliam também os serviços de navegação aérea.

LINHAS AÉREAS NACIONAIS

Mantiveram seus serviços regularmente: a *Varig* (Viação Aérea Rio-grandense), o *Aerolloyd Iguassú*, com sede em Curitiba, voando a Florianópolis e São Paulo, e a *Vasp* (Viação Aérea São Paulo), voando a Rio Preto, e projetando, para breve, a linha São Paulo-Rio de Janeiro.

O Sindicato Condor Ltda. melhorou sua frota e estendeu até Fortaleza a linha iniciada em Porto Alegre, prolongando-a, para o Sul, a Buenos Aires e Santiago do Chile, em trafego mutuo com a linha internacional Stuttgart-Natal, da "Deustche Lufthansa".

A Panair do Brasil, além de manter regular a linha costeira Belém-Porto Alegre, iniciou outra de Rio de Janeiro a Fortaleza.

LINHAS INTERNACIONAIS

Com regularidade e rapidez, as comunicações com a Europa continuaram a ser feitas pela "Air France", pela "Deustche Lufthansa A. G." e pela linha de dirigiveis "Zeppelin", e com a America pela "Pan American Airways, Inc." que mantém a linha Buenos Aires-Miami. A ligação com a Bolivia, por trafego mutuo, em Co-

rumbá, com a Lloyd Aéreo Boliviano, que estivera interrompida em consequencia do conflito do Chaco, já se acha restabelecida.

RESULTADO DO TRAFEGO AÉRO-COMERCIAL

Desde sua instalação, em 1928, a navegação aérea comercial tem progredido consideravelmente.

Os resultados de 1935 foram:

Numero de vôos.....	3.374
Percurso quilometrico.....	3.720.240
Passageiros.....	25.592
Correio, em quilos.....	79.652
Bagagens, em quilos.....	325.102
Cargas, em quilos.....	161.720

AEROPORTOS

Prosseguiram intensamente os trabalhos de construção dos aeroportos do Calabouço para aviões e de Santa Cruz para dirigiveis, estando este ultimo em via de conclusão.

Ficou concluido o aeroporto para aviões terrestres em Fernando Noronha, cuja importancia nas ligações aéreas do Brasil com a Europa é desnecessario encarecer.

Além de melhoramentos nos aeroportos de Livramento, Bagé, Pelotas, Porto Alegre, da construção de campos de pouso em Torres e em Teresopolis, foi construido, por administração, o aeroporto de S. Lourenço.

Existem atualmente 41 aeroportos e campos de pouso sob a fiscalização do Departamento.

Impõe-se o balisamento das rotas aéreas pela adoção dos métodos modernos de sinalização noturna e de radiogoniometria.

SERVIÇO METEOROLOGICO

A principal finalidade pratica da meteorologia é, atualmente, a proteção á navegação aérea, pelas previsões de tempo irradiadas.

Embora prestando excelentes serviços, sob outros aspectos, precisa a rêde meteorologica de ser ampliada e sobretudo dotada de estações radioelétricas ao longo das rotas aéreas para transmissão das informações meteorologicas.

A experiencia adquirida após a fusão dos dois serviços, meteorologico e aeronautico, realizada pelo decreto n. 24.506, de 29 de junho de 1934, aconselha a revisão do regulamento sob o qual os mesmos funcionam, de maneira a tornar mais completa e mais util a colaboração da meteorologia á navegação aérea, aumentando, assim, a eficiencia desse novo meio de transporte.

FABRICAS DE AVIÕES

Após demorados estudos procedidos por uma da comissão de tecnicos especializados dos Ministerios Guerra, Marinha e Viação, para instituir, no Brasil, a fabricação de aviões, libertando-nos, assim, da industria estrangeira e proporcionando ás nossas forças aéreas recursos para renovação do material de vôo, foram iniciados, em setembro de 1935, os

trabalhos preparatorios para instalação dessa fabrica em Lagôa Santa, no Estado de Minas Gerais, local escolhido por oferecer, entre outras vantagens, francas possibilidades de pouso, quer para aviões terrestres, quer para hidro-aviões, devendo, além disso, ser tambem instalado, ali, em breve, o 4º regimento de aviação militar.

SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO

A iluminação publica e particular da Capital Federal pode ser apreciada resumidamente pelos dados seguintes:

ILUMINAÇÃO PUBLICA

A zona urbana da cidade teve mais 23 logradouros iluminados com 42 lampadas e os suburbios mais 595 lampadas. Distribuida melhor a luz pela supressão de 642 lampadas e instalação de 744, a iluminação publica era feita, a 31 de dezembro de 1935, por 26.679 lampadas eletricas, consumindo 39.442.366 KWH, ou sejam 335.242 mais do que em 1934.

ILUMINAÇÃO PARTICULAR

O consumo de energia eletrica para iluminação particular e outros usos domesticos cresceu de 101.840,723 KWH, em 1934, para 113.070, sendo o preço do KWH de \$631,74.

O numero de consumidores elevou-se a 173.024, ultrapassando em 9.911 o de 1934.

CONSUMO DE GAZ

Empregado presentemente só como combustivel, fabricou-se gaz num volume de 92.035.100 metros cubicos, por mistura de 57,3% de gaz de carvão e 42,7% de gaz de agua carburetado, com o poder calorifico, em média, de 4.335 calorias por metro cubico, a 0° e 760 milímetros.

Das 98.720 toneladas de carvão distilado para essa produção, foram empregados 3.161 de carvão nacional.

A rêde de canalizações teve um acrescimo de 27.423 metros lineares, o numero de consumidores cresceu de 5.637 e o volume consumido aumentou de 6.327.882, sobre as grandezas correspondentes em 1934, tendo sido o preço unitario de \$438,03.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

É fato de elementar compreensão, podendo ser facilmente apreendido, a diversidade de soluções que demandam os assuntos suscitados na esfera de ação dos serviços de agricultura.

O estado de economia e de técnica, as condições de transporte, os hábitos da vida e do trabalho agrário são obstáculos que obrigam a caminhar com precaução para evitar os ensaios mal sucedidos, que matam o estímulo e geram a desconfiança. Diante dessa conduta prudente, costuma-se, algumas vezes, taxar de morosa ou insuficiente a atividade do poder público. Postos de lado, mesmo, os entraves de ordem técnica e financeira, a verdade, porém, é que, tratando-se de um aparelhamento complexo, necessitado de coordenação, os resultados compensadores dependem, frequentemente, dos esforços conjugados da União e dos Estados.

Cumpré ressaltar, ainda, que as dotações habitualmente consignadas a qualquer dos ramos da ação administrativa do Ministério da Agricultura

ficam aquém das necessidades, não permitindo fazer sinão ensaios, remodelações parciais, aquisição moderada de meios para o aperfeiçoamento dos serviços.

Dependendo os progressos, nas culturas vegetais, de sementes selecionadas e maquinas aperfeiçoadas para beneficiar os produtos; na pecuaria, de custosas aquisições de exemplares puros que melhorem os rebanhos; e, nas explorações minerais, de maquinaria e utensilios de alto custo, além de tecnicos bem pagos e numerosos, facil se torna avaliar os esforços e tempo indispensaveis para a obtenção de resultados que exigem repetidas experimentações e pesquisas continuadas.

Muito se tem feito, todavia. Os indices de melhoramento da produção vegetal, animal e mineral, mostram-se expressivos e animadores, como se verá no decorrer desta exposição.

I

O plano de trabalho que o Ministerio da Agricultura vem executando, embora não composto de maneira expressa e clara, transparece, em seus grandes lineamentos, através da ultima reforma por que passou esse departamento, e dos principios que a nortearam, constituindo dois objetivos fundamentais:

1º. Garantir á tecnica federal, por força de lei, uma indiscutivel ascendencia sobre a dos Estados e a da iniciativa privada.

2º. Assegurar a organização e a continuidade de execução coordenada dos programas que por ela fossem predeterminados, mediante seu deslocamento do campo da administração propriamente dita para o dos Conselhos Tecnicos.

Para isso, foi o Ministerio dividido em tres grandes departamentos destinados a atender aos

tres reinos classicos da natureza — mineral, vegetal e animal — instituindo-se, desde logo, alguns Conselhos: o Tecnico da Produção, os Tecnicos Auxiliares, o Florestal, o de Expedições Cientificas e o de Caça e Pesca. Cada departamento passou a constituir um nucleo ministerial autonomo, com a sua diretoria geral, a sua secção de expediente e contabilidade, o seu instituto de pesquisas cientificas e o seu serviço de fomento. Foram criadas tres diretorias autonomas, subordinadas imediatamente ao Ministro — a de Expediente e Contabilidade, a de Estatistica da Produção e a de Organização e Defesa da Produção.

Até agora, esse plano de amplas e seguras proporções só pôde ser desenvolvido parceladamente. Restituído o país ao regime constitucional e faltando ao Governo meics para dar-lhe execução completa, terá de ser limitado a um minimo de realizações ou modificado em parte, de acôrdo com as necessidades dos serviços e observações da experiencia.

Isso posto, passemos em sucinta revista as atividades do Ministerio da Agricultura, dentro da orientação traçada e nos seus aspectos essenciais:

1. Ensino.
2. Pesquisa e Experimentação.
3. Defesa Sanitaria.
4. Fomento da Produção.
5. Organização e Defesa da Produção.

1 — ENSINO

Em materia de ensino tecnico de agronomia e veterinaria e de ensino profissional, o Ministerio atua:

1°. Mediante execução das leis federais que lhe asseguram a faculdade de organizá-lo e discipliná-lo em virtude do registo dos diplomas respectivos, indispensavel ao exercicio das funções, e dos cargos reservados aos agronomos e veterinarios.

2°. Pela manutenção da Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinaria, da Escola Agricola de Barbacena e de 10 Aprendizados Agricolas, situados no Pará, na Paraíba, em Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Baía, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O ensino das escolas superiores melhorou de maneira sensivel, no decurso de julho de 1934 a dezembro de 1935.

A Escola Nacional de Agronomia foi dotada de valiosos laboratorios e instalações que asseguram um padrão de ensino cada vez mais elevado, merecendo referencia especial os seus novos gabinetes de fisica, de botanica, de entomologia e de fito-patologia e os laboratorios de

química agrícola e de solos, modelarmente aparelhados.

Na de Veterinária, embora não tivesse havido melhoria de material, obteve-se um resultado mais apreciável pelo número de excursões efetuadas, inclusive uma de grande proveito que se estendeu á Argentina.

O ensino da Escola Agrícola de Barbacena foi igualmente ampliado pela aquisição de material e reforma das instalações, cogitando-se atualmente de construir novo edificio para o internato.

Quanto ao dos aprendizados, a inspeção neles efetuada revelou algumas falhas sensíveis, principalmente no tocante á orientação tecnico-agrícola. Dos 10 aprendizados mantidos pela União, apenas os de Paraíba e Alagôas são completamente satisfatórios.

Segue-se o quadro das matriculas e conclusões de cursos, nos anos de 1934 e 1935:

Escola Nacional de Agronomia

Anos	Matriculas	Diplomados
1934.....	59	12
1935.....	52	18

Escola Nacional de Veterinaria

Anos	Matriculas	Diplomados
1934.....	120	16
1935.....	98	30

Na Escola Agrícola de Barbacena e nos Aprendizados Agrícolas, o numero de matriculas, em 1935, era o seguinte:

Estabelecimentos	Numero de alunos
E. A. de Barbacena.....	284
A. A. do Acre.....	58
A. A. do Pará.....	137
A. A. da Paraíba.....	156
A. A. de Pernambuco.....	115
A. A. de Alagoas.....	98
A. A. de Sergipe.....	111
A. A. da Baía	177
A. A. do Rio de Janeiro.....	—
A. A. de Minas Gerais.....	119
A. A. do Rio Grande do Sul.....	170

VULGARIZAÇÃO TECNICA

Tendo em vista a imediata utilidade dos conhecimentos agrícolas, que não devem ficar adstritos aos institutos de ensino, mas estender-se, penetrando as mais vastas camadas de população rural, carecedoras, pelo geral, de noções praticas sobre amanho das terras e industrialização progressiva das culturas, o Ministerio promoveu reuniões, assembleias e exposições, realizando, na medida do possivel, semanas ruralistas, semanas de sementes e outros certames. Para isso, contou com o auxilio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Federação Rural do Rio Grande do Sul e da Escola de Viçosa, registando exitos que justificam mais amplo emprego desses processos de vulgarização dos conhecimentos científicos e praticos, applicados á agricultura.

As escolas são centros mais apropriados para esses trabalhos de vulgarização, conforme se tem observado em Viçosa, da mesma forma que os campos de demonstração e de cooperação constituem o sistema de maior aproveitamento, quando se trata de fomentar a produção.

CUSTO E EFICIENCIA

Analizando o custo e o rendimento do ensino mantido pelo Governo Federal, chegamos a resultados dignos de atenção.

ENSINO SUPERIOR

Escola Nacional de Agronomia.....	1.885:309\$000
Escola Nacional de Veterinaria.....	659:800\$000
Custo total.....	2.545:109\$000

Escola Nacional de Agronomia

VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO	CUSTO MEDIO POR ALUNO DIPLOMADO
1.885:309\$000	68	27:725\$132	110:900\$529

Escola Nacional de Veterinaria

VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO	CUSTO MEDIO POR ALUNO DIPLOMADO
659:800\$000	98	6:732\$653	21:993\$333

ENSINO MEDIO

Escola Agricola de Barbacena

VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO
605 :600\$000.....	60	10:091\$600

ENSINO ELEMENTAR

APRENDIZADOS AGRICOLAS	VERBA ANUAL	NUMERO DE ALUNOS	CUSTO MEDIO POR ALUNO
A. A. do Acre.....	296:200\$000	58	5:106\$890
A. A. do Pará.....	283:200\$000	137	2:067\$000
A. A. da Paraíba.....	279:200\$000	156	1:789\$730
A. A. de Pernambuco.....	374:200\$000	115	3:253\$913
A. A. de Alagoas.....	284:200\$000	98	2:900\$000
A. A. de Sergipe.....	334:200\$000	111	3:010\$900
A. A. do Rio de Janeiro.....	294:200\$000	—	—
A. A. da Bahia.....	439:200\$000	177	2:481\$350
A. A. de Minas Gerais.....	386:200\$000	119	3:245\$000
A. A. do Rio Grande do Sul.	288:200\$000	170	1:695\$294

2 — PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

Depois do ensino, o Ministerio tem como tarefa de sobrelevante importancia a pesquisa e a experimentação.

Para executá-la, no que diz respeito á produção de materias primas e substancias alimenticias, o Governo Federal possui os seguintes órgãos centrais:

1. Serviço Geologico e Mineralogico (D. N. P. M.)

2. Laboratorio Central da Produção Mineral (D. N. P. M.).

3. Instituto de Quimica Agricola (D. N. P. V.).

4. Instituto de Biologia Vegetal (D. N. P. V.).

5. Instituto de Biologia Animal (D. N. P. A.); e dispersos pelo país:

1. Rio de Janeiro — Estação Biologica de Itatiaia.

2. Paraná — Estação Experimental de Cereais e Leguminosas.

3. Rio de Janeiro — Estação Experimental de Cana de Açucar de Campos.

4. Pernambuco — Estação Experimental de Cana de Açucar de Curado.

5. Rio Grande do Norte — Estação Experimental de Plantas Texteis em Seridó.

6. Paraíba — Estação Experimental de Plantas Texteis em Alagoinha.

7. Pernambuco — Estação Experimental de Plantas Texteis em Surubim.
8. São Paulo — Estação Experimental de Café em Botucatú.
9. Minas Gerais — Estação Experimental de Café (em instalação).
10. Distrito Federal — Estação Experimental de Pomologia em Deodoro.
11. Distrito Federal — Estação Experimental de Agrostologia em Deodoro.
12. Minas Gerais — Estação Experimental de Sericicultura em Barbacena.
13. São Paulo — Laboratorio Central do Serviço Técnico do Café.
14. Paraíba — Laboratorio de Fibras em João Pessoa.
15. Distrito Federal — Laboratorio de Pomologia em Deodoro.

Além desses a União mantém, em acôrdo com os Estados, mais os seguintes:

1. Ceará — Estação Experimental de Plantas Texteis em Santo Antonio.
2. Pernambuco — Estação Experimental de Plantas Texteis em Vila Bela.
3. Alagôas — Estação Experimental de Plantas Texteis em União.
4. Sergipe — Estação Experimental de Plantas Texteis em Quissamã.

5. Baía -- Estação Experimental de Plantas Texteis em Entre Rios.

6. Minas Gerais — Estação Experimental de Plantas Texteis em Sete Lagoas.

7. Paraíba — Estação Experimental de Fruticultura Tropical em Espirito Santo.

8. Pernambuco — Estação Experimental de Fruticultura Tropical (em instalação).

9. Minas Gerais — Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Caldas.

10. São Paulo — Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Jundiaí.

11. Pernambuco — Estação Experimental de Viticultura e Enologia (em instalação).

12. Baía — Estação Experimental de Viticultura e Enologia (em instalação).

Cumprir registrar, como resultados praticos das atividades desses institutos, o seguinte movimento de estudos, analises, produção de sementes, mudas e vacinas:

1. SERVIÇO GEOLOGICO E MINERALOGICO

a) Estudo geologico, levantamento topografico e determinação de coordenadas geograficas no Territorio do Acre, tendo por fim a pesquisa de petroleo; no Gurupí, com o fim principal de estudar as formações auríferas; no Estado do Pará, nas regiões de Monte Alegre e Alenquer.

b) Em Pernambuco, estudo da possibilidade de agua subterranea em Goiana; no mesmo Estado, a abertura de galerias filtrantes, na extensão de 50 metros, com a secção de $1^m,80 \times 1^m,20$ no lugar denominado Gameleira, municipio de Novo Exú.

c) Estudos geologicos e levantamentos topograficos nos seguintes Estados: Baía (folha de Bonfim); Sergipe, Minas Gerais (municipios de Patos, Patrocinio e folha de Ouro Preto); Paraná (Rio Avaí e margens); Santa Catarina e Goiaz.

d) Inventario dos bens do Serviço, que montam a 853:897\$800.

2. LABORATORIO CENTRAL DE PRODUÇÃO MINERAL

a) Trabalhos analiticos: 1.032 analises de substancias minerais, com um total de 2.486 dosagens de elementos diversos. A maioria das analises foi requisitada pelos Serviços do Departamento, principalmente pelo Serviço de Fomento da Produção Mineral, continuando, mediante taxação modica, segundo tabela aprovada pelo Ministro, a se executarem trabalhos para particulares.

b) Diversos estudos de natureza tecnica ou cientifica, visando o aperfeiçoamento de metodos analiticos e a solução de problemas de interesse industrial.

3. INSTITUTO DE QUIMICA AGRICOLA

a) Estudo de adubações economicas, sobretudo da produção citricola na Baixada Fluminense, que já decresce por deficiencia alimentar. A correção racional desse inconveniente depende de investigações sobre a retenção dos adubos pelo sólo ou sobre a inutilização, também por condições peculiares aos varios sólos, do acido-fosforico.

b) Estudos dos inconvenientes notados na produção citricola, no que respeita aos frutos secos, atribuidos em grande parte á deficiencia alimentar, em que o fosforo parece desempenhar papel saliente. De modo geral, as adubações fosforadas estão sendo objeto de pesquisas, tanto nos laboratorios como no campo. Tais experiencias, algumas com a duração de quatro para cinco anos, estão sendo realizadas nas propriedades agricolas dos drs. Guilherme Weischenk e Rubem Farrulha.

c) Estudo do enriquecimento dos sólos nacionais em humus, por meio de adubações verdes. Os resultados até agora obtidos foram coroados de pleno exito, no tocante á quantidade de materias organicas e nitro-

genicas incorporadas ao solo. O que resta investigar é o lado economico, sem o qual não pode haver sua aplicação remuneradora.

d) Investigações em torno do fornecimento de alimentos minerais ás plantas, afim de estabelecer, com rapidez e segurança, criterios de fertilidade e dados para adubação. Essas questões estão tambem sendo encaradas do ponto de vista microbiologico, no que se refere á destruição da materia organica do sólo, que é rapidissima, entre nós.

4. INSTITUTO DE BIOLOGIA VEGETAL

a) Trabalhos experimentais de anatomia vegetal, fisiologia vegetal e de biologia vegetal, estes notadamente na Estação Biologica de Itatiaia.

b) Classificação pela secção de Entomologia de suas coleções de insetos e realização de algumas excursões a Goiaz, Rio de Janeiro e São Paulo, além da aquisição de uma notavel coleção de insetos, em São Paulo — a coleção Melser — com 25.000 insetos.

c) Pesquisas pela Secção de Fitopatologia sobre molestias verificadas no ca-

feeiro, laranjeira e mamoeiro, e preparo de um interessante programa, já executado, para o Congresso de Fitopatologistas, cujos resultados foram muito apreciáveis, graças ao comparecimento de técnicos da Capital e dos Estados, e realização de um proveitoso curso de extensão Universitária.

A secção de Genética, por deficiência de instalação e impropriedade de local, não pôde ainda oferecer resultados dignos de nota. O mesmo se verifica com a de Ecologia, desprovida de rês de observações meteorológicas e outros recursos técnicos.

O Instituto não tem podido alcançar os objetivos fixados para as secções de que se compõe, entre as quais algumas de relevante importancia, destinadas aos trabalhos de pesquisas agronomicas, tais como: a de Genética, Entomologia, Fitopatologia e Ecologia, principalmente por falta de técnicos especializados e instalações adequadas. A sua produção carece, por isso, de interesse.

O Instituto, que mantém intenso intercambio de trabalhos com os seus congeneres de todo o mundo, iniciou a publicação de uma revista especiali-

zada, *Rodriguesia*, e prosseguiu na dos seus *Arquivos*, de consideravel valia cientifica.

5. INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL

a) Trabalhos experimentais, entre outros relativos ao estudo da febre aftosa, ficando para esse fim concluida uma nova instalação dotada de meios de isolamento conveniente.

b) Estudo relativo á raiva dos herbívoros, chegando-se a resultados positivos no que respeita aos agentes transmissores, pela verificação de que o morcego hematofago é o principal deles. Embora o estudo seja de iniciativa dos veterinarios Alvaro Sales, Silvio Torres e do medico Esperidião de Queiroz Lima, só em 1935 atingiu conclusões precisas, por demonstrações praticas. Esse feito científico é de alta significação economica, porque facilitarà a erradicação da raiva nos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e de outros pequenos fòcos.

c) Produção de sôros e vacinas — 1.668.273 doses de vacinas em 1935, exclusive a produção de vacina anti-aftosa, de preparação ainda sujeita a estudos experimentais.

Resumo da produção do Instituto, de junho de 1934 a 31 de dezembro ultimo:

Produto	Numero de doses	Valor
Vacina anti-rabica.....	44.191	17:686\$400
> contra a pneumo-enterite.....	225.450	45:090\$000
> > o carbunculo-hematico...	446.760	67:014\$000
> > o carbunculo sintematico.	872.050	130:807\$500
> > a Borreliose.....	16.672	3:334\$000
> > a Pausterelose das aves...	29.100	2:910\$000
> > o epitelioma.....	34.050	3:405\$000
Sôro > a pneumo-enterite.....	190 20 cc.	570\$000
> para reação de Ascoli.....	590 5 cc.	885\$000
> contra o garrotilho.....	1.240 20 cc.	3:720\$000
> normal do cavalo.....	30	90\$000
Tuberculina.....	5.883	8:824\$500
Malcina.....	3.525	5:287\$500
Antigeno para B. abortus.....	700	35\$000
> > B. melitensis.....	700	35\$000
> colorido para pulcrosc.....	65 tubos	325\$000

Com alguns desses órgãos de pesquisa e experimentação, de julho de 1934 até dezembro de 1935, o Governo dispendeu recursos de grande vulto, multiplicando suas condições de eficiencia.

O Laboratorio Central da Produção Mineral foi remodelado, reorganizando-se os gabinetes de isico-quimica e espectrografia e adquirindo-se maior parte do aparelhamento necessario aos ensaios metalurgicos e tratamento de minerios e combustiveis.

O gabinete de espectrografia foi dotado de aparelhos para micro-pesquisas pelos raios X e pes-

quisas de estructura cristalina de metais e ligas metalicas, e para estudos dos metodos espectrais de analises quantitativas e determinação do pH das aguas e soluções salinas.

Construiu-se um pavilhão para o laboratorio de ensaios metalurgicos, no qual se prossegue na montagem de maquinaria para o tratamento de minerios de ouro, compreendendo uma instalação completa para a lavagem de aluviões auríferas argilosas, com a capacidade de 1,5 a 2 toneladas por hora; uma instalação para a britagem e moagem de minerios auríferos e auro-argentíferos, sua classificação posterior e concentração em mesas fixas ou oscilantes, ou por "flutuação" e "jigs"; e uma instalação Krupp Grusonwerk, moderna, completa, para a cianetação.

Está em montagem o aparelhamento necessario ao estudo das rochas bituminosas, piro-bituminosas e linhitos, visando-se o seu aproveitamento para a produção de gazolinas, oleos e sub-produtos, por distilação e hidrogenação.

A organização dessa secção se impôs para o exato estudo das possibilidades industriais dos nossos depositos de rochas oleíferas.

Prosseguiram os trabalhos das instalações destinadas á Estação Experimental de Cana de Açucar, em Curado, que ficará sendo um estabelecimento modelar no genero e onde foram invertidos, de 1934

a 1935, os recursos financeiros na importancia de 656:392\$, assim distribuidos:

Edificios.....	385:000\$000
Linha de fôrça.....	53:392\$000
Maquinaria agricola.....	108:000\$000
Material.....	80:000\$000
Diversas despesas.....	30:000\$000
Total.....	<u>656:392\$000</u>

Em 29 de abril de 1935, lançou-se a pedra fundamental das instalações da Estação Experimental de Café, de Botucatu, no Estado de S. Paulo, cujos serviços deverão aplicar-se exclusivamente no desenvolvimento da cultura racional do café. Daquella época até hoje, os gastos efetuados com as respectivas obras elevam-se a 865:341\$, assim distribuidos:

Construção e reforma de edificios.....	613:000\$000
Usina hidro-eletrica.....	56:453\$000
Material de laboratorio.....	57:174\$000
Maquinaria agricola.....	29:106\$000
Construção ferroviaria.....	52:000\$000
Diversas despesas.....	57:608\$000
Total.....	<u>865:341\$000</u>

3 — DEFESA SANITARIA

Em grau de importancia, após o ensino e a experimentação, segue-se a defesa sanitaria, que a União exercita através dos Departamentos de Produção Vegetal e Animal.

A ação mais proficua dos serviços federais de defesa sanitaria e de fiscalização das exportações

é desenvolvida pelo Ministerio nos centros de exportação de materias primas e produtos alimenticios e nos portos de importação de vegetais e partes de vegetais e animais.

A Diretoria de Defesa Sanitaria Vegetal atua pelos seguintes órgãos regionais:

1. Capital Federal....	Inspetoria anexa á Diretoria.
2. Pará.....	Inspetoria de Defesa Sanitaria de Belém.
3. Pernambuco.....	» » » » » Recife.
4. Baía.....	» » » » » do Salvador.
5. São Paulo.....	» » » » » de Santos.
6. Rio de Janeiro.....	» » » » »
7. Rio Grande do Sul.	» » » » »

Mantém, igualmente, serviços de inspeção nos portos de Manaus e Corumbá.

A defesa sanitaria animal se exercita pelas seguintes inspetorias:

1. Pará.....	Inspetoria regional de Belém.
2. Ceará.....	» » » Fortaleza.
3. Pernambuco.....	» » » Pernambuco.
4. Baía.....	» » » do Salvador.
5. Minas Geraes.....	» » » de Belo Horizonte.
6. São Paulo.....	» » » Barretos.
7. Rio Grande do Sul..	» » » Porto Alegre.

No atinente á defesa sanitaria, o que se tem conseguido fazer nos dois departamentos é muito pouco, relativamente ao que o Ministerio ainda deve realizar. Já estão encetadas duas grandes campanhas de capital interesse para os nossos agricultores: as de combate á saúva e á raiva.

Quanto á primeira, não se quís passar á pratica sem um previo exame do plano a seguir. Os estudos feitos para isso consistiram:

1º, na realização de um concurso nacional de ingredientes e processos de extinção de formigueiros;

2º, no levantamento estatístico e cartografico das tres grandes zonas em que se dividiu o país e suas subdivisões, com indicação aproximada do numero de formigueiros a extinguir.

O concurso, de extremo rigor, consistiu no tratamento de formigueiros de diferentes graus de desenvolvimento e colocados em terrenos de diversa posição e natureza, cabendo cinco a cada concorrente, tirados por sorteio dentro de cada classe. Abertos, um por um, e examinados, na presença do concorrente interessado e de outros, lavrava-se um termo descritivo da abertura. Durante os trabalhos, a comissão nomeada reunia observações de grande interesse. O relatorio por ela apresentado constitue um repositório de dados, informações e juizos tecnicos de indiscutível valor.

Ao mesmo tempo que se processava o concurso, a comissão de combate á saúva recolhia os dados remetidos pelos prefeitos, autoridades municipais e escolares, e fazendeiros de todo o Brasil, sendo

digno de registrar-se que nenhum outro problema jamais despertou tanto interesse.

Quanto á do combate á raiva, com o credito especial de 300:000\$, votado pelo Poder Legislativo, organizou-se imediatamente, nas regiões atacadas, um serviço de proteção do gado, de extinção de morcegos hematofagos e fabricação intensiva de vacinas.

O plano de combate e erradicação da zoonose, elaborado pela Diretoria do S. D. S. A., com a colaboração da Diretoria Geral e do Conselho Tecnico Auxiliar do D. N. P. A., compreende:

1. Vacinação sistemática dos rebanhos das zonas dominadas pelo mal.
2. Vacinação de emergencia para o caso de surtos mais violentos.
3. Combate aos agentes transmissores, especialmente ao morcego hematofago.

Para execução desse plano, além da colaboração, recomendada, de todos os serviços do Ministerio existentes nas regiões contaminadas, tomaram-se as seguintes providencias:

1. Organização de comissões locais de trabalho.
2. Instalação e reaparelhamento de laboratorios consagrados, exclusivamente, ao preparo da vacina anti-rabica, em Mato

Grosso, dos quais, dois fixos e um montado em chata de tração a vapor, e um em Santa Catarina, no município de Blumenau.

3. Transporte terrestre e fluvial rápido, tendo sido para isto adquiridos automóveis e lanchas para a distribuição de vacinas (lanchas para o Estado de Mato Grosso, onde as fazendas são servidas, em grande parte, por navegação fluvial).

4. Entendimento com os governos dos Estados, no sentido de auxiliarem a fabricação da vacina com o fornecimento dos animais que forem precisos, para o suprimento da massa nervosa necessária.

Entre as providencias imediatas e de carater mais amplo, que foram tomadas, ha a registrar:

1. Montagem de um laboratorio em S. Borja para o preparo da vacina.

2. Remessa de vacina, por avião, produzida nesta Capital e em Belo Horizonte.

3. Remessa desse produto, por via terrestre e maritima.

4. Criação de uma comissão que se encarregue, exclusivamente, do combate aos surtos de raiva naquele Estado.

Além do combate a essas pragas, consideradas de maior nocividade, têm os serviços de defesa sanitaria atuado contra as que atacam os plantios

de algodão, arroz e frutas cítricas, e contra outros males que assaltam os estoques pecuários, inclusive a imunização contra a *tristeza*, efetuada em 464 reprodutores bovinos importados da Europa e do Rio da Prata.

O Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, depois dos necessários exames, desembarçou, com a expedição de certificado de sanidade, os seguintes volumes de vegetais e partes de vegetais nos portos de:

	Volumes	Quilos	Plantas
Manaus.....	47.742	3.036.555	—
Belém.....	2.703	79.958	5
Recife.....	14.112	45.266.910	736
Salvador.....	4.965	154.491	118
Rio de Janeiro.....	1.787.610	311.740.368	3.901
Santos.....	4.881.581	326.354.690	8.031
São Francisco.....	1.409.936	32.215.364	10.504
Rio Grande.....	19.019	2.914.915	2.228
Porto Alegre.....	2.406	2.106.086	127
Corumbá.....	250	19.051	34
Total.....	8.169.982	721.876.478	26.284

Dentro do mesmo período expediu, para fins de exportação, certificados de sanidade referentes a vegetais e partes de vegetais nas quantidades e portos seguintes:

	Volumes	Quilos	Plantas
Belém.....	461	26.338	122
Recife.....	488.141	26.797.044	1.167
Salvador.....	8.018	480.740	247
Rio de Janeiro.....	69.107	3.764.120	11.147
Santos.....	294.510	16.041.224	10.758
Paranaguá.....	33.818	128.136	—
São Francisco.....	10.071	390.787	24
Rio Grande.....	193.195	9.826.200	—
Porto Alegre.....	1.121.857	66.824.849	12
Total.....	2.219.178	365.452.438	23.477

O mesmo serviço inspecionou em todo o território nacional, para o efeito de comercio de exportação de produtos vegetais, 4.218 estabelecimentos agricolas, na forma do seguinte quadro:

Belém.....	48
Recife.....	16
Salvador.....	60
Rio (S. Gonçalo, Campo Grande, Nova Iguassú, Rio).....	3.023
Paranaguá.....	390
São Francisco do Sul.....	93
Rio Grande.....	156
Porto Alegre.....	425
Corumbá.....	7
Total.....	4.218

O Serviço de Defesa Sanitaria Animal, através de suas inspetorias, realizou, em 1935, 49.846 visitas de inspeção e distribuiu, em 1935, vacinas, sôros e outros produtos imunizantes, na seguinte quantidade:

	Doses
Vacinas.....	2.713.052
Sôros.....	29.648
Tuberculina.....	3.235
Malcina.....	1.310
Antigenos para aglutinação.....	65
Produtos diversos.....	8.380

4 — FOMENTO DA PRODUÇÃO

Para o fomento da produção, o Ministério mantém os seguintes órgãos centrais:

Na Capital Federal:

Serviço de Fomento da Produção Mineral.

Serviço de Fomento da Produção Vegetal.

Serviço de Plantas Texteis.

Serviço de Fruticultura.

Secção do Serviço de Irrigação, Colonização e Reflorestamento.

Serviço de Fomento da Produção Animal.

Em São Paulo:

Serviço Técnico do Café.

Esses departamentos atuam em toda a extensão do território nacional por intermédio de órgãos executivos regionais, salvo o Serviço de Fomento da Produção Mineral, que sempre opera pela sede central.

De julho de 1934 a dezembro de 1935, os órgãos regionais estiveram á disposição dos lavradores para a prestação da orientação técnica que lhes fosse solicitada e coligiram e encaminharam aos serviços centrais respectivos os dados e informações que estiveram ao seu alcance.

Uma das atividades mais reprodutivas das inspetorias consiste na venda e no empréstimo de máquinas agrícolas, na distribuição de sementes, estacas de cana, adubos, inseticidas e fungicidas. Os empréstimos de máquinas agrícolas se fazem por intermédio dos campos de cooperação, valiosíssimos agentes de estímulo e de vulgarização técnica.

O material agrícola, distribuído durante o ano de 1935, constando de arados, ceifadeiras, cultivadores, cortadores de forragens, charruas, debulhadores, extintores, enxadas, enxadões, foices, facões, grades de discos, grades de dentes, machados, pulverizadores, semeadeiras simples, duplas e com distribuição de adubos, sulcadores, etc., montou em

395:897\$000. Desse material, sómente chegaram a ser colocadas, entre os agricultores, maquinas no exiguo valor de 22:913\$390. As vendas se fizeram, a vista e em prestações, pelas Inspetorias e Sub-inspetorias, e as maquinas compreendidas pela importancia restante de 372:983\$610 foram empregadas na multiplicação dos campos de cooperação, cujo numero se elevou a 202.

O movimento de distribuição de sementes é o que consta deste quadro:

ESTADOS	NUMERO DE MUNICIPIOS CONTEMPLADOS	NUMERO DE AGRICULTORES ATENDIDOS	QUANTIDADE DISTRIBUIDA
			Ks.
Pará.....	19	25	14.680
Piauí.....	11	47	1.983
Pernambuco.....	9	108	3.033
Baía.....	0	0	13.810
Minas.....	184	1.047	141.481
Rio.....	32	119	18.367
São Paulo.....	90	272	27.669
Mato Grosso.....	8	76	5.045
Paraná.....	33	778	19.332
Rio Grande do Sul.....	65	129	1.417
Amazonas.....	7	96	3.973
Maranhão.....	5	29	3.986
Ceará.....	30	327	14.834
Rio Grande do Norte.....	22	17	1.956
Paraíba.....	18	53	11.831
Alagoas.....	14	91	3.330
Sergipe.....	18	71	43.375
Espirito Santo.....	21	215	4.049
Goiaz.....	36	172	11.260
Santa Catarina.....	29	530	15.101
	651	4.222	360.612

Os adubos e inseticidas distribuidos que, em 1934, não passaram de 5.902 quilos, atingiram, em 1935, a 20.351 quilos. A parte tipicamente de formicida que, no ano de 1934, fôra de 3.725 quilos, em 1935 se elevou a 10.576 quilos.

O fomento no campo diferenciado das plantas texteis, no qual prepondera de maneira absoluta o algodão, opera-se por meio da Diretoria e de inspetores, sub-inspetores e ajudantes, com a seguinte distribuição:

Inspetores:

1. Paraíba;
2. Pernambuco;
3. Bahia;
4. Minas Gerais.

Sub-inspetores:

1. Ceará;
2. Alagoas;

Ajudantes:

1. Pará;
2. Sergipe;
3. Goiás.

O Serviço de Plantas Texteis efetuou ainda a distribuição de sementes, na forma do quadro seguinte:

	Ks.
Diretoria.....	7.590
Pará.....	19.470
Maranhão.....	11.161
Piauí.....	56.100
A transportar.....	<u>94.321</u>

	Rs.
Transporte.....	94.321
Ceará.....	229.958
Rio Grande do Norte.....	144.777
Paraíba.....	429.501
Pernambuco.....	20.305
Alagôas.....	191.250
Sergipe.....	131.157
Baía.....	35.243
Minas Gerais.....	1.057.876
Goiaz.....	100.000
Total.....	<u>2.434.388</u>

O fomento da fruticultura é feito pela Diretoria e pelas tres secções tecnicas localizadas em Recife, Pernambuco; Deodoro, Distrito Federal; Santos, São Paulo. Os seus trabalhos se fazem em cooperação com os pomicultores, para melhoria dos seus pomares, e pelos campos de multiplicação de plantas frutícolas mantidos mediante acôrdo com os Estados. O Ministerio, como fomento da fruticultura, por enquanto só mantém serviços em acôrdo com os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, e em cooperação com diversas municipalidades e particulares.

No que concerne á vitivinicultura, tem dispensado assistencia tecnica e ministrado conhecimentos praticos em cinco municipios de Minas, dois do Estado do Rio, cinco em São Paulo e cinco no Rio Grande do Sul.

Os trabalhos de fomento do Serviço Técnico do Café são feitos pelos campos experimentais e através de suas oito secções tecnicas estaduais, que prestam assistencia direta aos grandes e pequenos lavradores,

inspecionando-lhes as lavouras, ministrando-lhes ensinamentos praticos e distribuindo, a titulo de emprestimo, sulcadores, despolpadores e batedores.

No Departamento da Produção Animal, a atuação mais intensa, quanto ao estímulo da produção, traduz-se na compra de reprodutores de *pedigree* e distribuição de auxilios para transporte de animais e construção de silos e banheiros carrapaticidas. A orientação seguida tem sido a de comprar, no estrangeiro, reprodutores finos para os plantéis oficiais e para revenda aos criadores, especialmente aos já interessados em seleção pecuaria, e a de adquirir destes ultimos os produtos melhores para revender aos que desejem iniciar aquela seleção. De julho a dezembro de 1934, foram importados, da Argentina, Uruguai e Europa, 532 reprodutores de diversas especies e adquiridos, no país, 341. Em 1935, de procedencia estrangeira, 329, e do país, 745.

Em auxilio aos criadores registados, o Ministerio da Agricultura applicou, durante o ano findo, 30:543\$200 para a construção de silos e 94:000\$ para a de banheiros carrapaticidas, dispendendo ainda 150:000\$ para auxiliar o transporte de reprodutores.

Até dezembro de 1935 existiam na Diretoria do Departamento Nacional de Produção Animal 211 exemplares de diversas especies e, nas inspeorias regionais do serviço de fomento, 4.124.

**CUSTO TOTAL DA DIREÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
DOS SERVIÇOS DE FOMENTO**

NA CAPITAL FEDERAL.	PESSOAL	MATERIAL.	TOTAL.
S. F. P. Mineral.....	1.456.400\$000	1.250.000\$000	2.706.400\$000
S. F. P. Animal.....	207.000\$000	88.000\$000	295.000\$000
S. F. P. Vegetal.....	543.600\$000	1.347.900\$000	1.891.500\$000
Plantas Texteis.....	663.400\$000	247.900\$000	991.300\$000
S. Fruticultura.....	1.053.200\$000	355.000\$000	1.408.200\$000
<i>Em São Paulo:</i>			
S. T. do Café.....	1.034.200\$000	328.380\$000	1.362.580\$000

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FOMENTO

Balancemos, a seguir, o que realmente produziram esses serviços, através de seus órgãos de execução direta.

PRODUÇÃO MINERAL

No campo da produção mineral, os trabalhos consistiram no estudo das possibilidades econômicas de algumas de nossas jazidas de ouro, níquel, chumbo, prata, cromo, mica e bauxita.

Esses estudos significam muito, do ponto de vista da quantidade e em confronto com a superfície ainda não explorada do país. Constituem, por outro lado, contribuição valiosa que, utilizada industrialmente, poderia proporcionar resultados bastante compensadores.

Em proveito direto da iniciativa particular, atraída para a produção mineral, a ação do Mi-

nisterio consistiu em 1.032 analises e dosagens de substancias minerais, e na assistencia tecnica prestada por 16 engenheiros a 14 empresas de mineração e aos seguintes governos estaduais: Pernambuco, Alagoas, Baía, Minas e São Paulo.

As empresas particulares atendidas foram:

Baía:

Turfa de Maraú.

Minas Gerais:

Minas de Serraria.

Mina de ouro em S. G. do Sapucaí.

Usina de Açucar Porto Real.

Mina Juca Vieira, Caeté.

Exploração do ouro em Lagôa Dourada.

Companhia Bitumita.

Minas de Zirconio, Poços de Caldas.

Exploração de Mica, Peçanha.

Paraná:

Mina Timbutuva.

Rio Grande do Sul:

Minas de Chumbo de Furnas.

Minas de Pirita em Ouro Preto.

Companhia de ouro de Lavras.

A par desses auxilios, o Ministerio tem, das suas 25 sondas, emprestadas a governos e empresas particulares, as seguintes:

1. Sonda n. 4 — Cia. Bras. de Petroleo Cruzeiro do Sul.

2. Sonda n. 5 — Cia. União de Passagem.
3. Sonda n. 8 — Cia. Carbonifera em Butiá.
4. Sonda n. 9 — Cia. de Morro Velho.
5. Sonda n. 10 — Estado de Sergipe.
6. Sonda n. 13 — Estado de Minas Gerais.
7. Sonda n. — Estado de Alagôas.

Si considerarmos que a fase mais ingrata da exploração mineral, pela incerteza de seus resultados, é a da sondagem das jazidas, conviremos em que o emprestimo de uma sonda de valor medio de 500:000\$ representa real e poderoso auxilio.

O Serviço de Fomento da Produção Mineral colaborou diretamente nos trabalhos relativos á pesquisa do petroleo, sobretudo na expedição do Acre, realizando ainda estudos de grande valor sobre as jazidas oleiferas de Maraú, na Baía, e, atendendo ás solicitações do Governo de Alagôas, para verificação de occurrencias petroliferas no poço Riacho Doce.

Em relação ao níquel, minerio cujo valor cresce cada dia, foram realizados varios trabalhos, constando os seus resultados de um volume publicado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e do qual ressaltam os estudos feitos das jazidas de S. José de Tocantins, em Goiás, consideradas como um dos maiores reservatorios deste minerio no mundo.

PRODUÇÃO VEGETAL

No Departamento Nacional da Produção Vegetal, o estimulo pratico da produção se exercita por

intermedio de campos de sementes, hortos florestais, campos experimentais de café, campos de cooperação e campos de demonstração, ora diretamente, ora por acôrdo com os Estados e com os particulares.

O serviço do fomento, propriamente dito da produção vegetal, mantém dez campos de sementes a saber:

1. Pará, Tracuateua.....	fumo.
2. » Cametá.....	cacau.
3. Ceará, Barbalha.....	cana de açúcar.
4. » Guaiúba.....	cereais e leguminosas.
5. Sergipe, Aracajú.....	coqueiros.
6. Baía, S. G. dos Campos.....	fumo.
7. Rio de Janeiro, Itaccara.....	plantas oleaginosas.
8. São Paulo, São Simão.....	cereais e leguminosas.
9. Rio Grande do Sul, São Borja.	» » »
10. Minas Gerais, Sete Lagôas.....	» » »

Esses dez campos de sementes produziram em 1935:

1. Tracuateua.....	fumo.....	500 ks. de sementes.
2. S. G. dos Campos..	»	400 ks. de sementes.
3. Cametá.....	cacau.....	20.200 mudas.
4. Aracajú.....	coqueiros..	19.349 »
5. Itaocara.....	plantas ole- aginosas.	15.305 ks. de mamona.
6. Barbalha.....	c a n a d e açucar...	200.000 ks. de estacas.
7. Guaiúba.....	{ cereais e legumi- nosas.	17.879 ks. de arroz.
		6.135 ks. de milho.
		1.440 ks. f. de porco.
		88.579 ks. de diversos.
8. Sete Lagôas.....	{ cereais e legumi- nosas.	94.916 ks. de milho.
		79.326 ks. de arroz.
		13.904 ks. de feijão.
		10.508 ks. de mandioca.
		8.198 ks. de batata.
		11.370 ks. de adubo leguminoso.

9. São Simão.....	} cereais e leguminosas.	61.023 ks. de milho.
		4.343 ks. de arroz.
		7.209 ks. de feijão.
		1.602 ks. de adubo leguminoso.
10. São Borja.....	} cereais e leguminosas.	1.605 ks. de cevada.
		1.200 ks. de trigo.
		690 ks. de centeio.
		647 ks. de milho.
		390 ks. de alpiste.
		111 ks. de aveia.
		72 ks. de arroz.
		8.477 ks. de adubo leguminoso.

O Ministerio procura ainda estimular a produção através de campos de demonstração. No ano findo manteve, porém, apenas dois desses campos, pelo Serviço de Plantas Texteis, a saber: São Pedro, no Piauí, e João Pessoa, na Paraíba.

O Serviço de Plantas Texteis manteve a seu turno, e mediante acôrdo com os Estados, os seguintes campos de sementes:

Estados	Localidades
1. Pará.....	Santarém.
2. Maranhão.....	Coroatá.
3. Piauí.....	David Caldas.
	Dr. Sampaio.
	São Pedro.
	Teniano.
4. Ceará.....	Quixadá.
	Tres Lagôas.
	Missão Velha.
5. Rio Grande do Norte.....	Sacramento.
	Acarí.
6. Paraíba.....	Prudencia.
	Patos.

Estados	Localidades
7. Pernambuco.....	Gloria de Goiatá. Correntes.
8. Alagoas.....	Porto Real. Sant'Ana do Ipanema. União.
9. Sergipe.....	São Paulo. Muribeca. Usina São Paulo.
10. Baía.....	Jacobina. Brumado. Iricê.
11. Minas Gerais.....	Pitanguí. Uberlândia.
12. Goiás.	
13. Paraná.	

Os campos de sementes mantidos pela União, em acôrdo com os Estados, acusaram, em 1935, a seguinte produção:

Estados	Localidades	Sementes Ks.
1. Pará.....	Santarém.....	5.118
2. Maranhão.....	Coroatá.....	11.161
3. Piauí.....	David Caldas.....	11.016
	Dr. Sampaio.....	3.391
4. Ceará.....	Quixadá.....	16.500
	Tres Lagôas.....	9.084
	Missão Velha.....	26.355
5. Rio Grande do Norte.....	Sacramento.....	11.930
	Acarí.....	49.294
	Serra Verde.....	15.870
6. Paraíba.....	Pendencia.....	16.507
	Patos.....	2.871
7. Pernambuco.....	Gloria do Goiatá.....	12.631
	Correntes.....	12.000
8. Alagoas.....	Porto Real.....	1.979
	Sant'Ana do Ipanema....	5.470

Estados	Localidades	Sementes Ks.
9. Sergipe.....	{ Muribeca.....	1.980
	{ São Paulo.....	469
10. Baía.....	{ Jacobina.....	11.000
	{ Brumado.....	5.554
11. Minas Gerais.....	{ Pitangui.....	24.527
	{ Uberlandia.....	37.393
	{ Sete Lagôas.....	26.192
Total.....		318.292

O Serviço de Fruticultura efetua a distribuição de mudas e enxertos através de tres campos de propagação de plantas frutícolas, situados no Maranhão, Piauí e Ceará. Este trabalho está sendo desenvolvido com a instalação de mais cinco campos, nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Santa Catarina.

Os trabalhos efetuados nos campos experimentais do Serviço Técnico do Café, já instalados, que são os de Machado e Lavras, em Minas, e Pirajuí, em São Paulo, consistiram, por enquanto, na preparação do programa a executar no decurso deste ano de 1936.

O Serviço de Reflorestamento atua por meio dos seguintes hortos florestais: Ubajara, Ceará; Ibura, Sergipe; Lorena, São Paulo; Gavea, Distrito Federal.

O Horto de Ubajara, no Ceará, ainda não apresenta produção compensadora. O de Ibura, em Sergipe, teve o seguinte movimento:

Sementeira, 39 quilos de sementes de essências florestais; distribuição, 5.259 mudas; transplante,

7.280 mudas e plantio de um bosque. As atividades do Horto de Lorena limitaram-se á organização de 30 sementeiras de diversas essencias e á plantação de 33.577 exemplares, numa área de 157.500 metros quadrados. O da Gavea, no Distrito Federal, teve, além do trabalho de classificação de novas especies, o seguinte movimento de mudas: produção, 210.650; distribuição, 198.650.

Os campos de cooperação, mantidos em acôrdo com os Estados e com os particulares, distribuem-se segundo o seguinte plano, onde se incluye a respectiva produção:

CAMPOS DE COOPERAÇÃO EM ATIVIDADE (1935)

ESTADOS	NUMERO DE CAMPOS	AREAS MEDIDAS (M ² .)
Amazonas.....	1	20.000
Pará.....	6	190.000
Maranhão.....	10	280.000
Piauí.....	10	420.000
Ceará.....	12	280.000
Río Grande do Norte.....	7	440.000
Paraíba.....	30	2.110.000
Pernambuco.....	13	230.000
Alagôas.....	9	370.000
Sergipe.....	13	460.000
Baía.....	13	550.000
Espirito Santo.....	12	410.000
Río de Janeiro.....	11	560.000
São Paulo.....	12	3.075.000
Paraná.....	12	890.000
Santa Catarina.....	14	401.000
Río Grande do Sul.....	15	440.000
Minas Gerais.....	26	1.760.000
Goiás.....	16	480.000
Mato Grosso.....	12	275.000
Acre.....	5	80.000
Total.....	259	13.721.000

CAMPOS DE COOPERAÇÃO CONCLUÍDOS (1935)

ESTADOS	NUMERO DE CAMPOS	PRODUÇÃO (KS.)
Maranhão.....	1	6.000
Ceará.....	2	—
Paraíba.....	8	431.682
Pernambuco.....	1	180.000
Alagôas.....	2	7.259
Sergipe.....	1	13.080
Espirito Santo.....	3	248.700
Paraná.....	3	2.900
Santa Catarina.....	3	4.200
Rio Grande do Sul.....	5	5.903
Minas Gerais.....	8	75.227
Mato Grosso.....	4	11.496
Acre.....	1	38.400
Total.....	41	1.024.847

CAMPOS DE COOPERAÇÃO DO SERVIÇO DE PLANTAS TEXTEIS

ESTADOS	NUMERO DE CAMPOS	AREA CULTIVADA (HECT.)	PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO (KS.)
Ceará.....	35	863	129.924
Paraíba.....	39	835	283.020
Piauí.....	3	108	—
Rio Grande do Norte.....	26	515	—
Alagôas.....	4	20	—
Baía.....	1	50	15.000
Minas Gerais.....	12	358	262.804
São Paulo.....	1	50	—
Goiás.....	6	31	—
Total.....	127	2.830	690.748

O animador resultado produzido por esse serviço de cooperação com os Estados e com os particulares, sobretudo no que respeita á Diretoria de Plantas Texteis, adquire um valor experimental de consideravel importancia, que cumpre aproveitar o mais possivel.

PRODUÇÃO ANIMAL

O Serviço de Fomento da Produção Animal mantém contacto direto com os criadores do país, por meio das fazendas experimentais de criação, postos de monta e estações provisórias de monta.

Eis a distribuição das primeiras:

Estado	Cidade
1. Pernambuco.....	Tigipió.
2. Baía.....	Catú.
3. Rio de Janeiro.....	Pinheiro.
4. » » »	Santa Monica.
5. Goiás.....	Urutá.
6. São Paulo.....	São Carlos.
7. Mato Grosso.....	Campo Grande.
8. Minas Gerais.....	Pedro Leopoldo.
9. Paraná.....	Ponta Grossa.
10. Santa Catarina.....	Lages.

Os postos de monta se localizam em:

1. Pará.....	Sourc.
2. »	Cachoeira.
3. Paraíba.....	João Pessoa.
4. Sergipe.....	Ibura.
5. Baía.....	Arcia.
6. »	Barra do Rio Grande.
7. »	Bonfim.
8. »	Conquista.
9. »	Itaberaba.

10. Rio de Janeiro.....	Rezende.
11. Minas Gerais.....	Juiz de Fora.
12. ' '	Barbacena.
13. Goiaz.....	Morrinhos.
14. São Paulo.....	Ribeirão Preto.
15. Paraná.....	Palmas.

Quanto ás estações de monta, provisórias, serviço correspondente ao prestado pelos campos de cooperação do Departamento Nacional da Produção Vegetal, distribuem-se pela maneira seguinte: Inspetoria Regional de Tigipió, 66 animais, compreendendo oito Estados; Inspetoria Regional de Catú, 44 animais, compreendendo tres Estados; Inspetoria Regional de Pedro Leopoldo, 88 animais para o Estado de Minas Gerais; Inspetoria Regional em Barretos, nove animais para os Estados de São Paulo e Minas Gerais; Inspetoria Regional de Ponta Grossa, 83 animais para os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Inspetoria Regional do Rio Grande do Sul, 208 animais para todo o Estado.

5 — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

Ao lado do fomento propriamente dito da produção, o Ministerio da Agricultura tem como programa a organização das forças produtoras e a modernização dos seus processos de preparo, financiamento e venda de produtos, inclusive defesa de preços.

Para execução desse programa, existem igualmente duas diretorias: da Estatística da Produção

e da Organização e Defesa da Produção; a primeira, destinada a coligir e analisar os dados referentes aos fenomenos mensuraveis de nossa produção minero-rural, e a segunda, a organizar, sobre base cooperativista, todos os produtores do país, a partir de sindicatos locais.

O custo orçamentario desses dois órgãos centrais é o seguinte:

DIRETORIA DE ESTATISTICA DA PRODUÇÃO

1935

Pessoal.....	1.199:480\$000
Material.....	320:000\$000
Total.....	<u>1.519:480\$000</u>

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

Pessoal.....	907:880\$000
Material.....	80:000\$000
Total.....	<u>987:880\$000</u>

ESTATISTICA DA PRODUÇÃO

A Diretoria de Estatística da Produção vem trabalhando progressivamente e adaptando as suas atividades de modo proficuo ás condições do trabalho nacional e ás pesquisas de maior interesse no campo de economia, em geral.

Compreende-se que, sem o auxilio direto e constante do publico, nenhuma investigação estatística pode apresentar resultados satisfatorios.

Antes de mais nada, impõe-se, portanto, intensa e eficaz propaganda nesse sentido, e essa foi feita, desde logo, de modo a permitir, em curto espaço de tempo, a organização de uma extensa rede de informantes idoneos e ativos, que, já em fins de 1935, compreendia 1.127 municípios.

Não fossem as reduzidas dotações orçamentarias consignadas para esse serviço, e a sua produtividade, já notavel, teria tomado aspectos muito mais completos e interessantes.

A copiosa documentação recolhida e publicada em boletins periodicos e opusculos diversos demonstra que esse serviço se acha bem aparelhado e possui corpo tecnico competente e capaz de executar quaisquer trabalhos de informações e calculos estatisticos.

DEFESA DA PRODUÇÃO

O desenvolvimento do importante trabalho atribuido á Diretoria de Organização e Defesa da Produção não podia ser facil nem inicialmente rendoso, dentro dos amplos marcos de atividade que lhe foram fixados.

Quem quer que avalie as dificuldades inerentes á tarefa de coordenar e promover o trabalho coletivo num país de economia individualista secular, como é o nosso, reconhecerá depressa a resistencia dos obstaculos a vencer e os expedientes de propaganda a utilizar para se conseguir a or-

ganização, dentro do plano cooperativista, das nossas classes agrarias e produtoras.

Os resultados até agora obtidos são animadores.

Apezar da deficiência de pessoal nos Estados, onde o trabalho decorre moroso, foi possível pôr em funcionamento 115 consorcios profissionais cooperativos, 29 cooperativas profissionais, duas cooperativas sociais e uma federação de produtores de bananas.

As instituições organizadas de acôrdo com o decreto n. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, são em numero de 117, distribuidas por 11 Estados e o Distrito Federal e, assim, classificadas: 82, de agrarios, 21, de proletarios, uma de profissões liberais e 13 de funcionarios. Deixam de ser relacionadas muitas que ainda não satisfizeram todas as exigencias legais, e impedidas, por isso, de adquirir personalidade juridica.

Na modalidade cooperativista, já conseguiram registo e funcionam regularmente 32 das 91 instituições organizadas, dependendo as 59 restantes do cumprimento de algumas diligencias em curso.

As caixas Raifeisen e os bancos Luzatti são atualmente em numero de 83, funcionando como cooperativas de credits, com bons resultados; 23 das primeiras, e 53 bancos, achando-se os demais em expediente para preenchimento de certas formalidades essenciais.

Como se verifica, a instituição das cooperativas de credito vai encontrando ambiente favoravel nas zonas rurais, principalmente onde predomina o regime da pequena propriedade.

Além da atuação mantida pelas diversas secções da D. O. D. P., o Ministerio cuida de defender e organizar a produção por intermedio de outros órgãos importantes, cujas atividades serão referidas nas rubricas dos respectivos serviços.

CONFERENCIA NACIONAL ALGODOEIRA

Em relação á lavoura de algodão, o fato de maior relevancia do ano findo foi a Conferencia Nacional Algodoeira, em São Paulo, por iniciativa do governo daquele Estado e com o patrocínio do Ministerio da Agricultura.

Considerando que o algodão envolve hoje vultosos interesses da nossa agricultura, e que seria oportuno tornar conhecidos de todos os Estados os excelentes resultados da tecnica aplicada ao seu cultivo em São Paulo, consequente dos esforços e pesquisas científicas do Instituto Agronomico de Campinas, o Ministerio da Agricultura, "nacionalizando" aquele congresso, fez com que na capital paulista se reunissem tecnicos, agricultores e industriais de todo o país, os quais puderam, ao lado de importante exposição de produtos, maquinas e culturas, participar dos notaveis ensinamentos

e conselhos resultantes das 52 teses brilhantemente discutidas e 70 conclusões a que chegaram, todas de carater nacional.

Sem duvida, alcançou esta Conferencia, que foi aberta e encerrada pelo Ministro da Agricultura, os mais proveitosos resultados.

II

Já ficaram referidos, na primeira parte da presente exposição, os motivos que vêm impedindo o desenvolvimento completo e normal do plano estabelecido pela ultima reforma feita nos serviços do Ministerio da Agricultura. Na verdade, esses motivos são de ordem superior, principalmente os que se referem aos recursos financeiros, limitados, no momento, ás possibilidades do país. Cumpre, entretanto, encarar a situação como realmente se apresenta e procurar suprir as deficiencias mediante um oportuno e inteligente aproveitamento dos meios tecnicos e financeiros ao alcance da ação do poder publico.

Na demonstração oferecida pelo quadro comparativo das despesas dos serviços federais de agricultura e dos correspondentes estaduais, verifica-se que alguns Estados, pelo menos os de maior expansão economica — Pernambuco, Baía, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul — mantêm atividades

paralelas ás do Ministerio da Agricultura, sem qualquer articulação reciproca. Compreende-se facilmente que semelhante duplicidade de serviços e dotações não pode ser proveitosa, sob muitos aspectos, e que uma coordenação mais estreita e permanente, mantida nesse setor administrativo pela União e os Estados, será capaz, não só de produzir aperfeiçoamentos generalizados nos processos de trabalho, como também economia no seu custeio, atualmente tão elevado, em face dos resultados obtidos, si somarmos os recursos que de uma e outra parte lhe são consignados, perfazendo o total de 144.380:176\$000, conforme se vê do quadro anexo.

A solução mais aconselhavel e pratica consistiria, por conseguinte, em conservar, tanto quanto possivel, a organização e a legislação existentes, mas procurando associar serviços federais e estaduais de tal maneira que estes viessem a assegurar a execução regional e local do programa federal, mantida a coordenação geral da União.

**QUADRO COMPABATIVO DAS DESPESAS DO MINISTERIO
DA AGRICULTURA E SERVIÇOS CORRESPONDENTES
DOS ESTADOS**

SERVIÇOS	DESPESA TOTAL DA UNIÃO	DESPESAS DA UNIÃO NOS ESTADOS	DESPESAS DOS ESTADOS
Ensino Superior.....	2.545 :109\$000	—	3.556 :492\$000
> Medio.....	659 :800\$000	659 :800\$000	782 :200\$000
> Elementar.....	3.259 :000\$000	3.259 :000\$000	2.905 :364\$000
Institutos Cientificos.....	5.102 :600\$000	—	5.290 :280\$000
Experimentação.....	4.624 :399\$000	4.624 :399\$000	21.332 :582\$000
<i>Defesa sanitaria:</i>			
Vegetal.....	1.796 :237\$000	308 :500\$000	255 :660\$000
Animal.....	2.537 :180\$000	1.991 :900\$000	895 :020\$000
<i>Fomento da produção:</i>			
Vegetal.....	14.208 :978\$000	7.947 :710\$000	21.323 :057\$000
Mineral.....	2.706 :400\$000	—	6.694 :945\$000
Animal.....	4.030 :743\$000	3.746 :200\$000	12.111 :816\$000
<i>Organização da produção:</i>			
Inspeção de produtos.....	4.276 :200\$000	3.255 :000\$000	2.048 :100\$000
Classificação e padronização...	392 :312\$000	2.357 :310\$000	1.577 :232\$000
Colonização.....	2.457 :728\$000	2.152 :928\$000	14.471 :901\$000
Assistencia ao cooperativismo .	1.137 :880\$000	150 :000\$000	445 :000\$000
Publicidade agro-pastoril.....	244 :461\$000	—	711 :500\$000
Total.....	49.979 :027\$000	30.452 :747\$000	94.401 :149\$000

E' isso precisamente o que se procura fazer.

Os primeiros ajustes que fixam essa orientação já foram realizados com os Estados de Minas Gerais e São Paulo para aplicação dos Codigos de Minas e de Aguas, de acôrdo, aliás, com o preceito constitucional que permite transferir aos governos locais o direito de autorizar e conceder, dentro dos respectivos territorios, a exploração de minas e quedas

dagua. Evitando, por um lado, a dualidade de serviços e garantindo, por outro, facil execução ás proprias atribuições federais, pela reserva ao Ministerio da Agricultura dos atos decisorios, de carater indelegavel, pode-se dizer que a União, no que respeita aos Codigos de Minas e de Águas, praticamente incorporou ás suas atividades os tecnicos e as verbas empregadas pelos referidos Estados nos trabalhos da mesma natureza.

Conduta identica poderá ser adotada para a articulação de todos os demais serviços atinentes á disciplina e desenvolvimento racional da produção de materias primas e alimenticias, que entram na esfera de ação do Ministerio da Agricultura e dos órgãos estaduais correspondentes. Não se trata de simples descentralização, com a transferencia de estabelecimentos federais aos Estados, como já se fez com reconhecido insucesso. Cogita-se, apenas, em distribuir uma tarefa de grande vulto e complexidade entre órgãos federais e estaduais, de maneira que permaneçam a cargo dos primeiros os serviços de efeitos gerais, e os que por eles se executem com maior eficiencia, e a cargo dos segundos os de efeitos regionais, mais diretamente ligados ao estimulo e orientação pratica da produção.

Isso posto, o ensino tecnico, sobretudo o superior, a pesquisa e a experimentação, a defesa sanitaria, a classificação e padronização de produtos etc. devem ficar sob a responsabilidade exclusiva

da União, que, para melhor execução de tais serviços, efetuará com os Estados acordos identicos aos já referidos. O ensino tecnico, especialmente o pratico, os campos de demonstração, de cooperação e de sementes, embora orientados pelos órgãos centrais de pesquisa e experimentação, devem ser entregues aos Estados, ainda que mediante subvenção federal. Essa é, tambem, a orientação que, em geral, se adota nos países federativos, notadamente naqueles cujo regime politico mais se assemelha ao nosso — a Argentina e os Estados Unidos.

O Governo já está autorizado pela lei 199, de 23 de janeiro deste ano, a efetuar com os Estados os acordos convenientes, devendo reunir-se, brevemente, nesta capital, para tratar do assunto, os Secretarios de Agricultura dos governos estaduais.

Passaremos, agora, a indicar as atividades projetadas que se relacionam com os diversos serviços a cargo do Ministerio da Agricultura.

1 — ENSINO

O ensino até aqui recebido pelos tecnicos brasileiros não apresenta a desejada eficiencia, salvo nas Escolas da União e nas de alguns Estados.

Reconhecendo-se no ensino tecnico a unica base segura para assentar a ação do Ministerio da Agricultura e órgãos correspondentes dos Estados, e o auxilio mais eficaz que se poderá prestar á ini-

ciativa de reerguimento e modernização dos nossos trabalhos agrícolas, pretende-se:

A — Reorganizar o ensino ministrado pela União, de maneira:

1) Que a Escola Nacional de Agronomia se transforme realmente em escola-padrão, pela aquisição de área bastante para eficiente desenvolvimento dos seus cursos praticos e a de Veterinaria, pela montagem dos laboratorios e dependencias indispensaveis.

2) Que se organize, com o aproveitamento de orgãos já existentes, e contrato de especialistas estrangeiros, um Instituto Nacional de Agronomia, destinado a preparar professores e tecnicos especialistas, e no qual os tecnicos do Ministerio e dos Estados façam um estagio de revisão e aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

B — Contratar com os Estados de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul a distribuição de ensino equivalente ao federal, mediante condições que venham a ser ajustadas.

C — Contratar com os Estados da Baía e de Pernambuco ou da Paraíba, a criação imediata de escolas superiores de agronomia, com a utilização maxima dos

recursos hoje empregados nos Aprendizados ali existentes e de outros possíveis.

D — Auxiliar com o contrato de alguns professores habilitados, sobretudo para as materias de maior importancia, as escolas particulares de agronomia e veterinaria que, sendo subvencionadas pelos respectivos Estados, se reorganizem de acôrdo com as exigencias federais.

E — Intensificar os trabalhos de pesquisa e experimentação nas Escolas trazidas á coordenação federal, mediante contratos especiais de determinadas ordens de pesquisas e experimentações, sempre que conveniente, estabelecendo vinculos de ligação entre as Escolas e os Institutos de Pesquisas e Estações Experimentais.

F — Criar, no Departamento Nacional da Produção Mineral, cursos de especialização para formação de geologos, petrografos, geofisicos, hidrologos, prospectores e metalurgistas.

Esse programa deverá ser excutado dentro das atuais possibilidades financeiras da União e dos Estados.

A separação dos antigos cursos reunidos de Agronomia e Veterinaria, em duas escolas distintas, pode ter sido ato acertado de um ponto de vista ri-

gorosamente tecnico, mas, dado o escasso interesse que no Brasil existe para essa especie de estudos, tal medida determinou, de maneira sensivel, a elevação do custo medio do aluno em curso e do aluno diplomado.

Para reduzir, como convém, esse custo, o Governo poderá:

a) anexar á Escola de Veterinaria o instituto de identica natureza, mantido pelo Ministerio da Guerra, no qual tambem se admitem alunos civis, solução essa mais recomendavel;

b) ou removê-lo para outro ponto do país, afim de acudir a necessidades de regiões desprovidas de ensino.

Seria aconselhavel, além disso, estudar um meio de atrair para a Escola Nacional de Veterinaria os alunos que hoje recebem ensino de eficacia duvidosa em estabelecimentos estaduais e particulares de aparelhamento didatico insufficiente.

VULGARIZAÇÃO TECNICA

Nesse importante setor de trabalho, pretende-se:

1. Dar o maximo possivel de intensidade ao programa de realização de semanas ruralistas, de sementes e de fazendeiros, nas escolas de agricultura.

2. Realizar exposições regionais e nacionais de produtos agrícolas propriamente ditos e pecuarios, sendo que a primeira grande exposição pecuaria deverá inaugurar-se, na Capital Federal, em junho proximo futuro.

3. Publicar uma revista sugestivamente ilustrada, na qual se divulguem conhecimentos uteis aos agricultores, inclusive planos de modernização e aformoseamento de suas casas e normas de economia domestica.

4. Subvencionar publicações identicas de iniciativa particular, uma vez que se conformem com a orientação do Ministerio.

2 — PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

As experimentações e pesquisas assumem, nas atividades da produção vegetal e animal, um caráter científico tão marcante e seguro, que, em todos os países bem organizados, os governos estão sempre atentos á ultima palavra dos estudos agrológicos e de edafologia. No campo da genética aplicada são verdadeiramente admiraveis os resultados colhidos, mas, para isso, é preciso que não escape um pormenor sequer do que diz respeito á constituição dos sólos, reações químicas e todos os

complexos fenomenos da bioquimica vegetal. Tudo isso conduz, indubitavelmente, á intensificação dos metodos e processos científicos no dominio da produção, criando variedades apropriadas ás qualidades do sólo e fazendo acompanhar as diversas fases do ciclo vegetal, da germinação á colheita, de modo que se recolham constantes ensinamentos.

As onze estações experimentais federais, de eficiencia muito reduzida pela carencia de genetistas e tecnicos possuidos da paixão pela pesquisa e pela experimentação, nada representam diante da tarefa, que urge empreender. Cumpre, pois:

1. Grupá-las, conjuntamente, com as 12 mantidas em acôrdo com os Estados e com as 30 custeadas sómente por estes, num total já consideravel de 53 centros de pesquisa e experimentação, sob a direção tecnica de um órgão central — Conselho Nacional de Pesquisa e Experimentações — que organize o programa dos trabalhos a efetuar, colija, analise, coordene os resultados obtidos e responda pela unidade e constancia dos esforços postos em ação.

2. Faz-se mistér ainda multiplicar as estações experimentais de algodão, trigo e vitivinicultura, criando para isso novos recursos sob a base de taxaço de produtos importados ou produzidos no

país, convindo que se incluam no orçamento verbas apreciáveis para subvenção de pesquisas e experimentos a se realizarem nas escolas oficiais e particulares.

3. Cogita-se ainda de criar estações de seleção do *induberaba* e do gado curraleiro nordestino, assim como da montagem de, pelo menos, duas grandes fazendas de criação de reprodutores, uma, no centro, e, outra, no sul do país, uma vez que os Estados mais interessados cooperem para esse fim com a União, sem desistir da importação de animais de alta prole.

4. O Conselho Nacional de Pesquisas e Experimentações deverá publicar uma revista no genero do *Journal of Agricultural Research*, do *Experiment Station Record*, ambas de Washington.

A execução desse programa requer a iniciação de trabalhos preparatorios, intensivos, de instrução e educação tecnicas, devendo o Governo chamar a esses cursos todos os tecnicos federais e estaduais que se tenham mostrado accessiveis ao gosto pela pesquisa e pela experimentação.

No tocante aos gastos com obras e aparelhamento, prosseguir-se-á na conclusão da montagem das Estações de Curado, em Pernambuco; Bo-

tucatú, em S. Paulo; Coronel Pacheco, em Minas Gerais, assim como nas já mantidas por acôrdo, em Sete Lagôas e Caldas, em Minas Gerais, e Alagoinha, na Paraíba.

3 – DEFESA SANITARIA

No que se refere á defesa sanitaria, o programa a executar consiste:

1. No aumento do numero dos postos de inspeção de vegetais, visto que o Ministerio recebe constantes pedidos de dispensa de exame fito-sanitario de portos desprovidos de agentes efetivos desse serviço, sobretudo do Rio Grande do Sul.

2. Na sistematização do combate ás pragas que mais comprometem o valor economico da nossa produção vegetal, e sobretudo das que atacam o algodão e as frutas citricas, com aplicação rigorosa de sanções eficazes contra os pomicultores negligentes.

3. Na intensificação de produção e compra de inseticidas e fungicidas para revenda aos agricultores, bem como de aparelhos de combate, tudo nos termos dos arts. 4º e 6º do decreto n. 199, de 23 de janeiro.

4. Na criação de um tipo oficial de formicida, continuada, si possível, pela nacionalização da distribuição desse produto, como medida tendente a operar a maxima redução do preço de venda.

5. Na construção imediata da Estação de Desinfecção e Expurgo de Recife, já projetada e orçada, e sucessivamente nas de Porto Alegre ou Rio Grande e Baía.

6. Na industrialização maxima da produção de sôros e vacinas, de maneira a haver abundancia de produtos e redução de seus preços de venda, inclusive contrato de produção particular fiscalizada.

Para a intensificação da defesa sanitaria, cuida-se da realização de acordos que dêem aos órgãos centrais de direção o maior numero possível de agentes regionais e locais de fiscalização e execução.

O setor, no qual o sistema de acordos deverá ser empregado, desde já, será o dos combates á sauva, á aftosa e á raiva.

Sem a execução progressiva de um plano de campanha que sistematize os esforços conjugados da União, dos Estados, dos Municipios e de iniciativas particulares, e lhes assegure uma atuação continuada, não se conseguirá a extinção de males que tanto sacrificam a nossa economia.

4 – FOMENTO DA PRODUÇÃO

No atinente aos serviços de fomento da produção, o Governo Federal deve reservar-se atribuições de inspeção geral e de atuação pratica por meio de subvenções. Assim o aconselham a experiencia e a comprovação de pouco rendimento dos serviços até agora mantidos com esse fim.

Tome-se, para exemplo, o que sucede com a distribuição de sementes e com a venda de maquinas agricolas e adubos, duas das modalidades de fomento de maior interesse publico.

Pelo quadro anexo, verifica-se que os serviços do Ministerio, em 1934, apenas distribuiram:

%				
0,006.....	das sementes	de aveia	em cultivo	
0,019.....	>	>	> centeio	> >
0,135.....	>	>	> cevada	> >
0,134.....	>	>	> milho	> >
0,101.....	>	>	> trigo	> >
0,233.....	>	>	> arroz	> >
0,010.....	>	>	> batata	> >
0,286.....	>	>	> feijão	> >
0,0001.....	>	mudas	> cana	> >

Sómente no que se refere ao algodão a percentagem tornou-se digna de apreço, elevando-se a 16.418%, embora seja ainda por demais insufficiente, si se levar em conta que a verdadeira e segura classificação e padronização dos produtos vegetais começa da semente, sobretudo do algodão, conforme o demonstra, praticamente, o algodão paulista.

Quanto á venda de maquinas e aparelhos agricolas, basta lembrar o quadro, pelo qual se demonstra que não excedeu de 22:913\$390, num total de 18:494\$140, pagos a vista, e 4:419\$250 a prestações.

Mais exemplificante é ainda o constatado com referencia á distribuição de adubos e inseticidas, que não passou de cinco toneladas em 1934 e 20 toneladas em 1935.

As pessoas medianamente esclarecidas sobre as condições de cultivo da nossa terra não ignoram que o solo do Brasil só é fértil nas derrubadas, onde se acumula o *humus* milenar. Fora daí, lavado pela erosão, é pobre, pelo que reclama consideráveis esforços de restauração mineral, sómente possível por uma adubação de caráter experimental e intensivo.

O que se tem feito, com relativo sucesso, para estímulo da produção, resume-se nos campos de cooperação. Mas, ainda nesse particular, ac que parece, os agricultores beneficiados se mostram, de preferencia, dominados pelo desejo de simples aproveitamento das maquinas e tecnicos federais, sendo poucos os que se propõem a adquirir as maquinas que viram trabalhar, para continuação das culturas ensaiadas.

Seja como fôr, os campos de cooperação representam proveitoso trabalho experimental de fomento, cujas lições devem ser aplicadas em maior escala, transferindo-se para os Estados a execução do seu programa, com a inspeção e auxílio da União,

este representado no fornecimento de tratores, maquinas agricolas, adubos e inseticidas.

Si do fomento da produção vegetal passar-se para o da produção animal, verificação semelhante será feita desde logo.

Observe-se, pelas anteriores indicações, a distribuição de reprodutores pelas inspetorias regionais e o numero de criadores que cada uma tem de atender.

Não é racional a execução desses serviços por órgãos de comando tão distantes, como os federais, e tão embaraçados pelo atual sistema de contabilidade.

Ao lado disso, é preciso ter em conta o apreciavel esforço que os Estados empregam, como é natural, no estímulo de sua produção, sobretudo vegetal e animal, representada pelas seguintes cifras: fomento da produção vegetal, 21.323:051\$700; fomento da produção animal, 12.111:816\$000.

O regime de acordos parece, indubitavelmente, o mais indicado para acomodar os interesses da União e dos Estados, no que entende com o fomento da produção. Nesse setor, a ação do Ministerio da Agricultura deve ser meramente supletiva, embora de maior intensidade nos Estados de menores possibilidades orçamentarias.

Serviço que convirá criar imediatamente, mediante convenios com os Estados e com os municipios, é o de assistencia tecnica local. O plano que, por isso, se acha em estudos, prevê:

A localização de agrônomos em grandes municípios ou grupos de pequenos municípios, remunerados, pelo regime de contrato, parte por subvenções da União, dos Estados e dos Municípios, e parte pelos próprios agricultores, mediante inscrição livre e pagamento de uma taxa mensal, que não deverá exceder de 2\$, tabelada na proporção do número dos lavradores recenseados.

Para que o agrônomo seja contratado, deverá submeter-se a um curso rápido e intensivo de preparação para as funções que deverá exercer. Estas funções deverão consistir em: prestar ao Ministério e departamentos correspondentes dos Estados os serviços que venham a ser contratados, sobretudo os de:

- a) remessa de informações estatísticas e dados para previsão e avaliação de colheitas;
- b) notificação do aparecimento de pragas e epizootias e tomada das primeiras providências de combate;
- c) orientação técnica dos produtores ou pedidos de técnicos especializados quando for caso;
- d) organização de conferências e palestras de vulgarização técnica;
- e) estudo da economia das propriedades rurais de sua circunscrição, depois dividida por grupos de características comuns.

Além das funções subvencionadas, o agrônomo regional deverá atender às consultas de sua especialidade, que lhe façam os agricultores inscritos como seus clientes.

Para que esse numero seja o maior possível, o Ministerio e departamentos correspondentes dos Estados obrigar-se-ão a só distribuir, por seu intermedio e aos seus clientes, as maquinas, adubos, inseticidas, fungicidas, sôros e vacinas destinados aos agricultores.

O que se visa, em suma, é instituir um órgão de atividade local para o fomento da produção agraria, órgão que, de seu turno, tenha a respectiva remuneração condicionada ao interesse que saiba e queira despertar nos agricultores, a cujo serviço deve permanecer.

Na execução do plano de fomento acima esboçado, os atuais inspetores passarão a exercer a sua função verdadeira: de inspeção e orientação geral dos serviços de cada Estado.

5 — ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

O que se pretende fazer no campo da organização e defesa da produção, compreende:

I — O reajustamento das atribuições da atual Diretoria de Organização e Defesa da Produção.

II — A criação de um órgão permanente de estudos e pesquisas economicas.

III — A realização de acordos que tornem a Diretoria de Estatistica da Produção o órgão eficiente, e unico responsavel, da sintese e divulgação de dados estatisticos nacionais referentes á produção minero-rural.

IV — A instituição do credito agricola.

V -- A reforma do atual sistema de colonização.

VI — A reforma da lei de cooperativismo e a realização de acordos com os Estados para a fiscalização direta das suas cooperativas. permanecendo a fiscalização geral a cargo do Ministerio.

VII — A revisão e codificação de nossa legislação rural.

O objetivo visado pela remodelação da D. O. D. P. só pode ser o de adaptar a organização das forças produtoras e a defesa dos seus interesses ás contingencias de ordem financeira e tecnica, dotando-a de aparelhamento mais simples e plastico. O projeto respectivo já se acha em estudos e a materia que abrange deverá, salvo melhor criterio, compreender novas divisões, que atenderão, basicamente, á organização industrial e comercial e ás

atividades associativas de caráter econômico. Cada uma delas poderá ser assim programada:

A

1) O estudo de todas as fases de processos compreendidos pela racionalização mecânica da extração, colheita e beneficiamento de produtos.

2) A coordenação de todos os serviços do Ministério que tenham aquela finalidade, tais como os "de fomento da produção mineral", "de águas", "de usinas", do S. T. C. e do S. P. T., os do Departamento da Produção Animal, atinentes a usinas de beneficiamento e conservação de produtos laticínios, matadouros e frigoríficos.

3) A coordenação dos serviços a esses correspondentes, dos Estados e dos Institutos Federais e Estaduais autônomos.

4) A orientação e o estímulo da restauração econômica das zonas esgotadas, nas regiões servidas por aparelhamento urbano, linhas de força elétrica, vias de transporte e portos.

5) O estímulo da máxima eletrificação possível do trabalho rural, estabelecendo para as empresas de eletricidade a obrigação

de facilitar a distribuição das suas correntes nas zonas rurais de certo índice de população e produção.

B

1) Estudar a simplificação e padronização dos sistemas de contabilidade-correspondencia e documentação contratual, de maneira a facilitar e intensificar a vida mercantil da agricultura propriamente dita e da pecuaria e propagar o emprego dos novos metodos.

2) Estabelecer progressivamente e fiscalizar a classificação e padronização dos produtos destinados ao comercio interestadual e internacional.

3) Fiscalizar diretamente ou por "acordos" a sua circulação e distribuição local, principalmente dos produtos deterioraveis e passíveis de misturas e falsificações.

4) Organizar e executar de modo gradual, diretamente ou por acordos com os Estados e empresas particulares, um plano de localização regional de entrepostos e armazens gerais, aparelhados de serviços de desinfeção e expurgo, refrigeração ou frigorificação e rebeneficiamento de produtos vegetais e animais.

C

1) Promover a organização de uma associação de agricultores em cada município do país e a sua federalização em unidades estaduais, de maneira que haja efetivamente uma Sociedade Nacional de Agricultura, mas de assembleia constituída pelos representantes das associações estaduais, em numero porporcional ás associações municipais federalizadas.

2) Promover o desenvolvimento do cooperativismo, sobretudo o de compra e venda, beneficiamento de produtos e de credito e superintender a fiscalização das atividades das cooperativas criadas, para que se não afastem dos principios estabelecidos em lei.

A criação de um órgão federal de estudos e pesquisas economicas, para exame amplo e metuculoso dos fatores que influem no desenvolvimento da produção agro-pecuaria. é de necessidade tão elementar que dispensa quaisquer justificativas.

Constituido por homens capazes de tal trabalho e tendo a seu serviço a colaboração da Diretoria de Estatistica da Produção e da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, esse órgão, que poderá denominar-se Comissão Permanente de Estudos e Pesquisas Economicas, terá a incumbencia de es-

clarecer todos os fenomenos da nossa economia basica -- de materias primas e substancias alimenticias.

No concernente á estatistica da produção, só ha um meio para garantir a certeza e a idoneidade dos informes recolhidos: o de reservar ao orgão, para isso instituido, o privilegio da sintese dos dados coligidos e analisados nos demais orgãos de estatistica do país e o da divulgação dos dados referentes á produção nacional.

O credito agricola figura entre os problemas de mais dificil solução que se impõe ao poder publico resolver. Por isso mesmo, torna-se explicavel, até certo ponto, o retardamento dos estudos iniciados pelo Governo Provisorio sobre tão importante iniciativa. Trata-se, agora, de dar-lhe execução, e, a respeito, mais detidamente falaremos, na parte final da presente mensagem.

O serviço federal de colonização requer uma reforma radical. As sugestões que se apresentam, para a remodelação projetada, são numerosas. Preciso é examiná-las com vagar e cuidado.

Parece, entretanto, que a orientação mais aconselhavel é a de emprestar a esse serviço do Estado o carater pratico das organizações particulares que cuidam do parcelamento de grandes extensões de terras e venda de lotes a prazo longo. Seria, por outro lado, um meio eficaz para estimular o desenvolvimento da pequena propriedade, combatendo indiretamente o latifundio e promo-

vendo, com o melhor aproveitamento de terras atualmente sem rendimento economico, a criação de novos nucleos de população em zonas ferteis do interior e do litoral.

De qualquer fórmula, a solução desse problema envolve, tambem, a do credito, sem o qual não é possivel facilitar a aquisição do solo a longo prazo e garantir, ao mesmo tempo, ao agricultor, os necessarios recursos para aplicar o seu trabalho proveitosamente.

A instituição do credito agricola poderá ser o primeiro passo para o largo estabelecimento de um regime de colonização nos moldes que 'melhor consultem os interesses nacionais, tanto do ponto de vista demografico e economico, como do politico e social.

Além dos aspectos relacionados com a organização da produção nos reinos vegetal e animal, sobreelevam os que se referem á exploração do solo e do sub-solo, industrias extrativas minerais e utilização da energia hidraulica, todos eles de acen-tuada importancia, e cuja defesa o governo vem promovendo, através do aparelhamento administrativo e pela legislação que resguarda e protege as nossas riquezas potenciais.

FERRO

Pelo geral, as apreciações sobre o problema da formação da grande industria siderurgica, no Brasil, refletem pontos de vista apressados ou

interesses ocasionais, resultantes da vinculação normal dos negocios privados. É sabido que a exploração siderurgica se distribue através de organizações que formam verdadeiros monopolios mundiais, com os seus mercados de preferencia e a sua enorme influencia financeira perfeitamente disciplinada. Em face dessas organizações, a situação dos países novos, possuidores de reservas de minerio, resulta certamente dificil e delicada quando pretendem fazer com os proprios recursos a grande industria metalurgica. Falta-lhes, primeiro, o capital mobilizavel para as inversões vultosas e de beneficios distantes, e, em segundo lugar, o elemento tecnico adestrado por longa preparação profissional. No caso do Brasil, ha a acrescentar, ainda, a falta do combustivel ordinariamente aplicado em condições favoraveis á exploração economica das industrias.

Encarado assim, objetivamente, o problema, resta apenas definir o que mais convém aos interesses nacionais, tanto transitorios como permanentes. Si existe o risco de comprometermos o futuro indiscutivel da nossa industrialização com a entrega a qualquer dos grandes grupos que repartem entre si as explorações siderurgicas no mundo, tambem será contraproducente continuarmos na posição atual, deixando em estado virtual as nossas riquezas minerais, o que, por outro lado, iria ao encontro da politica dos grandes produtores mun-

diais, que nos consideram formidáveis reservas, só futuramente utilizáveis. Entre essas duas alternativas, deve haver uma solução intermedia, de sorte a permitir o estabelecimento da industria siderurgica em proporções que consultem aos nossos recursos e interesses. Cumpre-nos fazer o possível para libertar a balança comercial das sangrias que lhe acarretam as importações de maquinarias e utensilios e igualmente prover com o metal das nossas jazidas ás necessidades elementares do aparelhamento militar do país. Para isso, bastará estimular, quando não fôr possível iniciativa direta do poder publico, as explorações locais de transformação do minerio, preferindo sempre as que apliquem metodos de tratamento em que não seja necessario o combustivel de alto teôr, cuja aquisição é um dos maiores obstaculos até agora encontrados para a realização desse empreendimento. Assim procedem outros países que, embora não possuindo esse mesmo combustivel, nem por isso deixaram de instalar um parque siderurgico capaz, no minimo, de atender ao consumo do mercado interno. Seria essa, além do mais, uma solução previdente, diante dos progressos da tecnica moderna aplicada ao problema do aço, que deixam entrever possibilidades de industrialização do ferro, mediante processos em que a energia eletrica, produzida pela força hidraulica tão abundante entre nós, substitue o combustivel solido.

Pelos dados que vão insetos em outra parte da presente mensagem, verifica-se que esforços persistentes estão sendo feitos para ampliar a capacidade do nosso pequeno parque siderurgico, havendo um interesse cada vez maior pelo desenvolvimento da parte propriamente industrial, isto é, fundição e fabricação de maquinas e utensilios, como comprovam os "stands" das ultimas exposições realizadas no país.

PETROLEO

∇ atenção que vem sendo dispensada ás investigações feitas sobre petroleo, em diversos pontos do país, tanto por iniciativa particular como pelos serviços oficiais, evidencia, por si só, a importancia desse outro problema premente para a economia nacional, que é a obtenção de combustivel liquido em quantidade bastante para atender ás necessidades das industrias. Atento á insistencia com que o assunto foi focalizado, preocupando as opiniões, o Governo resolveu promover um completo inquerito a respeito, afim de verificar não só as condições tecnicas dos trabalhos que se vêm realizando e a idoneidade dos seus resultados, como tambem, o que é mais importante, organizar um plano de pesquisas que permita conclusões seguras sobre a existencia e localização de petroleo no territorio nacional, bem como acerca das possibilidades imediatas da sua exploração

CIMENTO

O aumento do numero de fabricas de cimento é verdadeiramente significativo, como indice do desenvolvimento das nossas forças produtoras. A fabricação nacional cresceu consideravelmente durante o quinquenio de 1930-1934, sendo provavel que, dentro em pouco, com as instalações que se projetam, possa suprir ás necessidades do nosso consumo. Na parte referente ás atividades industriais, incluída no relato dos serviços a cargo do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, encontram-se dados estatísticos que comprovam inteiramente essas asserções.

Data de 1930 o impulso tomado por essa industria. O Governo Provisorio, por decreto então expedido, revogou a concessão privilegiada que fôra conferida a uma unica fabrica, assegurando garantias e vantagens comuns a todas as que fossem instaladas. daí em diante, no territorio nacional. Isso permitiu a organização de mais tres estabelecimentos congeneres, atualmente produzindo cimento de excelente qualidade.

MINISTERIO DA FAZENDA

1 — SITUAÇÃO ECONOMICA

Os índices da situação econômica do Brasil são francamente animadores. A produção cresce e as atividades tomam em cada setor maior extensão. Tudo isso significa que a vitalidade econômica do país permanece intacta, reagindo, ainda, vantajosamente, contra as dificuldades resultantes da precária e instável situação dos negócios, em geral.

Os dados da produção, referentes ao período de 1930 a 1935, comprovam robustamente o surto da economia nacional, permitindo verificar que a produção agrícola cresceu de 137.315.763 quintais metrícos, em 1930, para 162.780.470 quintais, em 1935; a produção animal de 30.231.944 para 36.127.000; a extrativa mineral de 10.803.925 para 17.102.577, e a extrativa vegetal de 5.138.850 para 5.266.830.

No seu conjunto, a produção agrária, que fôra de 183.490.482 quintais, em 1930, atingiu, em 1935,

a 221.276.877 quintais. Nos termos da média de 1925-1929, tomada como base de confronto pela estatística agrícola, houve um aumento de 34 % na produção agrícola, de 31 % na produção animal, de 56 % e 2 %, respectivamente, na extrativa mineral e na extrativa vegetal. De 1930 para 1935, houve, portanto, um aumento total de 37.786.395 quintais metricos.

A progressão quantitativa das trocas mercantis, internas e externas, constitue outro testemunho decisivo de que a economia nacional se expande, encontrando maiores mercados de consumo, dentro e fora de nossas fronteiras, para os excedentes verificados anualmente de uma para outra safra.

Quanto ao valor em que se estima a produção agraria, na sua totalidade, ela apresenta um aumento de 710.812:000\$, de 1930 para 1935. Todavia, esse valor ainda não atingiu o nivel relativo a 1929, o que fornece a indicação indireta, bem valiosa, de que o preço medio unitario da produção agraria não encareceu por motivos de ordem inflacionista.

Em 1935, o valor da produção agraria foi de 9.559.434:000\$, tendo descido de 10.518.697:000\$ em 1929, para 8.848.622:000\$ em 1930. Em 1931, registou-se nova queda para 6.895.194:000\$000.

Daí por diante a tendencia é para retomar o nivel registado em 1929. Todavia, quando se verifica que o volume da produção agraria aumentou de 3 %, de 1934 para 1935, e que o seu valor cresceu apenas de 1 %, chega-se á conclusão de não ter havido majoração artificial de preços. Por sua vez, de 1930 para 1935, aquele valor denota apenas uma elevação de 8 %, ao passo que o surto das quantidades produzidas corresponde a 23 %.

Tomando-se por base a média de 1925-1929, o indice do volume da produção, que era de 112, em 1929, atingiu a 134, em 1935; o indice do valor desceu de 114 a 104, no periodo de 1929 a 1935. Quanto ao ultimo bienio, é oportuno ainda acrescentar que, enquanto o indice do valor global da produção agraria cresceu de 103 para 104, na produção, propriamente agricola, houve um declinio do indice de 94 para 93, no mesmo periodo. Quer dizer que, se na produção animal, na extrativa mineral e na extrativa vegetal, o surto das quantidades não coincidissem com o do valor, teriamos tido, em 1935, para toda a produção agraria, um valor aquém do alcançado em 1934, porque, enquanto as safras agricolas aumentaram quantitativamente, o seu valor diminuiu. Trata-se de uma indicação valiosa, que permite constatar a tendencia dos preços medios no periodo examinado.

O quadro seguinte exprime, em algarismos precisos, a melhoria da situação económica do país, no setor ora referido:

PRODUÇÃO AGRÁRIA

ANOS	QUINTAIS METRICOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1930.....	183.490.482	8.848.622
1931.....	185.127.393	6.895.194
1932.....	201.367.539	7.498.346
1933.....	210.255.832	8.631.217
1934.....	216.705.396	9.477.543
1935.....	221.276.877	9.559.434

NUMEROS - INDICES

(Base — 1925-1929 = 100)

ANOS	QUANTIDADES	VALOR
1930.....	111	96
1931.....	112	75
1932.....	122	81
1933.....	127	94
1934.....	131	103
1935.....	134	104

COMERCIO EXTERIOR

O Brasil vai recuperando seguramente, de ano a ano, o ritmo ascendente do seu comercio exterior. Tanto na exportação como na importação, essa tendencia se manifesta em algarismos, que representam um novo surto, em referencia á posição alcançada pelo nosso intercambio internacional em 1934.

Referimo-nos aos indices quantitativos. São eles que exprimem a expansão economica do país, vista sob o aspecto das suas permutas de mercadorias com o exterior. É certo que, encarada a posição do nosso comercio externo em libras-ouro, moeda essa utilizada para fins de comparação estatistica, ressalta que o valor da exportação diminuiu, de 1934 para 1935, na proporção de 2.227.763 libras-ouro. Mas, tendo subido em cifra quasi igual o valor da importação, cujo aumento, no confronto dos dois ultimos anos, corresponde a 1.963.835 libras-ouro, resulta que, no seu conjunto, apesar de manter-se ininterrupta a queda dos preços, em moeda-ouro, o valor do nosso comercio exterior se conserva praticamente, em 1935, no mesmo nivel do ano anterior. Os totais dos dois anos são os seguintes, para a exportação e a importação reunidas: 1934, 60.706.917 libras-ouro; 1935, 60.442.989 libras-ouro.

O saldo da balança comercial decresceu de 9.772.305 libras-ouro, para 5.580.707 libras-ouro.

Esse decrescimo resulta da queda geral dos preços nos mercados mundiais, fator que escapa inteiramente á ação da administração de qualquer país. É isso o que se evidencia do confronto do nosso comercio exterior com o dos demais países. Caiu o saldo da nossa balança comercial de 1934 para 1935, porque, apesar do aumento do volume dos produtos exportados, o respectivo valor decresceu devido á queda dos preços e ainda porque, tendo a importação subido em quantidade, não declinou, como na exportação, o seu valor medio por tonelada.

O movimento quantitativo do comercio exterior do Brasil, considerado a partir de 1930, ano em que se fizeram sentir os efeitos depressivos da crise mundial, aberta em 1929, mostra, por outro lado, que a exportação cresceu, enquanto a importação diminuiu. Depois de 1933, o surto da quantidade exportada foi sempre maior do que o aumento que se verifica no volume importado. A diferença para menos na exportação, em cotejo com a importação, vem diminuindo, ao ponto de exprimir-se em 491.333 toneladas, no decurso dos tres ultimos anos. O volume global do nosso comercio exterior apresenta, em 1935 sobre 1934, um aumento correspondente a 901.724 toneladas. Essa é, em conjunto, a realidade do comercio externo do país, a qual melhor ressalta quando encararmos, em detalhe, a situação da exportação e da importação, consideradas isoladamente.

O desenvolvimento progressivo da exportação, depois do rude colapso sofrido em 1932, quando se registou a maior queda no volume dos produtos exportados, evidencia segura e crescente reação. Os índices da quantidade dos produtos que o Brasil coloca no estrangeiro aumentam, apesar dos obstáculos que continuam a entravar o intercâmbio mundial.

O quadro seguinte resume bem a situação do país, a esse respeito:

EXPORTAÇÃO

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS-OURO
1930.....	2.273.688	2.907.354	65.745.925
1931.....	2.236.062	3.398.164	49.543.866
1932.....	1.632.265	2.536.765	36.629.594
1933.....	1.910.772	2.820.271	35.790.080
1934.....	2.184.782	3.459.005	35.239.611
1935.....	2.761.762	4.104.008	33.011.848

No confronto dos dois últimos anos, a exportação apresenta um aumento de 576.980 toneladas, si bem que o seu valor haja decrescido de 2.227.763 libras-ouro. Os preços medios, em ouro, caíram de £ 4 e 2 s, para os produtos exportados, ficando anulada, dessa forma, a influencia restauradora que deveria exercer o surto da exportação sobre a balança do nosso comercio exterior.

Quando se examina o movimento exportador do Brasil, no ano findo, em cotejo com o de 1934,

do ponto de vista dos preços medios e do volume, verifica-se que os 33 principais produtos que o estrangeiro nos compra, com exceção de quatro — couros, xarque, herva-mate e milho — foram beneficiados pelo aumento da respectiva tonelagem; mas, com referencia aos preços medios, em ouro, a grande maioria deles obteve menores cotações. Foram favorecidos, todavia, pela melhora desses preços medios, o algodão, de que nos ocuparemos em separado, a banha, o manganês, a cera de carnaúba, a baga da mamona e as castanhas.

No ano findo, ocorreu o maior aumento quantitativo registado na exportação, aumento que foi de 580.000 toneladas, em relação a 1934, e de 1.129.497 toneladas si o compararmos a 1932, ano de mais baixo indice da nossa exportação.

Relativamente á importação, o seu movimento se expressa nos seguintes algarismos, durante os seis anos citados:

IMPORTAÇÃO

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS-OURO
1930.....	4.881.379	2.343.705	53.618.511
1931.....	3.566.341	1.880.934	28.755.694
1932.....	3.333.152	1.518.694	21.744.297
1933.....	3.935.735	2.165.254	28.131.911
1934.....	3.970.648	2.502.785	25.467.306
1935.....	4.295.392	3.855.921	27.431.141

Existe certo paralelismo entre as flutuações do volume dos produtos importados e o dos artigos exportados, dentro do período em exame. Ocorrem, entretanto, certas discrepâncias favoráveis à exportação. No período de 1930 a 1935, a importação caiu de 585.987 toneladas; a exportação cresceu em quantidade aproximada, conforme ficou já demonstrado. Regista-se em 1932 a maior depressão, quer das quantidades exportadas, quer das importadas. De 1932 para 1935, o surto quantitativo dos produtos vendidos ao estrangeiro se expressa na cifra de 1.129.497 toneladas; na importação ele se traduz em 962.240 toneladas. No biênio de 1933-1934 a importação se manteve mais ou menos na mesma tonelagem, enquanto a exportação cresceu de 274.010 toneladas. De 1934 para 1935, regista-se um aumento de 576.980 toneladas, na exportação, enquanto o da importação é de 324.744 toneladas. Finalmente, o Brasil ultrapassou, de muito, em 1935, o nível do volume exportado em 1930, mantendo-se, no entanto, consideravelmente aquém do nível do volume importado naquele ano.

Relativamente ao valor, em libras-ouro, os resultados se mostram diferentes. No decurso dos dois últimos anos, o valor da importação cresceu de 1.963.825 libras-ouro, enquanto diminuiu de 2.227.763 libras-ouro, na exportação. Os preços médios respondem por essa situação. Exportando, em 1935, quantitativamente, em proporção muito

maior do que importou, o Brasil sofreu as consequências das flutuações dos preços medios, devido ás suas baixas em relação aos produtos exportados, ao passo que ficou inalterada a cotação média, em ouro, dos artigos importados.

A comparação do rumo do nosso comercio internacional, no periodo de 1930 a 1935, evidencia as seguintes conclusões: o valor da importação baixou de 26.187.370 libras-ouro e o valor da exportação caíu de 32.734.077 libras-ouro, mau grado haver declinado o volume dos produtos que comprámos e subido o dos artigos que vendemos ao estrangeiro naquele espaço de tempo.

Os seguintes numeros-indices resumem, perfeitamente, as tendencias a que obedeceu o nosso comercio exterior no periodo de 1930 a 1935:

NUMEROS-INDICES DE EXPORTAÇÃO

(Base — 1924-1928 = 100)

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS- OURO
1930.....	117	78	69
1931.....	115	91	52
1932.....	84	68	38
1933.....	98	75	37
1934.....	113	93	37
1935.....	142	110	35

NUMEROS-INDICES DA IMPORTAÇÃO

(Base — 1924-1928 = 100)

ANOS	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS- OURO
1930.....	95	74	67
1931.....	69	59	36
1932.....	65	48	27
1933.....	77	68	35
1934.....	77	79	32
1935.....	83	121	35

O COMERCIO EXTERIOR DE OUTROS PAÍSES

As estatísticas internacionais mostram que não se pode julgar a situação econômica de cada país em função exclusiva de sua vida interna. Crescente interdependência regula as condições de vida dos diferentes povos, sempre mais aproximados em consequência do desenvolvimento, também crescente, das comunicações.

Confrontando os índices do nosso comércio externo com os do comércio mundial, dentro da crise que ainda perdura, verifica-se que o Brasil é um dos países menos atingidos pelos seus efeitos. Nações de economia solidamente estruturada apresentam maior declínio nas cifras do seu intercâmbio comercial.

O confronto dos dados estatísticos permite observar as proporções que marcam as oscilações registadas pelo commercio externo de cada país.

Em relação á Europa, por exemplo, o movimento quantitativo das importações, entre 1929 e 1934, caíu de 19,5 %, ao passo que, na America do Norte, esse declinio corresponde a 35,5 %. O valor respectivo, em ouro, sofreu a depressão de 55 %, na Europa, e de 64,5 %, na America do Norte. Nas exportações europeias, o declinio quantitativo se exprime no coeficiente de 30,5 % e no de 34,5 %, quanto á America do Norte. Os valores, em ouro, caíram, respectivamente, de 50 % e de 58 %.

No commercio do Imperio Britanico, as quedas registadas foram de 64,7 %, quanto ao valor-ouro das importações, e de 64,5 % quanto ao valor-ouro das exportações. Esse declinio representa percentagens maiores, si considerarmos exclusivamente o commercio externo do Reino Unido. Relativamente ao intercambio da França e suas colonias, o valor-ouro caíu de 56,9 %, para as importações, e de 58 %, para as exportações, tornando-se tambem mais pronunciado esse declinio si computarmos a metropole sem o dominio colonial. Como se vê pelo quadro seguinte, durante o periodo tomado para exame, as nossas importações caíram de 35 %, na quantidade, e 70,6 % no valor em libras-ouro. A queda da exportação corresponde ao indice de

0,20 %, quanto á quantidade, e de 62,8 %, quanto ao valor-ouro. Os sinais de reação se tornam evidentes em 1935. A queda do volume importado, que fôra de 35 %, de 1929 para 1934, se exprime em 29,6 %, em 1935. Na exportação, os mesmos índices melhoraram, porque, em vez da baixa de 0,20 %, verificada de 1929 a 1934, a tonelagem da exportação cresceu de 26,1 %, entre 1929 e 1935. Os resultados do valor, em libras-ouro, foram, porém, desfavoráveis á exportação. Tendo caído de 62,8 %, de 1929 para 1934, em confronto com 1935, essa queda se acentua de modo a atingir o coeficiente de 65,1 %. Na importação, a tendencia do valor se processa de maneira contraria, porque o seu colapso, que fôra de 70,6 %, de 1929 para 1934, se atenuou para 68,3 %, em 1935.

Ainda assim, apreciado o comercio exterior do Brasil, dentro do quadro que reflete a depressão do intercambio mercantil dos países americanos, ressalta á evidencia que a sua posição se conserva num nível superior ao de varias nações do Continente. Num conjunto de 12 países, o Brasil foi dos menos prejudicados pela queda do valor-ouro da exportação, achando-se a esse respeito em melhor posição do que os Estados Unidos, Argentina, Canadá, Mexico, Perú, Uruguai, Bolivia, Cuba e Chile. O quadro abaixo mostra os coeficientes a que corresponde a queda do valor-ouro das exportações em 12 dos países americanos.

EXPORTAÇÃO

Coefficientes de sua diminuição, em 1934, comparada com 1929

	%
Cuba.....	80,8
Chile.....	78,4
Bolivia.....	76,4
Estados Unidos.....	75,7
Argentina.....	68,2
Uruguai.....	67,3
Perú.....	64,1
Mexico.....	63,5
Canadá.....	63
<i>Brasil</i>	62,6
Colombia.....	59,3
Venezuela.....	33,5

Na importação, os Estados Unidos, Cuba, Argentina, Chile, Venezuela, Uruguai, Colombia e Bolivia precedem o Brasil quanto á queda do valor ouro de suas importações, conforme se verifica do quadro abaixo:

IMPORTAÇÃO

Coefficientes de sua diminuição, em 1934, comparada com 1929

	%
Chile.....	87,3
Cuba.....	79,1
Venezuela.....	77,7
Estados Unidos.....	77,5
Canadá.....	75,9
Colombia.....	73,9
Bolivia.....	72,1
Argentina.....	72,9
<i>Brasil</i>	70,7
Mexico.....	70,1
Perú.....	69,7
Uruguai.....	66,3

No conjunto do comercio americano, considerados apenas os países cujo intercambio externo mais avulta, o Brasil se acha em nono lugar, rela-

tivamente á queda sofrida pelo valor de sua exportação. A comparação com a Argentina é, a respeito, muito significativa. Enquanto a exportação argentina caíu de 908.000.000 para 288.000.000 de dolares-ouro, de 1929 a 1934, a nossa exportação oscilou de 461.000.000 para 172.000.000 de dolares, no mesmo periodo. Quer dizer que a Argentina teve aquele valor reduzido a 31,7 % do que era em 1929, enquanto que, no caso do Brasil, essa redução não foi além de 37,3 %. Excetuados a Colombia, o Canadá e Venezuela, em todos os outros países reunidos no quadro anterior, a baixa do valor-ouro da exportação foi mais profunda do que a sofrida pelo Brasil.

O cotejo seguinte, feito com um grupo de 14 países do mundo, mostra que ainda aí a posição do Brasil é relativamente lisongeira.

EXPORTAÇÃO

Coefficientes de sua diminuição em 1934 comparada com 1929

	%
Estados Unidos.....	75,7
India.....	71,3
Espanha.....	71
Alemanha.....	69,4
Argentina.....	68,2
Italia.....	66,6
Inglaterra.....	66,4
França.....	64,4
Holanda.....	64,2
Canadá.....	63
<i>Brasil</i>	62
Japão.....	61,1
Australia.....	59,6
Belgica.....	57,6

Relativamente á queda sofrida no valor-ouro da importação, no conjunto dos 14 países supra, o Brasil está no 5º lugar, vindo depois dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Australia.

COMERCIO DE CABOTAGEM

Os algarismos referentes ao nosso comercio de cabotagem, postos em confronto, tanto na quantidade como no valor-papel, com as cifras da exportação, indicam que o seu crescimento se processou normalmente, sem solução de continuidade, durante os seis anos compreendidos de 1930 a 1935. Houve, nesse periodo, no volume do movimento exportador do país, flutuações para mais e para menos. Depois da grande queda verificada em 1932, registaram-se uma elevação sensível, em 1933, e apenas um ligeiro aumento, em 1934, na tonelagem dos produtos remetidos para o exterior, e, em seguida, o consideravel surto de 1935. No comercio de cabotagem, porém, a linha ascendente do volume é firme, subindo sempre, conforme o demonstra o quadro seguinte:

ANOS	QUANTIDADE EM MIL TONELADAS			VALOR EM MIL CONTOS		
	Nacionais	Nacionalizados	Total	Nacionais	Nacionalizados	Total
1930.....	1.453	107	1.560	1.779	279	2.058
1931.....	1.536	97	1.633	1.953	281	2.234
1932.....	1.610	118	1.728	2.075	272	2.347
1933.....	1.741	125	1.866	2.231	320	2.551
1934.....	1.960	127	2.087	2.457	325	2.782
1935.....	2.048	132	2.180	2.918	380	3.298

Apezar de ter sido sensível o aumento quantitativo da exportação, nos dois últimos anos, todavia, dentro dos seis anos supra, o volume do comércio de cabotagem cresceu em maior proporção que a tonelagem dos produtos que exportamos. De 1930 para 1935, a exportação se elevou de 488.000 toneladas; o comércio de cabotagem apresentou o aumento de 620.000 toneladas. Em 1932, enquanto a exportação caiu de 603.000 toneladas, no cotejo com 1931, aquele comércio não sofreu solução de continuidade no seu desenvolvimento quantitativo. Houve anos, no período de 1930 a 1935, em que o volume da cabotagem ultrapassou o da exportação, como em 1932, ou lhe foi quasi igual, conforme ocorreu em 1933 e 1934. É o sinal evidente de que, nas trocas do comércio interno, o país encontra uma força que atenua os efeitos causados na sua vida econômico-financeira, pela diversidade dos fatores que ora deprimem e ora melhoram o nível da quantidade dos artigos com que o Brasil concorre para os mercados internacionais.

Examinadas as trocas de cabotagem pelos números-índices que refletem as suas tendências, nos seis anos acima referidos, as proporções do seu crescimento variam de conformidade com o período tomado como base de confronto. Cotejado com o período-base de 1924-1928, o volume do comércio de cabotagem cresceu do índice de 89, em 1930, para o de 124, em 1935.

Tem sido frequente dizer-se que a situação da economia nacional se caracteriza por índices depressivos mais acentuados depois de 1930. Trata-se de uma asserção sem fundamento, desautorizada completamente pelo proprio testemunho dos algarismos. O confronto do nosso comercio de cabotagem mostra, de maneira exuberante, que o crescimento desse comercio, em comparação com os índices-medios de 1924-1928, foi muito pronunciado dentro do periodo dos seis anos compreendidos de 1930 a 1935, quando o aumento das quantidades se exprimiu no coeficiente de cerca de 40%.

NUMEROS-INDICES DO COMERCIO DE CABOTAGEM

(Base — 1924-1928 = 100)

ANOS	QUANTIDADE	VALOR
1930.....	89	74
1931.....	93	80
1932.....	99	84
1933.....	106	91
1934.....	119	94
1935.....	124	118

No nosso comercio de cabotagem, cabe o maior volume aos produtos alimenticios; mas, quanto ao valor, têm preponderancia os artigos manufacturados. Excetuada a classe dos animais vivos, de importancia diminuta, foram as materias primas que mais avolumaram o intercambio mercantil interno,

em 1935, comparado com 1934. Mesmo em relação ao valor, pertence ainda às materias primas o aumento percentual mais sensível, registado durante os dois ultimos anos.

CAFÉ

A situação do café, conjurados os aspectos mais serios da crise de 1929, começa a normalizar-se, apresentando melhoria sensível, apesar da tendencia insistente dos preços, em moeda internacional, no sentido da baixa. Não se trata, porém, conforme ficou já assinalado, de uma depressão que só atinge ao nosso país. No comercio mundial, as quantidades permutadas cresceram de 3%, em 1934, sobre 1933, mas o valor-ouro baixou de 3,2%. Quanto ao café, do confronto feito pelas estatísticas internacionais, entre maio de 1935 e dezembro de 1933, resulta um ligeiro aumento de 4,1% do preço em libras esterlinas. Relativamente aos preços-ouro, o coeficiente de variações, no periodo de 1929 a 1934, positiva, pelo contrario, uma baixa de tal modo sensível, que poucos foram os artigos, de consumo internacional, que a sofreram nas mesmas proporções.

Não se pode estabelecer um termo de comparação entre a situação do café, em 1930, e a sua posição atual. A obra de restabelecimento do seu equilibrio estatístico constitue acontecimento sem precedente nos anais da politica de defesa comercial da nossa produção. Essa defesa se desenvolve

dentro de duas linhas fundamentais: a incineração dos excedentes, acumulados por uma orientação verdadeiramente desastrosa, e a restrição da produção, estimulada por motivos notoriamente artificiais, como consequencia das intervenções praticadas com o fim de valorizá-la. Ao explodir a crise mundial de 1929, golpeando profundamente as cotações das mercadorias, principalmente das materias primas e dos generos alimenticios, os preços internos do café vinham crescendo em progressão acelerada.

Foi em situação assim precaria que o Governo Provisorio, ao instalar-se, encontrou o principal produto da economia interna e da exportação do país. Infelizmente, a tendencia dos preços externos, em ouro, não se modificou na sua marcha decrescente. Daí, os totais menores com que o café continua a figurar no computo do nosso comercio externo, caindo sempre o seu valor, conforme as estatisticas abaixo:

EXPORTAÇÃO DO CAFÉ, POR SAFRAS

Em mil sacas

ANOS	SACAS	VALOR	
		Em contos de réis	Em libras-ouro
1930-1931.....	17.523	1.977.049	36.263.844
1931-1932.....	15.277	2.338.190	31.313.247
1932-1933.....	12.148	1.731.201	25.558.097
1933-1934.....	15.855	2.185.947	23.202.365
1934-1935.....	13.409	1.955.699	18.445.464

Esses algarismos, abrangendo o movimento da exportação por safras, refletem as saídas de café até junho do ano passado, apresentando uma diminuição sensível em confronto com o ano agrícola anterior. Por sua vez, o ano agrícola inicial do quinquênio assinalado não pode servir de termo normal de comparação, porque nesse período estão computadas, nas remessas para o exterior, as quotas de trocas diretas por outros produtos. Embora se considere a exportação do café, por safras, é preciso reconhecer que as perdas possíveis do ano agrícola de 1934-1935 já foram recuperadas pelas colheitas do ano de 1935-1936, cujas saídas superam consideravelmente as do período precedente.

O movimento ascendente da exportação ressalta do simples exame das estatísticas. Si não temos progredido de safra a safra, regularmente, como seria de desejar, vamos atingindo índices de exportação animadores. Da safra em escoamento, exportámos até fevereiro 11.208.164 sacas contra 8.618.472, em igual período de 1934-1935, ou sejam 2.589.692 a mais. A média mensal alcançada foi, pois, de 1.401.020 sacas, com um aumento de 323.711 sobre a média mensal da safra de 1934-1935.

Por outro lado, mostram-se favoráveis as cifras das nossas entregas para o consumo. No período de julho de 1934 a fevereiro de 1935, destinámos aos mercados estrangeiros 9.748.000 sacas, ao passo

que no mesmo periodo da safra de 1935-1936 essas entregas se elevaram a 11.396.000, acusando um aumento, portanto, de 1.646.000.

Finalmente, si é verdade que a nossa exportação de café, por safra, no ano agricola de 1934-1935, está representada por indices inferiores aos da safra de 1933-1934, tambem é certo que se mostram compensadoras as tendencias da safra em escoamento, bem como o respectivo movimento exportador, por ano civil, o que se exprime, em 1935, pelos seguintes indices, superiores aos de 1934:

EXPORTAÇÃO DO CAFÉ POR ANO CIVIL

ANOS	EM MIL SACAS	VALOR	
		Em contos de réis	Em libras-curo
1930.....	15.288	1.827.577	41.779
1931.....	17.851	2.347.079	34.104
1932.....	11.935	1.823.948	26.238
1933.....	15.459	2.052.858	26.168
1934.....	14.147	2.114.512	21.541
1935.....	15.329	2.156.691	17.374

Não retrocedeu a exportação de café no periodo de 1934 para 1935. Normalmente, só em 1933 foi um pouco maior do que a do ano passado, visto

o ano de 1931 marcar um periodo cuja exportação cresceu por fatores de ordem transitoria. Em confronto com o ano de 1930, si não subiu sensivelmente a nossa exportação, todavia não desceu com referencia ao nivel então atingido. O indice de 1934, em face da média de 1924-1928, foi de 100, ao passo que o de 1935 subiu para 108, relativamente ás quantidades exportadas. No valor-ouro, porém, os indices desceram de 30, em 1934, para 24, em 1935, devido á queda dos preços medios, assim registada:

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

Valor medio por saca, em libras-ouro

1930.....	2/14
1931.....	1,18
1932.....	2,4
1933.....	1/14
1934.....	1/10
1935.....	1/3

Em 1935, comparado com 1934, o consumo mundial do café brasileiro cresceu na proporção de 586.000 sacas; o consumo do produto dos outros países aumentou de 260.000 sacas. Confrontadas as quotas com que entramos para o consumo mundial, no periodo de 1930 a 1935, evidencia-se que a nossa participação subiu de 742.000 sacas, enquanto a quota dos outros países atingiu apenas 84.000 sacas. Dentro dos referidos seis anos, a posição do café

brasileiro, em confronto com a dos seus concorrentes, foi a seguinte:

CONSUMO MUNDIAL DO CAFÉ

ANOS	EM MIL SACAS			PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL	
	Do Brasil	De outros países	Total	Do Brasil	De outros países
1930.....	15.058	8.637	23.695	63	37
1931.....	16.951	8.261	25.212	67	33
1932.....	13.991	9.229	23.220	60	40
1933.....	15.347	8.193	23.542	65	35
1934.....	15.214	8.461	23.675	64	36
1935.....	15.800	8.721	24.521	64	36

Os algarismos relativos á incineração demonstram, por si sós, o grande esforço que foi necessario desenvolver para anular os efeitos desastrosos da politica de valorização. Até 31 de dezembro de 1933, tinham sido incineradas 25.842.429 sacas. Em 1934, a incineração correspondia á cifra de 8.265.791 para ficar reduzida, em 1935, apenas a 1.693.292. Totalizadas essas parcelas, vemos que a queima do café corresponde á soma de 35.801.332 sacas que, de outra maneira, estariam pesando desastrosamente sobre a posição mercantil do pro-

duto, de modo a deprimí-la até um ponto cujas consequências seriam de difícil previsão.

A política prudente de amparo á lavoura, nos seus melhores interesses, prejudicada pelas intervenções que até então se praticavam, tornou possível uma situação de desafogo, que se manifestaria através de índices melhores si, de um modo geral, a queda dos preços não viesse concorrer para reduzir as vantagens do equilíbrio estatístico.

O movimento do volume da nossa produção e das entregas ao consumo foi o seguinte, durante as seis ultimas safras:

PRODUÇÃO DE CAFÉ E ENTREGAS AO CONSUMO

Quantidade em sacas

ANOS	PRODUÇÃO	ENTREGAS AO CONSUMO
1929/30.....	28.228.000	15.232.000
1930/31.....	16.552.000	16.546.000
1931/32.....	27.933.000	15.589.000
1932/33.....	16.500.000	13.356.000
1933/34.....	29.610.000	16.131.000
1934/35.....	17.366.000	14.859.000

O governo continua trabalhando no sentido de consolidar a posição do café brasileiro nos centros consumidores internacionais. Daí o esforço que vem

sendo feito com o objetivo da melhoria dos tipos, de modo a satisfazer as exigências do consumo. O serviço estatístico da classificação do produto, aplicado a todos os cafés entrados nos portos, permite chegar a resultados seguros e definitivos quanto ao conhecimento da qualidade de nossa produção cafeeira.

Visando o melhoramento qualitativo e de volume das nossas safras e considerando as dificuldades de ordem material e financeira que a lavoura encontraria para praticar as recomendações dos técnicos, resolveu o Governo montar um aparelhamento eficiente, capaz de facilitar a sua colaboração com os produtores, na campanha em prol dos cafés finos. Daí, a criação e disseminação das usinas centrais de despulpamento, beneficio e standardização do café, destinadas ao amparo dos interesses dos lavradores, possibilitando, em bases racionais, a padronização, em massa, do café, para suprimento dos mercados consumidores.

A instalação dessas usinas obedeceu a longo e pormenorizado estudo, tendo em vista, não só o equipamento técnico indispensável, como também a obtenção de um produto em condições de garantir o máximo de resultados econômicos aos produtores. Os cafés assim preparados caracterizam-se pelos seguintes requisitos: ausência de defeitos; secagem completa em beneficio do maior rendimento da chicara; preparo perfeito, sem as fer-

mentações prejudiciais às boas condições da bebida; produto padronizado. Dessa forma, os lavradores poderão obter cafés rigorosamente bem preparados e alcançar uma fácil colocação do seu produto nos mercados consumidores internacionais. Acham-se montadas 23 usinas no Estado do Rio, 13, no Estado do Espírito Santo, 6, no Estado da Baía, 3, em Pernambuco, 1, no Paraná e 1, no Estado de Minas Gerais.

Foram ratificados pelo Poder Legislativo, após a aprovação dos poderes legislativos estaduais, as sugestões do Convenio Cafeeiro, realizado em julho do ano findo no Distrito Federal, tornando-se lei em 6 de janeiro do corrente ano. Só dessa data em diante passaram a ser observadas as suas disposições. Não obstante, tomaram-se providencias preliminares para a compra do excesso da safra. Para a aquisição dos excedentes, determinou-se a classificação de todo o café existente nos armazens reguladores, publicando-se o respectivo resultado, para conhecimento dos interessados e consequente declaração de venda ao Departamento Nacional do Café.

Proceder-se-á á compra no prazo de 90 dias, mediante aceitação de duplicatas, quando se trate de vendedor comerciante, e mediante letras de cambio ou simples conhecimento de fatura, quando se trate de produtor. A tabela de preços definitivos foi estabelecida de acôrdo com as con-

dições dos mercados e visando também atender às aspirações das classes interessadas, especialmente da lavoura

ALGODÃO

Entre os aspectos mais animadores do movimento exportador do país figura o das vendas crescentes de algodão, consideráveis, principalmente, nos últimos anos.

Os índices das safras algodoeras, no período de 1925 a 1935, vinham-se mantendo, mais ou menos, em nível inferior à média registada no quinquênio de 1925-1929, até que, a partir de 1933, passaram a elevar-se de forma bastante expressiva, como comprova o quadro estatístico abaixo:

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

ANOS	QUANTIDADE EM TONELADAS	VALORES	
		Em contos de réis	Em mil libras-ouro
1930.....	30.416	84.602	1.920
1931.....	20.779	54.189	826
1932.....	515	1.767	25
1933.....	11.693	32.782	369
1934.....	126.548	456.198	4.666
1935.....	138.630	647.993	5.223

Diante de surto tão auspicioso, impõe-se assegurar ao algodão o coeficiente conquistado no movimento exportador de 1934/1935, onde figura em segundo lugar, tanto pelo valor como pela quantidade. Si verificarmos o seu nível percentual na exportação do Brasil, dentro dos seis anos compreendidos de 1930 a 1935, observaremos o seguinte:

EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO

ANOS	PERCENTAGEM SOBRE A QUANTIDADE TOTAL DA EXPORTAÇÃO	PERCENTAGEM SOBRE O VALOR TOTAL DA EXPORTAÇÃO EM LIBRAS-OURO
1930.....	3	3
1931.....	1	1
1932.....	—	—
1933.....	1	1
1934.....	6	13
1935.....	5	16

E' oportuno assinalar que, depois de 1933, baixaram os coeficientes do valor, em libras-ouro, do café, no computo da exportação, ao passo que os do algodão cresceram. A percentagem perdida pelo café foi precisamente igual á percentagem conquistada pelo algodão: baixa de 9 % o coeficiente com que figura o café no valor global, ouro, e sobe de 3 % a contribuição do algodão.

Não devemos, todavia, confiar demais nas circunstâncias que atualmente nos são favoráveis. Por assim pensar, o Governo age no sentido de manter o terreno já conquistado nos mercados consumidores internacionais. Daí, as facilidades de crédito com que vem procurando amparar e expandir a lavoura algodoeira nas diversas zonas apropriadas do país.

O exame das estatísticas, no período de 1925 a 1935, mostra como tem sido descontínua a nossa exportação de algodão, o que é fácil de perceber pelo quadro abaixo:

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO

ANOS	QUANTIDADE EM TONELADAS	VALORES	
		Em contos de réis	Em mil libras-ouro
1925.....	30.635	124.494	3.307
1926.....	16.687	21.290	1.181
1927.....	11.917	41.936	1.023
1928.....	10.010	36.392	893
1929.....	48.728	153.915	3.783
1930.....	30.416	84.602	1.920
1931.....	20.779	54.189	896
1932.....	515	1.767	25
1933.....	11.693	32.782	369
1934.....	126.548	456.198	4.666
1935.....	138.630	647.993	5.223

Evidentemente, o país não poderá contar com um movimento exportador que se processa dentro de um criterio de tanta variabilidade. As oscilações acima tornariam precarias, se subsistissem, as condições extremamente mutaveis da exportação de algodão. Por sua vez, os preços medios, em ouro, têm descido e subido ininterruptamente. O Brasil não tem como controlar esses preços. Todavia pode neutralizar os seus efeitos, produzindo algodão em boas condições e exportando-o em volume cada vez maior.

A posição do produto, nos ultimos dois anos, vem sendo excelente, sob todos os aspectos, inclusive o do valor medio obtido por tonelada exportada. Num conjunto de 33 principais artigos exportaveis, o algodão pertence ao numero dos sete produtos cujo valor medio, em ouro, subiu de 1934 para 1935. Ocorre ainda referir que os preços medios do algodão sobem depois de 1933, conforme se vê, em seguida:

VALOR MEDIO EM LIBRAS-OURO, DO ALGODÃO EXPORTADO

1930.....	63/2
1931.....	39/15
1932.....	48/14
1933.....	31/12
1934.....	36/17
1935.....	37/13

Todavia, esses preços estão longe de atingir não só ao nivel alcançado em 1930, mas ao de 1932,

quando houve uma alta do valor medio do produto, comparadamente com o do ano de 1931. O que se deve fazer é aumentar o volume produzido, mas produzindo qualitativamente bem, para assegurar ao artigo uma situação comercial oposta áquela que tão mal o recomendara aos mercados consumidores internacionais. As cifras relativas ao crescimento das safras são animadoras. Feito o confronto com a média registada no periodo de 1925 a 1929 e adotado, para essa média, o indice 100, como base de comparação, vê-se que as quantidades produzidas aumentaram, em 1934, de 141 % e, em 1935, de 211 %.

FRUTAS DE MESA

Nos ultimos anos, a produção de frutas de mesa tem se desenvolvido de modo verdadeiramente auspicioso. Já é consideravel o movimento exportador, observando-se que a colocação das nossas frutas nos mercados externos se faz com relativa facilidade, o que se explica por se tratar de produto de consumo certo e para o qual as exigencias se reduzem á qualidade, boa conservação e agradável apparencia. Pelo quadro abaixo verifica-se o crescimento constante das vendas durante o ultimo decenio:

PRODUÇÃO DE FRUTAS DE MESA

ANOS	QUINTAIS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1926.....	10.250.000	99.600
1927.....	11.500.000	115.500
1928.....	13.625.000	147.500
1929.....	15.750.000	186.000
1930.....	18.325.000	246.500
1931.....	22.200.000	327.400
1932.....	24.890.000	379.800
1933.....	26.790.750	477.564
1934.....	28.682.325	544.591
1935.....	29.363.700	556.800

NUMEROS-INDICES

(Média de 1925-1929 = 100)

ANOS	QUAN- TIDADE	VALOR
1926.....	85	79
1927.....	95	91
1928.....	113	117
1929.....	130	147
1930.....	151	195
1931.....	183	259
1932.....	206	300
1933.....	221	378
1934.....	237	431
1935.....	243	440

Os algarismos registados demonstram resultados inequívocos, pois a produção quasi triplicou no decurso desses dez anos.

A progressão foi ainda maior no concernente ás frutas citricas. Aí o crescimento, tendo-se em vista a média apurada de 1925-1929, chegou ao índice 518, em 1935, índice que sobe acentuadamente depois de 1930. O quadro seguinte é bem expressivo, a respeito:

PRODUÇÃO DE FRUTAS CITRICOLAS

ANOS	QUINTAIS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS
1926.....	1.575.000	27.000
1927.....	1.750.000	35.000
1928.....	2.800.000	56.000
1929.....	3.850.000	77.000
1930.....	4.200.000	120.000
1931.....	7.000.000	200.000
1932.....	8.750.000	250.000
1933.....	10.364.515	343.296
1934.....	11.519.760	380.440
1935.....	11.783.100	389.000

NUMEROS-INDICES

(Média de 1925-1929 = 100)

ANOS	QUAN- TIDADE	VALOR
1926.....	69	64
1927.....	77	83
1928.....	123	133
1929.....	169	182
1930.....	185	284
1931.....	308	474
1932.....	385	592
1933.....	455	813
1934.....	506	901
1935.....	518	922

Como se vê, a contribuição das frutas de mesa, com tendencia para aumentar, já é consideravel, sendo possivel que, em futuro proximo, venha pesar na balança comercial com uma quota de altos indices, concorrendo, assim, para avolumar as cifras da nossa exportação. Urge, por isso, insistir no esforço feito, melhorando a produção e ampliando os mercados, cujas condições continuam a ser favoraveis á entrada das nossas frutas.

2 — SITUAÇÃO FINANCEIRA

A nossa situação financeira tem sido, nos últimos tempos, objeto de comentários críticos, feitos com espírito geralmente tendencioso, que procura trabalhar a opinião pública, com o fim de fazer crer que o país se acha em condições ruinosas.

Trata-se, no fundo, de uma campanha impatriótica, pelo seu caráter negativista e pela insistência com que focaliza falsamente os mais sérios aspectos da vida nacional, que são, indiscutivelmente, os que dizem respeito ao seu crédito e estabilidade econômica.

A verdade não é fácil, entretanto, de ocultar, e pode ser apreendida por quem quer que se disponha a examinar os fatos com serenidade e isenção de ânimo.

Cabe-nos, apenas, assegurar que os esforços persistentes e honestos do Governo não medem obstáculos para promover, com firmeza, a obra de restauração das finanças públicas.

É natural que os resultados, algumas vezes, não sejam de todo satisfatórios, devido à intervenção de fatores estranhos e irremovíveis que escapam ao controle e à ação dos homens de governo.

A título ilustrativo, não será demais citar, entre eles, a instabilidade dos negócios mundiais, de reflexo

evidente nas relações politico-sociais, e o estancamento das correntes de comercio, produzindo efeitos perturbadores, sobretudo nos países cuja economia assenta predominantemente num ramo unico de atividades, seja o agrario ou o industrial. Sobrepondo-se a multiplos embaraços e a dificuldades de diversa natureza, tem o Governo, entretanto, conseguido assegurar uma situação de relativo desafogo, melhorando, de modo sensível, as condições gerais do país, intensificando o comercio e o credito, incrementando as industrias, e isso sem deixar de atender aos compromissos decorrentes das obrigações de nossa divida externa e sem descuidar do aperfeiçoamento dos serviços publicos, com a finalidade de garantir mais eficaz assistencia em todos os setores a que se estende a sua atividade.

Completando os esforços que representam essas realizações, cabe ainda referir os que permitiram chegar, em materia estritamente financeira, ao quasi-equilíbrio da despesa e receita publicas e encaminhar o saneamento do meio circulante com a formação do fundo-ouro, para garantia do papel-moeda.

Esses resultados tornam-se ainda mais evidentes si considerarmos o vulto das autorizações concedidas para a realização de despesas; os compromissos extra-orçamentarios liquidados e que atingiram a 447.656:654\$600; o ouro adquirido, num total de 253.782:931\$400, e o pagamento das respectivas des-

pesas, computado, em 1935, em 123.911:070\$600; as operações de crédito realizadas com o Banco do Brasil, que ficaram, no fim do exercício, limitadas á parcela de 153.785:424\$500, muito aquém do total autorizado.

Tudo isso foi feito sem recorrer a meios extremos ou a processos negativos, mas, tão somente, com os recursos provenientes do desenvolvimento natural das fontes de rendas, arrecadadas escrupulosamente e aplicadas na medida das possibilidades.

O balanço de contas do ultimo exercício é expressivo e evidencia o esforço metódico e tenaz, mantido para obter o equilíbrio. Persistem, nesse sentido, as diretrizes assentadas: incentiva-se a arrecadação; evita-se a evasão de rendas, combatendo a fraude; reforma-se a legislação fiscal e subordinam-se as despesas aos recursos existentes.

A análise a seguir deixa bem patente o que afirmamos.

Em relação ao exercício de 1931, tem-se um *deficit* de 293.954:945\$900, resultante da execução do primeiro orçamento elaborado pelo Governo Provisorio.

Nesse exercício, a situação orçamentaria da União foi enormemente prejudicada, em vista da depressão da receita. Basta ver que as rendas previstas, para 1931, correspondem á importancia de 2.669.993:574\$300, inclusive 440.622:539\$100, de recursos, ao passo que a renda geral obtida equi-

vale a 1.752.665:427\$600. A diferença, para menos, nos recursos obtidos no exercício, atingiu a réis 917.328:146\$700.

O Governo, porém, persistiu no programa de compressão das despesas orçamentarias, tanto que, autorizada na importancia de 2.327.493:922\$700, a despesa realizada ficou reduzida a 1.874.778:992\$900. Os dispendios orçamentarios, em 1931, atingem, portanto, á cifra de 452.714:929\$800.

Em virtude da queda da arrecadação, o *deficit* orçamentario montou, a 122.113:565\$300. Somada, a esse *deficit*, a importancia de 171.841:380\$600, obtida mediante creditos especiais destinados a atender a compromissos decorrentes da propria situação do país, tem-se o *deficit* global de 293.954:945\$900, no exercício já referido.

O *deficit* do exercício de 1932 atingiu a réis 1.108.877:991\$400.

Esse *deficit* provém de tres fontes primordiais. A maior delas se relaciona com a sensível diferença entre a receita arrecadada e a previsão orçamentaria. Levem-se em conta agora os gastos dos ministerios militares, em consequencia da situação anormalissima desse periodo, cujos excedentes correspondem a 418.411:769\$, para o Exercito, e 60.523:111\$, para a Marinha, bem como a parcela de 176.696:349\$, aplicada nas obras do Nordeste, e ter-se-á aí um total que excede a soma correspondente ao desequilibrio do exercício de 1932, ano em que o Governo foi

forçado a dispendios extraordinarios pelos motivos que são do dominio publico.

O esforço de compressão das despesas ordinarias manteve-se ininterrupto, nesse exercicio. Prova-o o fato de que as economias feitas, nas verbas orçamentarias, produziram, em conjunto, a importancia de 189.204:106\$900, que foi quanto se gastou a menos, pelo orçamento de 1932. A queda da receita, inevitavel num país em situação anormal do ponto de vista da ordem publica, afetou o balanço orçamentario. Assim, posto que a despesa realizada fosse menor que a autorizada, registou-se um *deficit* orçamentario no valor de 277.349:116\$400.

O exercicio de 1933 acusa tambem um *deficit* na quantia de 715.891:091\$800. Nele se refletem ainda compromissos anteriores, decorrentes de exigencias da ordem publica e de encargos ligados ás obras do Nordeste. O *deficit* estritamente orçamentario baixou, todavia, de modo consideravel. Enquanto o desequilibrio do orçamento de 1932 montou a 277.349:116\$400, ficou reduzido a réis 36.402:314\$700, em 1933. Não ocorresse a necessidade de gastos imprevistos e a situação financeira do país, pelos resultados do seu balanço orçamentario, apresentar-se-ia excelente.

E' preciso notar que o *deficit* do exercicio de 1933 abrange um periodo de 15 meses, o que contribuiu para a elevação da respectiva cifra.

No exercício de 1934, o balanço propriamente orçamentario fechou com o saldo de 213.518:391\$500. A despesa orçamentaria ficou aquém da orçada. Mas, o balanço do exercício acusa o *deficit* de 128.104:722\$000. Como consequencia das medidas tomadas para a normalização e regularização da vida administrativa do país, além das mencionadas providencias de caráter fiscal, a arrecadação produziu um excedente de mais de 400.000:000\$, o que se refletiu no resultado do balanço orçamentario expresso no saldo, já referido, de 213.518:391\$500. O Governo se viu forçado a gastos extraordinarios, no valor de 341.623:113\$500, consumindo-se, assim, recursos que, absorvendo o produto do saldo orçamentario, determinaram o *deficit* de 128.104:722\$, o menor de todos quantos se registaram desde 1930.

O *deficit* do exercício de 1934 ficou reduzido, como se vê, a 128.104:722\$, ao passo que o desequilibrio de 1930 montou á importancia de 832.590:506\$100. Do ponto de vista orçamentario, nenhum dos *deficits* registados, no periodo de 1931 a 1933, igualou ao de 1930. Pelo contrario, o *deficit* orçamentario de 1930 foi de 497.463:332\$000. Os *deficits* orçamentarios de 1931 a 1933 montaram a 435.864:996\$400, total inferior, portanto, compreendidos os tres anos, ao *deficit* de 1930. Mas, como o Governo obteve, em 1934, o *superavit* orçamentario de 213.518:391\$500, segue-se que, no periodo

de 1931 a 1934, os compromissos do Tesouro, decorrentes de *deficits* orçamentarios, se exprimem, apenas, na cifra de 222.346:604\$900.

A situação financeira, no periodo de 1931 a 1934, teria, portanto, melhorado consideravelmente, si não fossem os gastos extraordinarios determinados por situações imprevistas e pelas consequencias desses fatos no movimento da arrecadação.

Esse exame retrospectivo serve para salientar a continuidade dos processos de compressão das despesas. Si as circunstancias não permitiram eliminar os saldos negativos, certo não cabe a culpa ao Governo, que, em face de situações prementes, de problemas inadiaveis, de uma calamidade publica ou de um estado grave de perturbação da ordem, não poderia ficar jungido á exclusiva preocupação de ajustar a despesa á receita, deixando que o país se convulsionasse, ou abstendo-se de assistir ás suas populações atingidas por catastrofes imprevisiveis.

Outro fato que reflete a consideravel melhoria da situação das finanças do país é o da posição do Tesouro Nacional perante o Banco das Brasil,

Durante quasi todo o exercicio, o Tesouro, nas suas contas com o banco, se conservou credor, o que revela claramente a constancia de uma arrecadação superior á despesa.

Orçamento quasi equilibrado, indices economicos em ascensão, média do custo da vida mais ou

menos estavel, movimento total dos emprestimos concedidos e depositos feitos pelos bancos elevados de mais de 30% e 35%, respectivamente, em relação a 1930, cotação dos titulos da divida publica em posição firme, eis o quadro da situação financeira do país, ao encerrar-se o exercicio de 1935.

Com esses dados altamente significativos, fruto de uma politica sã, de um trabalho ingente e de um controle ininterrupto e eficiente, o Governo dá a mais cabal demonstração de que não faltou ao compromisso assumido, perante a Nação, de empregar todos os seus esforços, no sentido do reerguimento das finanças nacionais.

Não podemos, evidentemente, estacionar nesses propositos de restauração financeira.

A elaboração da proposta orçamentaria para 1937 está sendo processada com o maximo rigor e obedecendo a uma nova classificação, cujo objetivo é o de uniformizar os dizeres das respectivas tabelas e o de melhor distribuir as dotações, por titulos, que valham como uma sintese dos serviços a que se destinam.

Essa unidade na organização das diferentes tabelas, sobre ser de grande vantagem para a contabilidade publica, facilita o controle fiscal e simplifica a elaboração dos futuros orçamentos.

Assim orientado, o orçamento se apresentará sob nova feição. A parte "Pessoal" ficará sub-divi-

dida em "Pessoal em exercicio" e "Pessoal adido, agregado, em disponibilidade, inativo e pensionista", tendo o primeiro grupo os seguintes titulos: Pessoal fixo — Pessoal variavel — Gratificações e auxilios permanentes — Gratificações e auxilios acidentais — Outras despesas com o pessoal. A segunda parte compreenderá: "Material" — "Construções e obras novas" — e — "Serviços e encargos diversos".

Com essa distribuição ter-se-á dado um grande passo em relação ao aperfeiçoamento da nossa lei de meios.

Como providencias complementares, destinadas a influir direta ou indiretamente para a melhoria das condições financeiras do país, outras medidas estão em estudo.

Examinam-se os meios de aumentar as nossas relações comerciais. Nesse sentido já vem sendo orientada a politica cambial, afim de estimular as condições do mercado interno e de remover os obstaculos criados pelas oscilações do valor das divisas internacionais.

Na parte fiscal, a atenção governamental se fixa, atualmente, no desenvolvimento das rendas que mais contribuem para a arrecadação.

A nova lei do sêlo já teve em vista esse resultado.

O imposto sobre a renda continua sendo objeto de estudos. A elaboração de um plano geral para o

seu controle e metodização está sendo realizada, sem prejuízo das medidas já postas em pratica para aumentar a arrecadação. Recentemente, o Governo, considerando a necessidade de estabelecer normas para a execução dos serviços afetos á Diretoria do Imposto de Renda, fez expedir o respectivo regulamento, de acôrdo com a autorização contida no art. 7º do decreto n. 23.841, de 7 de fevereiro de 1934. Essa providencia facilitará a marcha do processo e virá tambem definir as atribuições e responsabilidades dos serventuários desse departamento. Para evitar, porém, a evasão desse tributo impõe-se que o Poder Legislativo não demore as medidas necessarias, já pleiteadas, ou outras equivalentes, sem as quais o fisco permanecerá desarmado para evitar as fraudes e sonegações. Não devemos esquecer que o imposto de renda precisa transformar-se, tal como está acontecendo em todos os grandes países, numa das fontes primordiais da nossa arrecadação.

Quanto ao imposto de consumo, as providencias de fiscalização, que serão postas em pratica, produzirão necessariamente o aumento da quota com que vem contribuindo para a receita geral.

BALANÇO FINANCEIRO

O orçamento da Receita e Despesa da União, em 1935, foi votado com um *deficit* de réis 506.077:992\$, conforme se evidencia do seguinte confronto:

Receita prevista.....	2.169.577:000\$000
Despesa fixada.....	2.675.654:992\$000
<i>Deficit</i>	<u>506.077:992\$000</u>

Durante o exercício foram concedidas autorizações para abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), num total de 594.899:649\$300.

Adicionando este total ao montante do *deficit* previsto na lei de meios, temos:

Excesso da despesa fixada sobre a receita prevista.....	506.077:992\$000
Créditos adicionais autorizados...	594.899:649\$300
<i>Deficit</i> total, de acordo com as autorizações legislativas...	<u>1.100.977:641\$300</u>

Si fossem utilizadas todas as autorizações legislativas para a realização de despesas, o *deficit* atingiria á elevada cifra de 1.100:977:641\$300.

Diante dessa contingencia, o Governo iniciou, desde logo, uma ação decisiva no sentido da mais radical compressão nos gastos publicos, promovendo ao mesmo tempo, a elevação das rendas.

Confrontando-se a receita prevista com a arrecadada, verifica-se que o aumento das rendas atingiu a 553.116:101\$400, assim discriminado:

RECEITA — ORÇAMENTO

Previsão.....	2.169.577:000\$000
Arrecadação.....	2.722.693:101\$400
Maior arrecadação	<u>553.116:101\$400</u>

Quanto á despesa, o resultado é bastante significativo, como a seguir se demonstra:

Fixada, inclusive suplementações, em.....	2.762.504:732\$200
O total realizado, inclusive suplementações, importou apenas em.....	<u>2.424.344:831\$900</u>
Resultando uma diferença para menos de.....	<u>338.159:900\$300</u>

Na execução da parte orçamentaria, propriamente dita, verificou-se com

Arrecadação de.....	2.722.693:101\$400
e a despesa realizada de.....	2.424.344:831\$900
um <i>superavit</i> orçamentario de.....	<u>298.348:269\$500</u>

Durante o exercício e com fundamento nas autorizações legislativas, foram abertos creditos adicionais (especiais e extraordinarios), na importancia de 441.257:331\$800 e transferido para 1935

o credito de 8.405:100\$, o que perfaz o total de autorizações de 449.662:431\$800.

Por conta desses creditos foram realizadas despesas num total de.....	197.647:262\$400
Computando-se mais as que foram efetuadas sem classificação e levadas ao titulo Agentes Pagadores, na importancia de	250.009:392\$200
Tem-se um total de.....	<u>447.656:654\$600</u>

O confronto entre a

Receita arrecadada de.....	2.722.693:101\$400
e a despesa orçamentaria realizada de.....	2.424.344:831\$900
oferece um <i>superavit</i> de.....	<u>298.348:269\$500</u>
Mas, considerando-se o total das despesas extra-orçamentarias realizadas no total de.....	447.656:654\$600
resulta a diferença de.....	<u>149.308:385\$100</u>

que representa o *deficit* do exercicio, isto é, o saldo negativo entre a "Receita" e a "Despesa" do exercicio de 1935, o qual ainda se demonstra pela comparação entre a

Receita arrecadada de.....	2.722.693:101\$400
e a despesa realizada, inclusive a parte subordinada a creditos adicionais e a Agentes Pagadores.....	2.872.001:486\$500
<i>Deficit</i> do exercicio.....	<u>149.308:385\$100</u>

Tendo sido a previsão da receita, na quantia de 2.169.577:000\$ e o total arrecadado na de

2.722.693:101\$400, resulta um aumento de renda na importancia de 553.116:101\$400.

Para que se possa avaliar a que ponto atingiu a compressão nos gastos publicos, é bastante confrontar o

Total das despesas autorizadas..	2.762.504:732\$200
com o total das despesas realizadas de.....	2.424.344:831\$900
	<hr/>
E o resultado será um saldo de autorizações, não aplicado, no total de.....	338.159:900\$300
	<hr/> <hr/>

A compressão de 338.159:900\$300 na despesa, e o excesso de arrecadação na receita de réis 553.116:101\$400, ora evidenciados, em concordancia com a compressão de 252.015:169\$400 na aplicação das autorizações especiais, e levadas em conta as despesas, de 250.009:392\$200, que não lograram classificação, representam, na cifra total de réis 893.281:778\$900, todo o trabalho do Governo para uma perfeita execução das contas do exercicio, visando-lhes o equilibrio.

Demonstrado o resultado da execução do orçamento, vejamos como foram liquidadas as operações realizadas dentro do exercicio. O balanço acusa a seguinte situação:

Receita.....	2.722.693:101\$400
Despesa.....	2.872.001:486\$500
	<hr/>
Deficit do exercicio.....	149.308:385\$100
Diversos responsaveis:	
Saldos em poder.....	82.957:967\$300
	<hr/>
Saldo devedor.....	232.266:352\$400

Operações de credito:

Deduz-se o saldo credor das operações de credito de Tesouraria, a saber:

Emissão de promissórias, letras e moeda metálica.....	176.759:624\$500	
Resgate de papel, obrigações e moeda metálica.....	49.364:090\$800	
	<hr/>	
ou seja o saldo de.....		127.395:533\$700
donde o descoberto de.....		<hr/> <hr/> 104.870:818\$700

Para cobrir essa diferença foram utilizados os seguintes recursos:

Saldo credor dos depósitos.....	38.803:177\$100
Saldo nas Tesourarias.....	27.559:368\$200
Saldo das operações efetuadas com os Estados e Municípios..	2.421:095\$900
Recursos no Banco do Brasil e outros.....	36.087:177\$500
	<hr/>
	<hr/> <hr/> 104.870:818\$700

Esses os algarismos que demonstram o resultado do grande esforço dispendido com o fim de equilibrar os orçamentos. O *deficit* previsto de mais de 1.000.000:000\$ foi reduzido á cifra de réis 149.308:385\$100 e o resultado geral das operações de ordem financeira se expressa por um descoberto de, apenas, 104.870:818\$700, incomparavelmente menor do que o apurado no balanço anterior.

Incorporado ao patrimonio o resultado das operações do exercicio financeiro, demonstra o ba-

lanço respectivo, computadas as operações de ordem economica, que a situação geral do Tesouro é das mais promissoras.

As operações contabilizadas refletem uma consideravel melhoria e deixam evidenciada a segurança dos meios utilizados para regularizar as finanças publicas.

A conta "Patrimonio Nacional", representada pelos bens e valores pertencentes á União, acusa uma elevação de valor, que se expressa na cifra de 335.160:090\$300.

O balanço patrimonial oferece tambem o estado das contas ativas e passivas, subordinadas ao titulo "Dividas Flutuantes". No termo do exercicio apurou-se uma diferença a favor do ativo, no total de 250.963:021\$700, que, comparada ao resultado do balanço anterior, evidencia o aumento de 337.866:722\$100. sendo acrescimo nas contas do ativo, no valor de 225.203:787\$ e diminuição nas do passivo, em 112.662:935\$100.

No quadro do papel moeda e da divida consolidada (Interna e Externa), ha tambem que realçar as variações verificadas no decurso do exercicio, as quais se traduzem pelos algarismos adiante apreciados.

A conta "Portadores de Papel Moeda" demonstra um aumento na circulação de 459.326:009\$000, que, em ultima analise, está compensada com os suprimentos feitos para a Carteira de Redes-

contos do Banco do Brasil, de acôrdo com a legislação em vigor.

Fiel ao plano estabelecido pelo decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, resgatou o Governo, no exercicio de 1935, titulos da divida externa no total de 659.493 libras, 1.863.400 dolares e 7.645.250 francos-papel, correspondentes a emprestimos lançados nas praças de Londres, Nova York e Paris, concorrendo assim, para desafogar a situação do Tesouro, no quadro da Divida Externa, já pelo que representa o montante amortizado em relação ao capital, já pelo seu consequente reflexo no menor encargo de juros em futuros exercicios.

As cifras indicadas em moeda estrangeira são equivalentes, á taxa média do cambio oficial, á soma de 66.319:953\$800, a saber:

Libras.....	659.493	correspondentes a	38.191:899\$100
Dolares.....	1.863.400	»	22.180:050\$400
Francos-papel.....	7.645.250	»	5.948:004\$500
			<hr/> 66.319:953\$800

Comparando-se a posição da Divida Interna, por ocasião do encerramento dos balanços de 1934 e 1935, conclue-se por um aumento na circulação de 279.981:500\$, que provém da emissão de apolices do Reajustamento Economico, no total de réis 283.242.500\$, compensada com o resgate de Obrigações do Tesouro, da emissão de 1930, no total de 3.261:000\$000.

As cifras em referencia são por demais expressivas como indice irrecusavel de uma situação inteiramente favoravel ao Tesouro Nacional, conforme fôra dito.

O balanço das contas do exercicio de 1935 prova, com abundancia de detalhes, o quanto valem, em materia de finanças, os esforços persistentes.

Num país em pleno crescimento, dispondo de grandes recursos, é sempre possivel, com tenacidade e metodo, dominar as dificuldades.

NOVA DIVISÃO TRIBUTARIA

A Constituição de 1934, estabelecendo a nova discriminação das rendas, privou a receita federal da arrecadação de varios impostos, extinguindo uns, como os de viação e transportes, transferindo outros para os Estados, como os de vendas mercantis, o de consumo sobre a gasolina, o de industrias e profissões e o que atinge a renda cedular de imoveis. São consideraveis os efeitos perturbadores dessa divisão tributaria sobre as possibilidades fiscais da União. Além de trazer-lhe a perda imediata dos recursos que o erario federal não pode continuar a perceber, não oferece outras fontes de arrecadação que compensem atualmente a potencialidade dos tributos transferidos aos Estados.

O prejuizo sofrido foi, sem duvida, sensivel, sobretudo si tivermos em vista a necessidade de fortalecer o Tesouro Nacional por todos os meios possiveis, afim de que o país possa colher os bons

resultados da pratica de uma politica orçamentaria de poupança e equilibrio.

O imposto de vendas mercantis constitue precisamente um exemplo a citar: a sua arrecadação cresceu de 70.078:601\$900, em 1931, para 110.777:409\$100, em 1935. Isso mostra a sua grande resistencia diante dos efeitos depressivos da crise. Mesmo em 1932, ano anormal na vida do país, a sua progressão persistiu: em 1932, o aumento corresponde a 5,8%; em 1933, a 24,4%; em 1934, a 42,2%; em 1935, a 58%. Trata-se, portanto, de uma fonte de renda das mais seguras e promissoras, bastando lembrar que, transferida aos Estados, estes trataram desde logo de incluí-la nos orçamentos vigentes, numa base de incidencia muito mais acentuada do que a adotada pela União.

Ao elaborar a proposta de orçamento para o corrente exercicio, o Ministerio da Fazenda tratou de dar execução á nova partilha tributaria. Desde logo se verificou que a importancia correspondente á estimativa das rendas não computadas na previsão do balanço do orçamento de 1936, na primeira fase do seu preparo, totalizara a cifra de 217.862:000\$, da qual 145.000:000\$ representam o montante dos impostos excluidos da proposta e 72.862:000\$ a soma dos impostos que passaram á alçada do Distrito Federal, mas foram ainda conservados na proposta orçamentaria da União e serão por ela arrecadados, nos termos dos acordos

a que se refere o art. 3º das Disposições Transitorias da lei n. 196, de 18 de janeiro de 1936. Ultimada a votação da lei anual, referente ao atual exercício, todos os impostos excluídos da competência federal, de par com os impostos extintos por força dos dispositivos constitucionais, deixaram de figurar no orçamento para 1936.

As consequências da nova distribuição das rendas e as estimativas dos prejuízos decorrentes ainda não podem ser exatamente avaliadas. De qualquer forma, a União se vê privada de rendas, no momento em que mais precisa fortalecer a receita em benefício da boa ordem financeira. Acresce, ainda, a circunstância ponderável de ter correspondido a essa perda o aumento dos encargos a satisfazer e a responsabilidade de outros que aos Estados mais propriamente caberia custear.

De acôrdo com a arrecadação produzida, no exercício de 1935, pelos impostos extintos e transferidos, a nova discriminação das rendas prejudicou a receita federal, na proporção seguinte:

ARRECADAÇÃO EM 1935

Gasolina.....	16.775 :000\$900
Transporte.....	17.631 :076\$000
Viação.....	21.488 :755\$200
Vendas mercantis.....	110.777 :409\$100
R. cedular de imóveis (avaliada).	15.000 :000\$000
Indústrias e profissões.....	15.954 :436\$300
	<hr/>
	197.626 :677\$500
	<hr/> <hr/>

Os efeitos depressivos da atual divisão tributaria precisam ser, quanto antes, neutralizados. A solução mais aconselhavel só pode consistir numa revisão de todos os impostos federais, de modo a adaptá-los ás condições do país, ajustando-os á capacidade de contribuição da população, capacidade que, pelo seu natural desenvolvimento, tem sofrido alterações amplas e profundas.

DIVIDA INTERNA FUNDADA

A diretriz traçada pelo Governo, no concernente á divida interna, tem sido coerentemente mantida.

O aumento registado na divida interna fundada, durante os seis ultimos anos, decorre fundamentalmente de causas anormais, conforme se depreende dos termos dos proprios decretos que autorizaram as emissões efetuadas. Assim, em 19 de novembro de 1930, o Governo se viu forçado a decretar a primeira emissão, no total de 300.000:000\$, destinada a atender a compromissos de ordem imperativa; em 10 de agosto de 1932, foi decretada nova emissão, no valor de 400.000:000\$, cuja necessidade decorreu, inelutavelmente, das anormalidades que perturbaram a vida do país áquela epoca, as quais ainda exigiram a emissão feita, em virtude do decreto n. 23.533, de 1º de dezembro de 1933, que montava, em 11 de março ultimo, ás cifras de 283.242:500\$000.

A posição da dívida interna fundada expressa-se nos seguintes totais, a partir de 1930.

ANOS	EMISSÃO AUTORIZADA	EMISSÃO REALIZADA	AMORTIZAÇÃO	SALDO EM CIRCULAÇÃO
1930.....	3.090.667 :600\$	2.695.951 :300\$	162.037 :000\$	2.533.914 :300\$
1931.....	3.090.667 :600\$	2.779.746 :000\$	190.037 :000\$	2.589.709 :000\$
1932.....	3.490.548 :000\$	3.317.246 :900\$	310.150 :000\$	3.016.096 :900\$
1933.....	3.505.054 :000\$	3.336.127 :900\$	330.973 :000\$	3.005.154 :900\$
1934.....	3.505.054 :000\$	3.333.990 :500\$	330.989 :000\$	3.003.001 :500\$
1935.....	4.005.054 :000\$	3.617.233 :000\$	334.250 :000\$	3.282.983 :000\$

O Governo não só deixou de utilizar, em todo o seu limite, a autorização de que dispunha a para emitir títulos da dívida interna fundada, como também, apesar do período anormal por que o país passou, não interrompeu a política de amortização, expressa nas cifras que ressaltam do quadro supra. Tem havido, pois, o mais perseverante propósito de não agravar aquela dívida. Fatores poderosos contribuíram, porém, no sentido do seu aumento, contudo, ainda assim, dentro dos limites traçados por necessidades inevitáveis.

DÍVIDA FLUTUANTE

O Governo continua no firme propósito de ativar, por todos os meios ao seu alcance, a liquidação da dívida flutuante. Tendo em vista essa preocupação, opôs o seu veto á resolução legislativa que

visava transferir para a Diretoria da Despesa os serviços de que trata o decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933, no qual se traçaram as normas tendentes á definitiva regularização daqueles compromissos da União.

Nas razões de veto fez-se sentir que, dadas as circunstancias especiais em que tiveram origem as contas da divida flutuante, ao seu pagamento, se convertida em lei a mencionada resolução, se anteporiam exigencias ligadas ao preenchimento de formalidades que não poderiam, na maioria dos casos, de modo algum ser preenchidas.

Por maiores que fossem os esforços empregados pela Comissão de Liquidação da Divida Flutuante, motivos de natureza toda especial a impediram de conduzir a bom termo a incumbencia que lhe foi cometida. Diante das razões apresentadas, o Governo anuiu em conceder a exoneração pedida pelos membros da referida Comissão. dando-lhes substitutos imediatos, afim de evitar a interrupção dos respectivos serviços.

Através dos atos e providencias que vem praticando, o Governo tem demonstrado sincero interesse no sentido de que os credores da União sejam reembolsados, quanto antes, dos recursos que lhes são devidos. Assim procedendo, atende tambem ás conveniencias da administração publica, que precisa ser libertada das responsabilidades dessa natureza, saneando, ao mesmo tempo, o seu credito interno.

DIVIDA EXTERNA DA UNIÃO

Em face de circunstancias verdadeiramente excepcionais, quanto ao ambiente mundial, e apesar dos numerosos obstaculos que nos surgem a cada passo, vamos cumprindo, dentro dos limites máximos e com uma pontualidade rara no momento, os nossos compromissos externos, não poupando sacrificios para manter o credito publico. Certamente, não é esse o exemplo internacional mais seguido, uma vez que os repudios de dividas já vão constituindo norma geral. Não nos faltariam alegações, bem mais justas que outras feitas para o não pagamento de empréstimos, principalmente tendo em vista que o Governo Brasileiro não tentou, nem pretende tentar, o velho metodo de cobrir compromissos vencidos mediante novos compromissos.

Continuaremos, entretanto, na medida das possibilidades, e poupando o maximo, sem comprometer os imperativos da segurança nacional interna e externa, nem deixar de cumprir os deveres gerais de assistencia, a trabalhar com firmeza, na disposição incontestavel de liquidar as obrigações contraídas no estrangeiro.

Os moldes do esquema aprovado pelo decreto n. 28.829, de 5 de fevereiro de 1934, permanecem em vigor, e o seu serviço é realizado pela melhor forma. Apesar das dificuldades sempre crescentes, algumas criadas pelos mesmos que reclamam rigo-

rosa pontualidade nos pagamentos, e das medidas de varia ordem e alcance tomadas, indiretamente, é certo, mas com um reflexo inegavel nos saldos da nossa balança comercial, iremos o mais longe possivel.

E' preciso, ainda, não esquecer que as condições das nossas disponibilidades mudaram sensivelmente de 1934 para cá. O saldo da nossa balança comercial expressava-se, naquela época, em £ 7.658.169. Entretanto, já no ano findo, essa situação se modificou, descendo o referido saldo para £ 5.580.707, ouro, relativamente ao de 1933 e mostrando um declinio ainda mais pronunciado em relação a 1934. Mesmo assim, prosseguimos no pagamento iniciado, sem utilizar expedientes financeiros, nem prejudicar com medidas drasticas os interesses estrangeiros no país, criando impostos applicaveis ás transações ou aos bens dos seus nacionais, como é praticado geralmente.

Tudo isso revela melhor do que longas dissertações a magnitude do esforço que se vem fazendo para manter integro o credito nacional.

De 31 de dezembro de 1930 a 31 de dezembro de 1935, foram dispendidos, para fins de amortização da divida externa, 2.429.394 libras, 3.755.546 dolares, 2.322.198 francos, moeda ouro, e 8.530.725 francos-papel, a que se devem somar as quantias correspondentes ao serviço de juros, equivalente, no periodo citado, a 10.752.427 libras, 16.390.232

dolares e 12.045.756 francos, moeda ouro, e 35.345.519 francos-papel, bem como os pagamentos relativos ás comissões de 142.767 libras, 219.279 dolares, 170.745 francos, tambem ouro, e 298.239 francos-papel.

Sobreleva, ainda, considerar que, em 1933 e 1934, o Governo efetuou a liquidação dos atrasados de Haia, que importou, em 31.756.795 francos-ouro e 104.378.552 francos-papel.

O Brasil pagou, portanto, a titulo de serviço da sua divida externa, no quinquenio mencionado, as importancias totais adiante enumeradas:

Libras.....	13.324.588
Dolares.....	20.365.057
Francos-ouro.....	14.538.679
Francos-papel.....	180.309.830

Dentro do mesmo periodo, os saldos em circulação dos empréstimos externos federais correspondem ás cifras seguintes:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Em libras esterlinas

1930.....	99.770.434
1931.....	97.758.798
1932.....	100.924.728
1933.....	104.123.539
1934.....	106.450.746
1935.....	105.791.253

Em dolares

1930.....	147.433.500
1931.....	144.672.500
1932.....	144.672.500
1933.....	159.892.800
1934.....	174.197.045
1935.....	172.333.645

Em francos-ouro

1930.....	233.206.250
1931.....	228.989.500
1932.....	228.989.500
1933.....	228.989.500
1934.....	228.989.500
1935.....	229.185.500

Em francos-papel

1930.....	96.657.504
1931.....	96.181.500
1932.....	96.181.500
1933.....	248.596.955
1934.....	296.736.900
1935.....	288.551.462

Operada a conversão da dívida externa federal a uma só moeda, adotando-se, para isso, o criterio das medias anuais, a posição dessa dívida assim se exprime:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO**Em libras esterlinas**

1930.....	140.840.624
1931.....	141.629.454
1932.....	157.635.792
1933.....	159.267.791
1934.....	160.840.027
1935.....	159.359.323

Tendo-se em vista o periodo dentro do qual o serviço da dívida externa da União, como o de toda a dívida externa, ficou regulado pelo esquema que acompanhou o decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, as importancias dos juros pagos pelo Governo Federal, em confronto com as quantias

estipuladas nos respectivos contratos, permitem estabelecer o seguinte quadro:

RESULTADOS LIQUIDOS VERIFICADOS NO PAGAMENTO DE JUROS, DE 1 DE ABRIL DE 1934 A 31 DE DEZEMBRO DE 1935

	Nos termos do contrato	Nos termos do esquema	Diferença para menos
Libras esterlinas.....	4.581.395	1.388.548	3.192.847
Dolares.....	11.801.646	4.245.254	7.556.392
Franco-papel.....	62.867.283	18.969.381	43.897.902

Assim, as vantagens asseguradas pelo esquema da divida externa, feita a conversão a uma só moeda, corresponde ao total de £ 5.289.430. A sua equivalencia, na nossa moeda, á taxa de 58\$500 para o esterlino, mostra que a redução operada nos encargos da divida externa da União produziu a soma de 309.431:655\$000. E' preciso ainda considerar os beneficios auferidos tambem pelos Estados, dos quais trataremos no capitulo proprio.

DIVIDA EXTERNA DOS ESTADOS

Com o retorno do país ao regime constitucional, instituiram-se nos Estados os poderes que lhe são outorgados pela nova Constituição da Republica. No interregno havido, tornou-se possivel ao Governo Federal exercer uma ação uniforme, executando cuidadosamente os propositos de normalizar a vida financeira de algumas unidades federadas, antes muito perturbada.

O instituto fundamental de julho de 1934 procurou, sem prejuizo dos principios de autonomia,

assegurar ao poder central o direito de velar pela regularidade das finanças estaduais, no que se refere aos compromissos externos, e, por outro lado, ampliou a ação dos Estados, que poderão exercer direito identico na esfera municipal.

Precisamente, essa norma constitucional é que permitiu assegurar ao país grande beneficio, pondo ordem nos compromissos de Estados e municipios, e alcançando, em consequencia, as condições requeridas pelo esquema de pagamentos que vem sendo seguido. Não é necessario reiterar observações já formuladas, nem recorrer a exemplos para demonstrar a lamentavel irregularidade a que chegaram alguns serviços das dividas estaduais e municipais. O esquema adotado em 1934 representa um grande esforço tendente a sistematizar e a normalizar uma situação que vinha afetando, de maneira sensível, a posição do credito do Brasil.

Os Estados deixaram de recorrer aos emprestimos externos e a circulação das suas dividas vem diminuindo desde 1930, o que ressalta da simples exposição dos seguintes algarismos:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Em libras esterlinas

1930.....	50.609.128
1931.....	48.957.879
1932.....	47.563.699
1933.....	45.927.599
1934.....	45.054.699
1935.....	44.121.366

Em dolares

1930.....	157.536.300
1931.....	151.530.300
1932.....	147.608.300
1933.....	144.622.800
1934.....	142.126.300
1935.....	139.022.500

Em francos

1930.....	227.505.125
1931.....	227.504.625
1932.....	227.504.625
1933.....	227.504.625
1934.....	227.504.625
1935.....	226.701.125

Em florins existe um só empréstimo externo estadual, que é o de 1921, tipo 8%, contraído por São Paulo. A sua circulação se mantém inalterada desde 31 de dezembro de 1932, na cifra de 8.366.000 florins; mas apresenta uma diminuição em cotejo com o saldo de 1930, que era de 10.680.000 florins.

O serviço da dívida externa das unidades federativas absorveu as seguintes parcelas, a partir de 1930:

Em libras esterlinas

1930.....	4.415.275
1931.....	4.894.280
1932.....	3.257.876
1933.....	3.113.064
1934.....	1.538.555
1935.....	1.717.383

Em dolares

1930.....	13.102.729
1931.....	15.359.646
1932.....	6.159.215
1933.....	4.651.410
1934.....	4.700.323
1935.....	4.910.470

Em francos, o serviço da dívida externa estadual corresponde, depois de 1930, ás parcelas de 30.125 e 415.656 francos, respectivamente, em 1934 e 1935. Em florins, esse serviço foi o seguinte:

1930.....	2.824.987
1931.....	2.677.514
1932.....	673.998
1933.....	—
1934.....	60.346
1935.....	148.904

Operada a conversão a uma só moeda, vemos que toda a circulação da dívida externa dos Estados monta aos seguintes totais:

Em libras esterlinas

1930.....	86.213.507
1931.....	86.119.852
1932.....	94.200.683
1933.....	84.297.002
1934.....	77.978.032
1935.....	76.288.667

Por sua vez, o quadro abaixo demonstra em que proporção os Estados foram beneficiados, no serviço de juros de sua dívida externa, pela execução do esquema a que se refere o decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934:

RESULTADOS LIQUIDOS VERIFICADOS NO PAGAMENTO DE JUROS, DE 1 DE ABRIL DE 1934 A 31 DE DEZEMBRO DE 1935

	Nos termos dos contratos	Nos termos do esquema	Diferença para menos
Libras esterlinas.....	1.939.279	386.353	1.552.926
Dolares.....	13.061.933	2.783.969	10.277.964
Francos-papel.....	2.409.638	421.685	1.987.953
Florins.....	993.992	199.222	794.770

Assim, convertidas a uma só moeda, as reduções que beneficiaram os Estados, em consequencia do esquema de 1934, montam ao total de 4.781.923 libras esterlinas, cujo equivalente na nossa moeda corresponde, por sua vez, a 279.742:495\$500.

POLITICA CAMBIAL

Aproveitando os ensinamentos da experiencia colhida com a pratica do regime de cambio adotado pelo decreto n. 20.451, de 28 de setembro de 1931, o Governo tem procurado seguir uma orientação que atenda ás necessidades ligadas á manutenção do credito publico e aos interesses das classes produtoras. Conforme as alternativas que foram surgindo, e nessa materia elas são multiplas e rapidas, modificou-se a politica cambial, retificando as diretrizes anteriores e tendo em vista sempre a defesa dos interesses nacionais.

Essa politica mantém-se, entretanto, na conformidade das linhas basicas que a definem, a partir de 11 de fevereiro de 1935. A prudencia, que caracteriza a ação governamental, ressalta das proprias condições, mais ou menos normais, do mercado de cambio, atualmente libertado da pressão que sobre ele exerciam os creditos congelados.

De posse de todos os elementos que o habilitavam a conhecer a realidade da situação cambial, o Governo tratou de tomar as providencias impostas

pelas circunstâncias, promovendo, primeiramente, os convenios comerciais datados de 1933, para depois completar os seus efeitos com os atos firmados em virtude das negociações diretamente iniciadas, no começo do ano findo, em Londres e Nova York.

Após a aprovação com que o Poder Legislativo ratificou o acôrdo celebrado com a Grã-Bretanha, e o Tratado de Comercio assinado com os Estados Unidos, do qual é parte integrante a celebração do acôrdo com os credores norte-americanos, para a liquidação das dividas comerciais em atraso, vêm sendo adotadas, por intermedio do Ministerio da Fazenda, as providencias indispensaveis para que ambos esses acordos produzam todos os seus efeitos. Submeteu-se, assim, á apreciação do Tribunal de Contas o contrato firmado em Londres, a 20 de fevereiro ultimo, entre o governo brasileiro e os banqueiros N. M. Rothschild & Sons, complementar ao acôrdo ali assinado a 27 de março de 1935, bem como o contrato firmado em Washington, em 21 de fevereiro, com o National Foreign Trade Council, Incorporated, o qual completa, por sua vez, o Tratado de Comercio entre o Brasil e os Estados Unidos.

Relativamente ao primeiro dos referidos contratos, o Tribunal de Contas, de posse de todos os elementos e informações que lhe transmitiu o Ministerio da Fazenda, já se pronunciou no sentido

de considerar legal o ato do Governo, ordenando o seu registo. O contrato firmado em Washington foi igualmente submetido ao exame do mesmo Tribunal, de cuja aprovação se acha ainda pendente. Os acordos referidos, entrando em fase de plena observancia, destinam-se a libertar o mercado de cambio da pressão exercida pelas dividas comerciais em atraso, possibilitando alcançar os objetivos visados pelos convenios comerciais de 1933.

Nos termos do contrato assinado com N. M. Rothschild & Sons, o Governo emitirá titulos esterlinos no montante de £ 5.000.000, no maximo, vencendo juros de 4 % ao ano, até seu reembolso, pagaveis em prestações semestrais, em 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano. Para pagamento dos juros e do resgate dos titulos, bem como para o reembolso do adiantamento de £ 1.000.000, concedido por N. M. Rothschild & Sons, o Governo se obrigou a reservar uma anuidade calculada desde 1º de janeiro de 1936 e que deverá ser fornecida pela parte dos recursos de cambio reservados para atender ás necessidades oficiais.

Quanto ao contrato firmado em Washington com o National Foreign Trade Council, Incorporated, o Governo terá disponivel, em Nova York, fundos, no montante de 2.250.000 dolares, a serem empregados na liquidação dos creditos que não excedam, por credor qualificado, o limite de 25.000

dolares, sendo pagos, mediante notas promissórias, sem juros, os créditos que, por credor qualificado, ultrapassem o referido limite de 25.000 dolares. Da mesma maneira, obriga-se o Governo a reservar, da quota de cambio destinada ás necessidades officiais, a quantia necessaria para atender ao pagamento dos titulos emitidos, no seu respectivo vencimento.

Em virtude da execução firme da politica de liquidação dos créditos atrasados, foram feitas, no anno passado, as seguintes remessas relacionadas com o cumprimento dos convenios comerciais assinados em 1933:

Convenio inglês (Libras).....	853.113-11-00
› americano (Dolares)....	2.440.124,52
› francês (Francos).....	4.401.943,80

Em mil réis, o total das aludidas remessas correspondeu no anno passado á importancia de 81.993.891\$800, assim discriminada:

Convenio inglês.....	49.602 :505\$700
› americano.....	28.935 :860\$100
› francês.....	3.455 :526\$000

Ao encerrar-se o ano de 1935, o saldo das responsabilidades assumidas, em virtude do convenio inglês equivale a £ 3.128.560-16-2; o saldo do convenio americano é de \$ 8.743.779,80 e

do convenio francês atinge a Frs. 20.542.406,73. As remessas a serem feitas, no corrente anno, de acôrdo com o cambio adotado em cada um dos tres convenios, devem montar nos totais seguintes, feita a conversão na nossa moeda:

Convenio inglês.....	52.515 :110\$400
» americano.....	33.953 :914\$800
» francês.....	3.235 :429\$200

Para fazer face a essas responsabilidades, o Governo dispõe dos recursos fixados na importancia de 89.704:454\$400, na conformidade do titulo I, verba VII, consignação n. 1 do orçamento em vigor. Cumpre notar que os totais indicados são passíveis de variação para mais ou para menos, de acôrdo com a taxa do cambio a que sejam feitas as conversões, na data das remessas. No ano passado, as mencionadas variações foram, no seu conjunto, favoráveis ao Tesouro, porque se, em relação ao cumprimento do convenio francês, a liquidação das remessas excedeu de 220:096\$800 á cifra fixada, quanto aos convenios inglês e americano o Tesouro foi beneficiado, devido ao cambio vigente á epoca das remessas, por diferenças para menos, respectivamente, nos valores de 2.912:604\$700 e 5.018:054\$700. Desde a fase inicial, a posição relativa ás responsabilidades assumidas em cada convenio, de par com as liquidações já operadas

e por operar até a sua extinção, podem ser assim resumidas:

CONVENIO INGLÊS

Deposito inicial.....	Libras 5.001.618-0-0
-----------------------	-------------------------

Saldos existentes

	Libras
1933.....	4.515.349-11-8
1934.....	3.981.674-7-2
1935.....	3.128.560-16-2
1936.....	2.275.447-5-2
1937.....	1.422.333-14-2
1938.....	569.220-3-2

CONVENIO AMERICANO

Deposito inicial.....	Dolares 14.456.634,98
-----------------------	--------------------------

Saldos existentes

	Dolares
1933.....	12.700.842,24
1934.....	11.183.904,32
1935.....	8.743.779,80
1936.....	6.303.655,28
1937.....	3.863.530,76
1938.....	1.423.406,51

CONVENIO FRANCÊS

Deposito inicial.....	Frs. 26.258.976,95
-----------------------	-----------------------

Saldos existentes

	Frs.
1934.....	24.944.350,53
1935.....	20.542.406,73
1936.....	16.140.462,73
1937.....	11.738.519,13
1938.....	7.336.575,33
1939.....	2.934.652,50

Em agosto de 1938, o Brasil terá feito a ultima remessa relativa ao convenio inglês; em julho do mesmo ano, ultimar-se-á a liquidação dos compromissos do convenio americano e em agosto de 1939 se acharão extintas as responsabilidades decorrentes do convenio francês.

Em 1935, o Governo já havia amortizado os totais abaixo, relativos a cada convenio:

Convenio inglês (Libras).....	1.873.057-4-10
> americano (Dolares).....	5.712.855,18
> francês (Frs.).....	5.716.570,22

FORMAÇÃO DO LASTRO OURO

A politica de formação do lastro ouro, destinado a servir de garantia ao meio circulante nacional, vem sendo praticada de acôrdo com as normas estabelecidas no decreto n. 23.535, de 4 de dezembro de 1933.

Executando firmemente a diretriz aí traçada, o Governo conseguiu adquirir, até 31 de dezembro do ano passado, 14.845.702^{grs},230, fazendo, assim, face a uma despesa, cujo total corresponde á cifra de 253.782.931\$400. O ouro pertencente ao Tesouro já pode ser estimado em cerca de 300.000:000\$, tendo-se em vista o valor atual da grama, e equivalia, num total de 16.547.341^{grs},891, a £ 2.259.830; ouro, em 30 de março do corrente ano.

A acumulação, já iniciada, de reserva metálica, pertence ao numero das iniciativas que demandam

persistencia, para que possam apresentar, no fim de algum tempo, os beneficios visados.

De longa data, era essa a medida que as circunstancias estavam a indicar como a mais acertada para assegurar a posição da nossa moeda nos mercados internacionais de divisas. Por outro lado, um país produtor de ouro, como é o nosso, não pode deixar de reter, para necessidades eventuais, o metal precioso retirado das suas lavras e minas.

Preferiu-se, entretanto, depois de exportar a grande produção da terra, importar ouro amoedado, tomado de emprestimo.

A politica ora iniciada conseguiu, em breve periodo, armazenar um decimo da circulação do papel-moeda.

Tudo leva a crer que, animada a extração, como vem sendo, no mercado interno, evitado com todo o rigor o contrabando, possamos, dentro de alguns anos, voltar a uma situação invejavel, desde muito perdida.

Atento a essa circumstancia e aos ensinamentos da experiencia, cumpre ter presente, sempre, a perigosa influencia que exerce, na vida financeira dos povos, a moeda fiduciaria com base exclusiva na capacidade emissora do poder publico. Por isso, o Governo sente-se no dever de empregar todos os meios ao seu alcance, no sentido da formação e da consolidação de um fundo metalico capaz de imprimir, na medida do seu crescimento, confiança no

papel-moeda, de modo que, convenientemente garantido, possa o meio circulante constituir uma expressão exata do valor das nossas realizações e um índice estável das condições em que se processa o desenvolvimento da riqueza nacional.

3 — SITUAÇÃO BANCARIA

BANCO DO BRASIL

Na sua dupla função de maior banco comercial do país e de agente financeiro do Governo, continua o Banco do Brasil a desempenhar-se eficientemente da grande tarefa que lhe cumpre realizar em relação ao desenvolvimento da nossa vida econômica.

No ano findo, essa tarefa cresceu de importância, em vista dos atos internacionais assinados pelo Brasil, com o fim de regularizar a situação dos pagamentos comerciais que as dificuldades decorrentes da escassez de divisas estrangeiras vinham adiando, de maneira inevitável. Além da execução dos acordos de semelhante natureza, acha-se confiado a esse instituto de crédito o controle da nossa política comercial no exterior.

As principais rubricas relativas ao movimento das operações do Banco do Brasil, no ano passado, demonstram a constante assistência dispensada ao comércio e à indústria, principalmente dentro do período dos seis últimos anos. Assim, quanto aos

emprestimos, incluídos os descontos, os algarismos a seguir são bem expressivos:

EMPRESTIMOS E DESCONTOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1930.....	1.412
1931.....	1.557
1932.....	2.047
1933.....	2.731
1934.....	2.845
1935.....	3.075

NUMEROS-INDICES

(1929 = 100)

1930.....	116
1931.....	128
1932.....	169
1933.....	225
1934.....	234
1935.....	253

Comparando-se os valores absolutos acima fixados, ressalta que o Banco do Brasil expandiu de 230.000:000\$ a concessão dos empréstimos e descontos nos dois últimos anos. Evidencia-se, ainda, que o ritmo do aumento constatado no período referido foi maior do que o de 1933 para 1934. Neste último caso, o número-índice de crescimento corresponde a 9, ao passo que de 1934 a 1935 esse índice foi de 19.

No decurso de 1930 a 1935, atinge a valores absolutos consideráveis a expansão dos empréstimos concedidos, verificando-se um aumento

de 1.663.000:000\$000. E' verdade que, no titulo de empréstimos e descontos, compreendem-se, logicamente, todas as operações dessa natureza realizadas pelo Banco. De qualquer modo, o fato é que o indice representativo do surto dos empréstimos e descontos concedidos marca o mais alto nivel registado nos seis anos referidos.

Quanto aos depositos, a progressão, em algarismos absolutos e relativos, foi menor, havendo mesmo uma diminuição, não só em 1935 comparado com o ano anterior, mas com 1933, que marca, por sua vez, o maior indice de crescimento desse titulo, conforme se verá a seguir:

DEPOSITOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1930.....	1.426
1931.....	1.144
1932.....	1.885
1933.....	2.920
1934.....	2.875
1935.....	2.689

NUMEROS-INDICES

(1929 = 100)

1930.....	93
1931.....	74
1932.....	122
1933.....	189
1934.....	187
1935.....	174

Depois de 1933, os índices relativos aos depósitos apresentam ligeiro decrescimo. Contribuem decisivamente para esse fato a regressão dos algarismos referentes aos recursos depositados pelos poderes publicos, no que toca ao periodo de 1934 a 1935, e a proporção em que baixaram os depósitos dos outros bancos, de 1933 para 1934. É o que ressalta do seguinte quadro, que abrange precisamente o periodo dentro do qual ocorre o declínio a que nos vimos reportando:

DEPOSITOS DOS PODERES PUBLICOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1933.....	853
1934.....	950
1935.....	687

DEPOSITOS BANCARIOS

Em mil contos de réis — Médias anuais

1933.....	817
1934.....	609
1935.....	598

Assim, o declínio dos depósitos totais levados ao Banco do Brasil, de 1933 a 1934, corresponde a 45.000:000\$, caíndo em muito maior proporção as importancias depositadas pelos outros estabelecimentos de credito. Esse decrescimo atingiu a 208.000:000\$000. Como o aumento dos depósitos

provenientes dos poderes publicos foi de 97.000:000\$, segue-se que a proporção dos depositos particulares subiu, apesar de ter sido menor, em comparação com 1933, o total dos depositos feitos em 1934.

Em relação a 1935, cotejado com 1934, diminuíram simultaneamente os depositos dos poderes publicos e os depositos bancarios, aqueles na proporção de 263.000:000\$ e estes, na de 11.000:000\$, ou sejam, ambos somados, na razão de 274.000:000\$, a menos. A diminuição total atinge, porém, 186.000:000\$, feito o confronto de 1935 com 1934. Como a depressão dos depositos dos poderes publicos e dos depositos bancarios se exprime em cifra superior, constata-se ainda que os depositos levados pelos particulares não sofreram interrupção na sua marcha progressiva.

Outra rubrica sumamente expressiva é a que diz respeito á compensação de cheques. O surto do seu valor, de 1930 a 1935, está traduzido nos seguintes algarismos:

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

Em mil contos de réis — Médias anuais

1930.....	13.023
1931.....	12.818
1932.....	12.064
1933.....	15.784
1934.....	19.498
1935.....	22.052

NUMEROS-INDICES

(1929 = 100)

1930.....	79
1931.....	78
1932.....	73
1933.....	96
1934.....	118
1935.....	134

Tambem se regista, no ano passado, o maior indice do crescimento do valor a que corresponde o movimento de compensação de cheques realizados pelo Banco do Brasil. Em 1931 e 1932 os respectivos numeros-indices diminuíram. Daí por diante a sua tendencia ascendente não tem sofrido solução de continuidade. Por sua vez, o capital e o fundo de reserva equivalem, somados, a importancias igualmente maiores de ano a ano, no periodo de 1930 a 1935, tendo-se em vista os saldos semestrais. Esses saldos, que eram de 308.000:000\$, em 31 de dezembro de 1930, subiram a 345.000:000\$, na mesma data do ano findo. A alta dos respectivos numeros-indices foi de 120 para 135, no mesmo periodo.

CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCARIA

As atuais condições de normalidade que caracterizam o funcionamento do sistema bancario nacional confirmam, da melhor maneira, os beneficios visados pelo Governo ao criar, em 9 de junho de 1932, a Caixa de Mobilização Bancaria.

E' sabido que a função primacial desse aparelho é a de facilitar a mobilização dos ativos bancarios, estabelecendo, ao mesmo tempo, um ambiente de tranquilidade e confiança para os negocios, em geral.

Em 31 de julho de 1935, montava a réis 43.024:172\$700 o saldo dos emprestimos efetuados, correspondendo á cifra de 46.937:495\$050 os valores dados em caução, nos termos do art. 5º, letra *a* do decreto n. 21.499, de 9 de junho de 1932 e a 21.491:000\$ os bens imoveis dados em hipoteca, na conformidade das letras *b* e *c* do mesmo art. 5º. Assim, o total das garantias atinge á importancia de 68.428:495\$050.

Durante o ano findo, as amortizações e liquidações dos valores caucionados atingiram á cifra de 4.154:313\$360. Por sua vez, o fundo de reserva da Caixa, que era de 298:399\$900, em 31 de dezembro de 1913, elevou-se a 718:014\$120.

MOVIMENTO BANCARIO NACIONAL

Denotam crescimento digno de registo as operações realizadas pelos bancos que funcionam no país, quer se examine esse movimento dentro de um periodo mais largo, o de 1930 a 1935, quer a comparação se faça no decurso dos dois ultimos anos. E' oportuno assinalar, ainda, que não tem havido interrupção no desenvolvimento apresentado pelas transações bancarias. Excetuado o ano de 1931, quando

se verificou ligeira baixa, o movimento cresce ininterruptamente, acompanhando e impulsionando a economia nacional. E' o que demonstram os algarismos referentes ás rubricas fundamentais dos respectivos balanços, nos ultimos seis anos:

EMPRESTIMOS

Em mil contos de réis

ANOS	POR DESCONTOS	EM CONTA CORRENTE	TOTAL
1930.....	2.271	3.690	5.961
1931.....	2.284	3.609	5.893
1932.....	2.916	3.781	6.697
1933.....	3.017	3.937	6.954
1934.....	2.958	4.448	7.406
1935.....	3.204	4.548	7.752

Regista-se aumento constante no volume dos recursos bancarios que promoveram a expansão das atividades comerciais, indices que são confirmados de maneira auspiciosa pelos outros fatores de prosperidade já referidos. De 1934 para 1935, os empréstimos cresceram, no seu total, na proporção de 346.000:000\$, sendoque, nesseaumento, 246.000:000\$ representam o dos descontos e 100.000:000\$ a progressão verificada nos empréstimos em conta

corrente. De 1930 para 1935, o aumento global dos empréstimos concedidos monta a 1.791.000:000\$000.

Quanto aos depósitos, o seu movimento nos seis anos já referidos obedeceu á seguinte marcha ascendente:

DEPOSITOS

Em ml contos de réis

ANOS	A PRAZO	A VISTA	TOTAL
1930.....	2.480	3.251	5.731
1931.....	2.021	3.941	5.962
1932.....	1.601	5.242	6.843
1933.....	1.513	4.971	6.484
1934.....	1.797	5.622	7.419
1935.....	2.279	5.487	7.766

Apenas em 1933, houve uma diminuição nos depósitos. Em todos os demais anos abrangidos no período acima, a tendência observada tem sido sempre no sentido de números mais altos. Em 1935, o total dos depósitos ultrapassou, pelos significativos algarismos de 2.035.000:000\$, o nível registado em 1930. Assim, a sua progressão obedeceu a um ritmo, mais largo do que o observado na expansão dos empréstimos. Por sua vez, no último bienio, o aumento dos depósitos obedeceu á proporção de

347.000:000\$, sendo que todo esse aumento decorre do surto verificado nos depósitos a prazo, os quais cresceram de 482.000:000\$, ao passo que os depósitos a vista diminuíram na proporção de 135.000:000\$000.

No conjunto do movimento bancário do país, cabe aos estabelecimentos de crédito nacionais uma preponderância que merece justo destaque. Sobre o total dos empréstimos concedidos, em 1935, corresponde-lhes o coeficiente decisivo de 80%, acontecendo o mesmo quanto aos depósitos. A percentagem no movimento dos empréstimos subiu de 74% para 80%, no período de 1930 a 1935, obedecendo a progressão idêntica o crescimento percentual verificado em relação aos depósitos. É significativo, ainda, assinalar que, nos empréstimos feitos por desconto de títulos, coube aos referidos bancos, em 1935 e em 1934, o coeficiente de 85%.

4 — ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA

Como acontecia em relação a outros setores administrativos, em matéria de serviços fazendários era, até bem pouco, completamente obsoleto o nosso aparelhamento.

Os estudos para uma remodelação profunda, que o adaptasse de vez às necessidades, vinham sendo sempre adiados, permanecendo a confusão, prejudicial a todos, entre os assuntos propriamente burocráticos e a gestão global dos negócios relativos às finanças públicas.

O Governo Provisorio resolveu, porém, emprender essa reforma inadiavel, cujos lineamentos principais se encontram nas disposições do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934. Estabeleceu-se, desde logo, a separação dos setores de administração e finanças, passando o primeiro a cargo de um funcionario de carreira com largo tirocinio, como Diretor Geral do Tesouro, e ficando o segundo exclusivamente sob a responsabilidade do Ministro, que assim se libertou de um volumoso expediente, de interesse apenas administrativo.

As dificuldades do serviço, muitas vezes atribuidas ás faltas do pessoal, eram antes resultado do pessimo ajustamento das atribuições funcionais e da precariedade das instalações. Cabe, agora, prosseguir na obra iniciada, racionalizando os serviços tanto quanto possivel, o que resultará positivamente mais economico, rapido e vantajoso aos interesses da fazenda publica.

Outro aspecto que merece referencia é o da legislação fiscal. A confusão provocada pelos dispositivos regulamentares, revogados em parte ou omissos, assim como pela diversidade das decisões, exigia, a cada passo, intervenção do titular da pasta, como supremo juiz administrativo. Criado o Conselho dos Contribuintes, a que se deu atribuições julgadoras de instancia superior, e regulada com maior simplicidade a competencia dos órgãos intermediarios, melhorou consideravelmente a exe-

cução das leis fiscais. Os bons efeitos dessa mudança já se fazem sentir de modo incontestável.

Passamos, agora, a tratar de varios serviços da administração fazendaria, que, pela sua importancia, merecem especial atenção.

RENDAS INTERNAS

O aumento das rendas internas, verificado nos ultimos anos, deve ser atribuido á melhoria das condições economicas e aos novos processos de controle adotados pela administração fiscal.

Com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais esses processos, procura o Governo colaborar com o Poder Legislativo, no estudo dos projetos e indicações que, de qualquer forma, visem estender as possibilidades da arrecadação.

Não é licito desconhecer, entretanto, que os resultados mais compensadores são devidos, em grande parte, aos órgãos de fiscalização, que atuam permanentemente junto aos contribuintes, instruindo-os e orientando-os na justa observancia dos preceitos fiscais.

Os departamentos de arrecadação e controle dos impostos internos, subordinados atualmente á Diretoria das Rendas Internas, exercitam suas atribuições em todo o país, consoante as normas que lhes traça o Tesouro Nacional, em harmonia com as disposições contidas na legislação propria.

Com semelhante regularização de serviços e sistematização de processos, a administração se acha aparelhada para melhorar cada vez mais os índices da arrecadação, como já aconteceu em relação ao exercício de 1935.

De fato, nesse exercício, os impostos de consumo renderam o total de 558.223:478\$900, contra 512.258:123\$500, em 1934, verificando-se um aumento de 45.965:535\$400. O imposto de renda, cuja arrecadação atingira, em 1934, á cifra de 137.938:441\$100, subiu, em 1935, a 167.365:599\$700, havendo, portanto, um acrescimo de 29.427:158\$600.

Os impostos sobre circulação contribuíram para a receita orçamentaria, no mesmo periodo, com a quantia de 334.693:398\$800, mais 36.081:642\$500 do que em 1934.

A renda proveniente do imposto sobre vendas mercantis elevou-se a 110.777:409\$100, ou seja, mais 11.107:852\$900 do que no exercício de 1934.

Demonstram tais algarismos que as rendas internas, expressando o estado geral dos negocios no país, se tornaram mais abundantes durante o exercício de 1935.

Os impostos de consumo, que constituem uma das mais valiosas fontes de receita, continuam a ser arrecadados, de acôrdo com o regulamento aprovado pelo decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926, e as modificações introduzidas pelo de n. 22.262, de 28 de dezembro de 1932, além

de outras alterações de taxas num ou noutro produto.

Impõe-se, na verdade, uma reforma geral das leis e regulamentos relativos a esse tributo. Seria útil ao fisco e ao contribuinte consolidar-se toda a legislação existente sobre a materia, bem como adotar normas simplificadoras dos atuais processos de imposição e cobrança. Tais medidas, é claro, não devem desvirtuar a essencia do imposto; apenas contribuiriam para torná-lo mais accesivel e homogêneo, reunindo num só corpo de leis os diversos decretos e regulamentos, agora esparsos e fragmentarios.

Outro assunto, de interesse fiscal, que não pode ficar sem referencia é o imposto de renda, tributação nova de reduzida incidencia. O montante da respectiva receita tem-se elevado continuamente, excetuando-se apenas o exercicio de 1932, quando se verificou ligeira depressão, em consequencia da propria situação anormal do país.

Sobre a maioria dos tributos cobrados pela União, o de renda oferece a vantagem da imposição direta, aproximando-se, quanto possivel, da fonte dos rendimentos auferidos pelo contribuinte.

Por principio de equidade, a parte complementar do imposto vai, em progressão, gravar mais pesadamente os maiores rendimentos; e dessa regra, que começa por isentar os inferiores a 10:000\$, não se afastou o Poder Legislativo ao decretar a lei

que recebeu, na sanção, o n. 183, de 13 de janeiro ultimo. O pequeno aumento de taxas, então verificado, atinge as rendas auferidas a partir de determinado limite, elevando-se gradativamente, de então por diante, até a percentagem maxima de 18%.

Além dessa alteração, a lei n. 183 ainda retirou ás sociedades em nome coletivo, ás de capital e industria, ás em comandita e ás firmas individuais, cujo capital exceder de 50:000\$ ou cujas vendas mercantis ultrapassem de 300:000\$, o direito de opção pelo lançamento do imposto na base da receita bruta do ano social. Era esse, aliás, um defeito sensível do regulamento, que de ha muito reclamava a providencia adotada.

Os demais impostos e taxas continuam a ser arrecadados de forma regular e acusando maior volume de receita do que no exercicio precedente.

RENDAS ADUANEIRAS

Entre os serviços fiscaes, ocupa lugar especial o que superintende a arrecadação das rendas aduaneiras.

A fiscalização rigorosa sobre o movimento importador e a coleta dos respectivos tributos; a cuidadosa seleção na escolha dos chefes das repartições aduaneiras; as providencias relativas á classificação das mercadorias importadas, tudo isso influe diretamente na melhoria dos indices da receita publica.

As condições em que vem sendo feito, atualmente, esse serviço, mostram-se satisfatórias. É o que se conclue dos resultados da arrecadação que, apesar das restrições criadas ao intercambio comercial, aumentou sensivelmente.

Tomando por base o periodo de 1932 a 1935, vemos que os totais arrecadados pelas diferentes alfandegas do país se mantiveram em escala crescente, sendo que, excluida a receita de depositos, acusam as seguintes importancias: em 1932 — 672.113:736\$800; 1933 — 939.706:372\$900; 1934 — 1.025.466:658\$300; 1935 — 1.159.217:954\$500. Correspondendo ás verbas de deposito 10.515:519\$000, 20.561:093\$, 31.297:415\$ e 40.918:943\$, respectivamente, segue-se que aqueles totais representam, de fato, atendida a mesma ordem, as quantias de 682.629:255\$800, 960.267:465\$900, 1.056.764:073\$300 e 1.200.136:897\$500.

A pauta aduaneira, posta em execução em 1900, precisava ser adaptada ás condições atuais do país, e isso foi feito em 1934, passando a vigorar, a partir de setembro desse ano, a nova tarifa aprovada pelo decreto n. 24.343, de 5 de junho anterior. Cuidou-se, então, mais racionalmente, e com maior eficiencia, da taxação dos generos de importação, tendo em vista sua natureza, destino e valor, resultando desse trabalho um regime tarifario mais simples e produtivo. Por outro lado, as falhas apontadas pela pratica vão sendo corrigidas por atos interpreta-

tivos ou mediante modificações sugeridas ao Poder Legislativo e consubstanciadas em projetos, alguns de iniciativa da Comissão Mixta de Reforma Economico-Financeira, organizada para o estudo dos assuntos de tal natureza.

Existem, assim, em exame nas comissões técnicas do Poder Legislativo, além de outros, os projetos sobre as modificações da tarifa e regulamento de isenção e redução de direitos. Aprovada que seja a materia, desaparecerão, com a execução das novas medidas, certas formalidades reconhecidas como inconvenientes, ficando a administração publica perfeitamente aparelhada para agir, a respeito, com maior proveito e segurança.

5 — OUTROS SERVIÇOS

CONSELHO FEDERAL DE COMERCIO EXTERIOR

O Conselho Federal de Comercio Exterior manteve-se em proveitosa atividade, durante o ano de 1935, realizando sessões plenarias semanais, muitas das quais presididas pessoalmente pelo Chefe do Governo, a quem se acha diretamente subordinado.

De janeiro a dezembro, realizou 52 sessões, sendo 50 ordinarias e duas extraordinarias. As tres camaras que o compõem, ou sejam, a de Produção, Tarifas e Transportes, a de Comercio e Acordos, e a de Credito e Propaganda tambem se reuniram regularmente para opinar sobre a materia submetida

á decisão do Conselho, muitas vezes em sessões publicas. A's reuniões de inquerito, como tambem ás sessões plenarias, compareceram frequentemente os Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Fazenda, da Agricultura, e do Trabalho, Industria e Comercio.

A atividade do Conselho foi proficua. Compreendeu o exame de grande numero de questões relativas á ordem economica, comercial, financeira ou tarifaria, constituindo os estudos feitos um repositório seguro de informações sobre varios aspectos da vida do país.

Entre os assuntos estudados, cumpre citar: o livre transito de cafés baixos; a questão do algodão sintético; a regulamentação da marinha mercante. e o problema dos fretes marítimos; o ante-projeto do decreto, instituindo o *draw-back*, ora em estudo no Ministerio da Fazenda; o amparo á produção hervateira; o alargamento do mercado interno e varias outras decisões relativas á politica cambial para a exportação, todas tendentes á proteção dos nossos produtos nos mercados externos. Finalmente, elaborou-se o ante-projeto de sistematização das relações comerciais do Brasil com os países estrangeiros e a revisão dos nossos acordos comerciais. A Secretaria do Conselho expediu, durante o ano passado, 1.958 officios e 173 telegramas, tendo recebido, nesse mesmo periodo, 1.250 officios e 295 telegramas.

Através do contacto mantido permanentemente com os órgãos representativos da produção nacional e os Governos Estaduais, vem o instituto orientando, de maneira segura e uniforme, todos os esforços que visam a expansão do nosso comercio e o melhor aproveitamento das nossas fontes de riqueza.

COMISSÃO DE REFORMA ECONOMICO-FINANCEIRA

No cumprimento dos dispositivos da lei n. 51, de 14 de maio de 1935, foi organizada essa comissão, tendo como principais finalidades proceder aos estudos necessários para a fixação de um plano completo de reforma tributaria, redução de despesas publicas, reorganização economica nacional, revisão geral de vencimentos dos servidores publicos e racionalização dos serviços.

Expedido o respectivo regulamento, o Governo escolheu entre os funcionarios de maior experiencia e autoridades conhecidas em assuntos especializados de economia e finanças, cinco dos dez membros de que se compõe a comissão, sob a presidencia privativa do Ministro da Fazenda, sendo os restantes de escolha do Poder Legislativo.

Atendendo á urgencia da materia, organizaram-se, desde logo, os ante-projetos de reajustamento dos vencimentos do funcionalismo e de reorganização do serviço publico, civil, além de outros posteriormente apresentados ao Poder Legislativo. Entre os que devem merecer mais ime-

diata atenção, cumpre mencionar os que reformam o imposto de consumo, o que estabelece a revisão das atuais tarifas alfandegarias e os que dispõem acerca das terras do domínio da União.

COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS

A administração pública continua a colher os resultados que teve em vista, quando, em virtude do decreto n. 19.587, de 14 de janeiro de 1931, instituiu a Comissão Central de Compras. Era natural que a centralização das aquisições do material destinado às repartições públicas, constituindo regime inteiramente novo no país, encontrasse obstáculos para adaptar-se aos nossos hábitos administrativos.

Assim ocorreu inicialmente. Removidas, porém, as dificuldades momentâneas, mediante uma cooperação de todos, em proveito do serviço público, o novo aparelho passou a funcionar de maneira normal e eficiente.

As aquisições efetuadas pela Comissão Central de Compras, em 1935, atingiram á importância total de 105.752:387\$800, sendo pagas por meio de cheques nominativos, após o registo da ordem respectiva pelo Tribunal de Contas. Dessa foram, os compromissos assumidos pela administração pública com o comércio tiveram liquidação pronta, excetuados apenas os casos em que isso não foi possível, por culpa dos próprios fornecedores.

Montaram a 112.035.869\$600 os créditos distribuídos à Comissão. Tendo sido de 105.858.406\$ o total da despesa paga e a pagar, corresponde a 6.177.463\$600 o saldo das verbas não utilizadas. A diferença entre a despesa paga e a que resta para liquidar é mínima, pois que esta última se exprime apenas na quantia relativamente diminuta de 105.818\$200. As cifras acima representam uma apreciável aproximação dos dispendios feitos para atender às necessidades reais das repartições públicas.

Consideradas as variações dos preços de um para outro ano, torna-se difícil, mesmo em algarismos de simples estimativa, uma indicação das economias realizadas pela Comissão Central de Compras. Todavia, no tocante ao limite dos preços, a garantia mais segura resulta da própria fiscalização dos concorrentes, cuja presença é sempre exigida no momento de abertura das propostas.

A providência, de ordem geral, adotada pelo Governo, no sentido da padronização do material das repartições, nos termos do decreto n. 562, de 31 de dezembro de 1935, virá permitir à Comissão de Compras apurar, ainda, maiores vantagens de economia, pelas facilidades que encontrará para a aquisição de certos artigos cujos tipos e modelos oficiais variavam de uma repartição para outra e conforme preferências inteiramente arbitrárias.

CONCLUSÃO

**SENHORES MEMBROS
DO PODER LEGISLATIVO.**

A exposição minuciosa que acaba de ser feita permite estabelecer um juízo seguro sobre a situação geral do país.

O aparelho governamental funcionou de modo satisfatório e a sua atuação, nos diversos campos da vida nacional, se fez sentir proveitosamente.

ATUALIDADE POLITICA

Do ponto de vista político, o quadro da constitucionalização dos poderes públicos foi edificante. Passou-se, sem abalos, da centralização do Governo Provisorio para a forma federativa, mais ampla; num ambiente de garantias e de livre expressão da vontade popular:

O fato merece registro pela sua significação propriamente política. Pondo mesmo de parte a

influencia salutar que sobre o processo de constituição dos poderes locais tenha exercido a atitude de inflexível respeito á verdade das urnas, que o Governo timbrou sempre em manter, e a moralizadora assistencia da judicatura eleitoral, resulta incontestemente a transformação operada, nos quadros da politica nacional, pela nova legislação e pelo alargamento introduzido no sistema representativo, com o voto feminino e a intervenção das classes que representam os diversos ramos da atividade social.

Assistimos, de qualquer forma, e isso é indiscutível, a um movimento de interesse cada vez mais acentuado pela vida politica, refletindo-se no crescimento das inscrições eleitorais e na organização partidaria.

E' isso um sintoma promissor a registrar, conhecida como era a apatia, a indiferença com que se desenrolavam no país os pleitos eleitorais, transformados frequentemente em disputa de corrilhos e arranjos para a conquista de posições.

Não se compreende o regime representativo sem uma ativa vigilancia da opinião publica, organizada politicamente e distribuida por setores partidarios, tanto mais poderosos quanto mais amplos forem, passando da restrita influencia regional para o vasto campo dos interesses gerais do país, onde se debatem e se resolvem os magnos problemas da vida nacional.

Para atingir esse estágio elevado de cultura cívica, devemos empenhar sadios e sinceros esforços, convencendo-nos que a democracia brasileira precisa assentar as suas instituições sobre bases sólidas e definitivas, conformadas nos moldes da nossa estrutura social e orientadas segundo os rumos que melhor consultam ao fortalecimento da nacionalidade.

SEGURANÇA NACIONAL

Foram de grande repercussão os acontecimentos desenrolados no fim do ano último.

Na sua brutalidade, não era possível prevení-los, embora rumores surdos e insistentes denunciasses a preparação das atividades extremistas para uma tentativa de subversão da ordem. Não foi outro o motivo que vos levou a votar a lei chamada de Segurança Nacional, ajustada aos preceitos da própria Constituição e que "longe de ser uma lei opressora, visava apenas garantir a defesa da ordem política e social".

Os fatos posteriores, confirmando as previsões, ditaram reforma mais ampla, consubstanciada nas emendas à Constituição da República e na lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935, que alterou, aperfeiçoando-a, a lei de Segurança Nacional.

Não escapou, sem dúvida, à atenção do Poder Legislativo a contingência, em que se acha o país, de reclamar uma sistematização dessas medidas e

remédios, com eficácia bastante para reprimir e combater os focos da contaminação comunista.

Preciso é que se diga, insistentemente, nada existir de comum entre as aspirações do povo brasileiro e as ideologias extremistas, para nós, de todo exóticas. Basta, como prova do asserto, recordar que a junta diretora do movimento subversivo irrompido em novembro de 1935 compunha-se de cinco membros, dos quais um só era brasileiro, este mesmo seguido e vigiado por uma estrangeira e todos portadores e executores de planos revolucionários organizados no estrangeiro e custeados por estrangeiros.

Nada justifica qualquer programa de reivindicação social das massas por processos violentos, num país como o nosso, livre de problemas econômicos agudos, e onde as classes trabalhadoras têm encontrado proteção e garantias num sistema de leis, cuja aplicação vem se fazendo rigorosamente, com evidentes benefícios.

A repulsa unânime provocada pela rebelião extremista é exemplificante, nesse sentido. Nem mesmo as classes operárias emprestaram-lhe solidariedade, repudiando-a com demonstrações que bastariam para qualificar a inviabilidade de semelhantes pronunciamentos.

Por muito que a ideologia extremista e seus processos de brutalidade violentem a consciência do povo brasileiro, não se pode negar, infelizmente,

que uma e outra coisa constituem grave ameaça às instituições nacionais.

Como por toda parte, também entre nós, os golpes extremistas são desferidos por minorias ousadas e afeitas a uma técnica de destruição sistemática, sem consideração aos mais comensuráveis princípios de respeito à personalidade humana. Não existem armas que deixem de ser úteis aos fins colimados. A tática extremista é multiforme e compreende, desde a propaganda aberta e o assalto direto à ordem constituída, até a propagação de todos os agentes, que de qualquer modo concorrem para o afrouxamento dos costumes sociais, provocando dissídios no campo político e econômico, diminuindo o respeito à autoridade e levando as ideias de destruição e desordem às oficinas, aos quartéis, às escolas e aos próprios lares. O diagnóstico desse surto maligno, que ameaça a saúde do organismo nacional, já é felizmente conhecido e da mesma forma o remédio a aplicar-lhe. Está nas próprias mãos dos legisladores torná-lo seguro nos seus efeitos profiláticos, sabendo, de ante-mão, que podem contar com a solidariedade dos órgãos mais autorizados das atividades econômicas, sociais e políticas, e com a vigilância do Poder Executivo, cioso da sua missão de oferecer, a todos os que contribuem para o nosso progresso, o ambiente de tranquilidade e de garantia indispensável ao trabalho honesto e construtor.

O perigo que o comunismo pode constituir para a integridade nacional crescerá na razão direta das atitudes dos elementos representativos da nossa vida social. O alheamento das responsabilidades da vida pública, seja por comodismo ou passividade egoísta, principalmente da parte das forças conservadoras, só poderá concorrer para tornar mais extensa e profunda a contaminação bolchevista.

Não basta a repulsa individual às atividades criminosas; não é suficiente a simples atitude de resistência moral à onda de atividade subversiva; não atende às exigências do dever para com a Pátria colaborar passivamente na defesa das instituições e da ordem. Faz-se preciso a arregimentação, a mobilização da sociedade ameaçada nos seus fundamentos, nas suas tradições, no que há de mais caro aos brasileiros, tanto na vida material como espiritual. Em todas as camadas, em todas as circunstâncias, em todas as idades, há lugar para o bom combate, para tão inadiável serviço de saneamento social. Desde as escolas, onde o ensino se transforma em instrumento de propagação subversiva, às fábricas e aos campos, onde os elementos inadaptados, quasi sempre mais ignorantes do que maus, se deixam arrastar pelas labias e promessas dos mistificadores cevados com o ouro estrangeiro — por toda parte é preciso opôr um dique á caudal de mentiras e á investida audaciosa dos

agitadores que não recuam, para realizar os seus intentos, nem mesmo diante do sacrificio do sangue generoso dos brasileiros.

DEFESA DO REGIME

A sedução das doutrinas exóticas é uma consequencia do desconhecimento das nossas tendencias e realidades sociais. Assenta sobre um conceito falso da propria concepção do regime democratico, em países novos e sem tradições imperialistas, como o Brasil.

A democracia é, certamente, o regime da liberdade. Mas nem mesmo um regime seria si essa liberdade pudesse transformar-se em instrumento de sua propria destruição. Dever fundamental do Estado é, hoje mais do que nunca, o de sua defesa, maximé quando corresponde, tal qual sucede entre nós, ás condições do meio politico, social e economico. Outras razões não ditaram, nos países de velha estructura democratica, as leis de segurança do regime, nem outros motivos justificam, por toda parte, o reforço crescente da autoridade.

O problema da ordem confunde-se com o da estabilidade das instituições politicas e sociais, confunde-se com a segurança do Estado, que estas instituições simbolizam, traçando a linha mestra do problema politico contemporaneo. Tanto mais preciso se afigura fortalecer o poder publico, quanto

é certo que, além da luta por sua própria existência, cumpre-lhe desenvolver uma atividade sempre mais extensa, em virtude do crescente alargamento da função, que lhe é inerente, de manter, dentro da ordem jurídica, o equilíbrio social.

Democracia e Estado não representam conceitos antagonicos. Pelo contrario, um é complemento do outro. Enquanto a primeira significa origem popular do poder, temporariedade das funções politicas e regime jurídico da liberdade, este significa aparelhamento solido dos órgãos destinados a garantir as instituições e a realizar as suas finalidades sociais.

O sistema político presidencialista permite, nos moldes das nossas tradições, o conjunto de providências necessárias para a defesa eficaz do regime e o livre exercício das atribuições do Estado. Não se faz indispensavel alterá-lo em sua estrutura, sinão, precipuamente, armar o Poder Executivo, que é o poder ativo por excelencia, com meios rápidos e energicos de prevenção e repressão dos delitos e atividades contra a segurança do Estado, oferecendo-lhe o concurso, igualmente rápido e energico, de tribunais apropriados, que apliquem um sistema de penas tendentes, entre outros fins, a isolar do contacto com a sociedade os elementos subversivos que procuram destruí-la.

O Poder Legislativo, que tanto já colaborou com o Executivo na defesa das instituições, confe-

rindo-lhe as faculdades excepcionais do estado de sitio e do estado de guerra, de cuja execucao apresentaremos completo relatorio em tempo oportuno, saberá fixar, com alta sabedoria, as novas normas disciplinadoras e assecutorias da ordem politica e social, colocando acima das paixões transitorias o interesse permanente da Nação, que convoca todos os brasileiros para a luta contra a destruicao de nosso patrimonio mais legitimo, constituido pelos principios cristãos, morais e economicos, formadores de nossa estrutura de povo livre, soberano e civilizado.

Já deixámos referidas, na parte que diz respeito aos trabalhos do Ministerio da Justiça, as providencias tomadas pelo Governo para reprimir as atividades comunistas no país. Podemos, agora, assegurar que todas têm sido levadas a efeito sem preocupações secundarias, com o alvo unico de punir os que atentaram contra o Estado, de evitar as repressões violentas, que causam sempre danos morais e materiais, acarretando perdas de vidas e destruicao de patrimonio, e prevenir as novas investidas dos elementos empreitados para lançar o país á desordem.

Como se conduziram as autoridades na difficil emergencia — a moderação que não exclue a energia, a prudencia que não diminue o zelo — está no espirito de todos e na memoria da população. Apesar da insolita brutalidade dos atentados pra-

ticados contra a unidade nacional, da felonía e perversa indiferença que revelaram os amotinados, não houve qualquer excesso por parte do poder público, que não utilizou sequer, em toda a sua amplitude, as franquias concedidas pelo Poder Legislativo, procurando, apenas, deter e punir os responsáveis, declarados e reconhecidos.

O Poder Executivo, deixando mesmo de atender á justa indignação das classes conservadoras, manteve-se sempre sereno, não impondo castigos nem procurando servir-se do momento para aniquilar os vencidos. A sua atuação, norteada pelo Chefe do Governo, não se limita, entretanto, a reduzir a repressão ao mínimo, a dar-lhe forma e processo perfeitamente jurídicos; procura, ainda, evitar que os agentes corruptores continuem a desviar os mal-avisados, os ingenuos, os suggestionáveis e ignorantes.

AÇÃO EDUCACIONAL

Já se encontrava em estudos, antes mesmo do levante, um vasto plano de educação, de fundo acentuadamente nacional, capaz, de a um tempo, elevar o nível cultural das elites dirigentes e melhorar a educação política da população em geral.

Semelhante iniciativa firma-se em antecedentes de ordem política. Concedendo direito de voto ás mulheres, o Governo nascido da revolução de 1930 teve em mira alargar os quadros de intervenção

social na vida publica do país. E, com o mesmo fim, ao lado da representação popular, procurou e conseguiu que as classes produtoras, pelos seus órgãos representativos, viessem participar imediata e diretamente das atividades politicas.

Assentadas essas premissas, examinemos as diretrizes aconselháveis para conformar e orientar a educação nacional, segundo os rumos mais indicados pela fase historica que atravessamos. Coloquemo-nos diante de fatos e exemplos de alcance e importancia mundiais, apreciemo-los de um ponto de vista generico e pragmatista, e a conclusão só poderá ser esta: no momento perturbado da vida de quasi todas as nações civilizadas, o Estado não se coloca na posição de espectador impassivel; em todas elas, defende a propria estrutura e procura educar as novas gerações no sentido dos seus principios basicos.

Sob este aspecto, o mais atento exame é reclamado pelas nações que vivem sob regimes de força, e são, ainda nisto, não um exemplo a seguir, mas a contrapôr.

A doutrina do Estado, que lhes é peculiar, informa e dirige toda a educação. Acima dos aspectos confessionais, no mesmo plano que a formação especializada e profissional, é colocada a educação politica, a educação para o Estado.

Em nosso proprio país, os extremistas da direita e da esquerda já pretenderam, e ainda pre-

tendem, iniciar a obra educativa, amoldando-a às suas ideologias. A experiência quotidiana, fortalecida pelos sucessos de novembro de 1935, mostra como foi de alto relevo o papel desagregador e corruptor das catedras, quanto influíram na deformação da mentalidade dos jovens, inexpertos e entusiastas.

Impõe-se conseqüentemente, e com urgência, que, na obra educacional, o Estado democrático assuma a sua posição defensiva, não somente contra o influxo dissolvente do comunismo, mas no esclarecimento das suas diretrizes de preparação política, no mais amplo e completo sentido. Ao ataque disfarçado e subterrâneo das ideologias extremistas deve-se contrapor a resistência consciente dos princípios da democracia representativa, única forma de organização estatal que convém à nossa tradição, à nossa história política e, mesmo, à nossa própria configuração geográfica.

Não se trata, certamente, de abandonar a posição nitidamente imparcial do Estado no ensino, mas de reforçar, ministrando metodicamente, em todos os graus e ramos da educação, tanto a pública, dos estabelecimentos oficiais, como a que se acha a cargo de instituições privadas, o conhecimento e a análise dos valores consagrados pela nossa formação política, que repousa no respeito ao indivíduo e à personalidade. É preciso que essa obra se inicie sem demora, em todo

o, edifício educacional, da base ao alto, com caráter de compulsoriedade, de obrigatoriedade inflexível.

A indiferença, em materia de educação, tem levado muitas nações democráticas ao abandono dos seus principios, e o descuido pela educação politica do povo tem permitido que, aqui e ali, minorias audaciosas, empolguem o poder publico para dirigi-las ao sabor dos seus inconfessaveis interesses e das suas doutrinas perniciosas.

A historia politica, tanto recente como antiga, serve á nossa demonstração. Os exemplos, numerosos e expressivos, dispensam referencias directas.

Cuida-se de elaborar, ainda este ano, o plano de educação e cumpre que, no lançamento das bases do ensino nacional, sejam consideradas as condições excepcionais do momento que atravessamos. Possuimos tradições de cultura, reservas de ordem moral, que podem servir de ponto de partida para imprimir caráter proprio a obra de tal magnitude. Assim, a democracia, a família, a propriedade, constituindo as instituições basicas do nosso povo, deverão encontrar no processo educacional a necessaria defesa.

Dentro da orientação traçada e com os recursos orçamentarios disponiveis, cogitar-se-á de ampliar o mais possivel o ensino primario e profissional, melhorando o secundario e o superior, e utilizando igualmente os variados meios de publi-

cidade, que permitem levar diretamente a todas as camadas sociais os conhecimentos mais uteis e de segura influencia educativa.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

Não se limitam, entretanto, a esses aspectos, embora de maximo relevo, as preocupações do Governo. Si a garantia da ordem, a distribuição da justiça e a disseminação do ensino publico e da educação, em geral, constituem fatores de indisfarçavel preponderancia na formação do carater nacional e na mentalidade das futuras gerações, outros problemas existem que concorrem solidariamente para realizar o bem estar social, dentro da ordem e do progresso crescente das atividades individuais.

Torna-se imperioso atender á realidade, não esquecendo que as condições de ordem economica tambem influem na preparação do ambiente propicio aos pronunciamentos, inquietações e discordias que parecem generalizar-se de forma tão alarmante, na hora presente, e de que habilmente se aproveitam os agitadores contumazes, na sua faina de lançar a desordem e a confusão.

Não ha muito — diga-se com aquela franqueza que o estadista inglês Pitt considerava o meio caminho para a solução das dificuldades, no manejo dos negocios publicos — ainda predominava na mentalidade de numerosos homens publicos a con-

cepção do Estado-polícia, que correspondia á doutrina classica do "laisser-faire".

A crescente complexidade dos fatos economicos e sociais, com as multiplas repercussões originadas do aperfeiçoamento tecnico, aumentaram obrigatoriamente a esfera de ação do Estado. Toda a atividade do poder publico, no ultimo lustro, tende a integrar no organismo politico o interesse coletivo. Por meios diretos ou indiretos, estendendo os direitos de representação ou disciplinando as forças economicas, para limitá-las ou dar-lhes estímulo, essa tendencia se faz sentir constantemente, sobretudo nos setores do trabalho e da organização produtora.

Mantendo orientação segura e uniforme, continuamos a cuidar, por isso, da proteção á economia nacional e aos seus agentes, favorecendo o trabalhador, com medidas de assistencia e previsão social, e amparando todas as iniciativas que de qualquer forma possam concorrer para aumentar os indices da riqueza geral e a capacidade aquisitiva das populações.

CREDITO AGRICOLA

Num país de economia agricola, como ainda é o nosso, pelo volume da produção e numero dos que nessas atividades se empregam, não se podia compreender a inexistencia de um aparelho de credito, capaz de impulsioná-las e movimentá-las. Chega a constituir mesmo um paradoxo essa falha, pelo con-

traste flagrante em que coloca o fator de maior preponderancia na nossa vida economica, totalmente desamparado diante das facilidades de credito que, de longa data, encontram outras atividades de menor peso na balança geral do nosso commercio.

São de inteira oportunidade as ponderações, expendidas em discurso pronunciado na capital de Pernambuco, quando da minha viagem ao norte do país. "Os recursos normais do produtor, auferidos na venda das colheitas, jamais lhe poderão dar margens ás accumulações de capital, necessarias para intensificar em quantidade e melhorar a qualidade e o custo da sua cultura. Isso só será possível pela utilização do credito, facilitado a longo prazo e juros modicos, sob o penhor da terra, que, infelizmente, até hoje, é valor sem desconto, no Brasil".

Realmente, o problema do trabalho rural está na dependencia direta do credito agricola. Só o credito movel poderá valorizá-lo, quando oferecido em condições verdadeiramente economicas, de juros e prazos, fixados de acôrdo com os ciclos vegetais da produção.

Ainda em relação ao trabalho agricola ha outros aspectos a considerar, principalmente quando se tem em vista a existencia de grandes extensões de terras fertes desaproveitadas. Para prevenir o desequilibrio, que já se nota, entre as populações urbanas e as populações rurais, crescendo aquelas enquanto

estas se conservam estacionarias; não será possível qualquer medida de redistribuição demográfica, sem garantir ao agricultor a possibilidade de aquisição da terra valorizada pelo seu esforço, o que "equivale a pôr ao seu alcance a riqueza, com o trabalho estavel e organizado, e o bem-estar, com a posse do teto, refugio da familia".

Urge, portanto, resolver paralelamente o problema da colonização, do qual já nos ocupámos ao tratar dos dispositivos constitucionais relativos á imigração.

A experiencia demonstra que a instituição da pequena propriedade é, de certo modo, um vigoroso agente de renovação economica, pela circunstancia de favorecer a melhoria do nivel de cultura da terra; e evitar, ao mesmo tempo, a decadencia do trabalho agricola, que pode transformar-se, facilmente, em causa de pauperismo e em campo fértil de exploração politica, ao alcance das baixas paixões dos agitadores audaciosos ou irresponsaveis.

O Instituto de Credito Agricola, nos moldes em que vem sendo estudado, para oportuna apresentação ao exame do Poder Legislativo, atende á solução desses aspectos tão importantes da economia do país. Deverá, por outro lado, proporcionar novas applicações ás reservas e disponibilidades dos institutos e caixas de previdencia social e das sociedades de seguro privado e capitalização, impedindo que continuem a ser empregadas em titulos da divida

publica somas consideráveis de capital acumulado e preservando os patrimônios dessas instituições dos riscos da desvalorização.

AMPARO À PRODUÇÃO

Através do aparelhamento administrativo, tem-se desenvolvido, vigilante e cuidadosa, a assistência do Estado à produção nacional, recaíndo, de modo direto, sobre o cultivo, beneficiamento e consumo dos gêneros de maior peso na balança comercial.

No amparo ao café, que abre a lista dos produtos exportáveis e constitui, nos últimos quarenta anos, o eixo da nossa economia, concentraram-se naturalmente os maiores esforços. O auxílio financeiro ao agricultor, a melhoria das plantações e o aperfeiçoamento técnico da preparação da mercadoria são medidas que contribuem, ao lado da regulamentação do mercado, para sustentar e ampliar a posição do café nos centros de consumo mundial.

Também o açúcar, os sub-produtos da cana e o algodão, através dos órgãos administrativos de controle e fomento, recebem amparo constante.

Do mesmo modo, o cacau e o mate, em institutos locais das regiões produtoras, mas com o auxílio financeiro da União, sentem a influência organizadora dos poderes públicos.

Outros produtos agrícolas, que começam a avultar, são igualmente objeto de estudo e de pesquisas, orientadoras e propulsoras, já sendo possível atual-

mente obter, por intermedio dos tecnicos do Estado, os necessarios informes para a sua utilização e industrialização.

A instituição do credito agricola, velha aspiração só agora em vias de concretizar-se, representa mais uma etapa decisiva do programa de realizações, que o Governo se impôs desde 1930.

Apezar do esforço empreendido para incrementar as forças produtoras, tanto no setor das atividades agrarias como industriais, ainda restam por estudar e solucionar numerosas e importantes questões.

O aparelhamento das industrias extrativas minerais, por exemplo, está reclamando exame atento dos legisladores. Os Codigos de Aguas e Minas vieram regularizar a situação legal das reservas do nosso sub-solo. Fora desse terreno, porém, quasi nada tem sido feito. Não basta, certamente, salvaguardar essas riquezas virtuais; é preciso transformá-las em riquezas efetivas, impulsionando a sua exploração, de forma metódica e intensiva.

Dispondo de fartas jazidas e veios em condições economicas de industrialização, ainda assim dependemos em grande parte do estrangeiro, quanto ao suprimento de metais para as necessidades do consumo nacional.

Sem entrar como mercadoria na balança comercial, mau grado as medidas tomadas pelo Co-

verno, adquirindo todo o produto que vem ao mercado, continua consideravel a evasão do ouro extraído das nossas minas e campos auríferos. Varios são, naturalmente, os expedientes utilizados. E' para coibir tal abuso, e outros semelhantes, que se faz imprescindivel criar um aparelho especial, capaz de controlar todas as atividades das nossas industrias extrativas.

Desdobra-se, é certo, o problema em multiplas modalidades, que vão da ordem tecnica ás regulamentações fiscais. Mas, de qualquer forma, será preciso enfrentá-lo.

O desenvolvimento das instalações siderurgicas, o aproveitamento do combustivel mineral e tantas outras riquezas do sub-solo brasileiro esperam o impulso de iniciativas vigorosas, que podem exigir, a cada momento, a intervenção do poder publico. Por enquanto, as providencias de efeitos praticos, tomadas nesse setor, se restringem a estimular a exploração aurifera, o emprego do carvão mineral e do alcool-motor, a industria do cimento e as prospecções petroliferas.

BANCO DE RESSEGURO

Iniciativa que consideramos tambem de predominante interesse é, sem duvida, a criação de outro instituto de credito — o Banco de Resseguro — que corresponde, no momento, a uma medida economica e financeira de alto alcance.

O vulto das operações de seguro explorado livremente por sociedades nacionais e estrangeiras, o acúmulo de reservas invertidas em títulos da dívida pública federal, interna e externa, e em imóveis urbanos, sem atender às necessidades da nossa economia, a evasão da receita e lucros para o estrangeiro e a fraca percentagem da distribuição do seguro em relação ao nosso crescimento demográfico são aspectos característicos do problema que se tem em vista resolver.

As condições geográficas e sociais do Brasil, cuja população compreende núcleos esparsos, sem densidade, pelo interior imenso, quasi todo ainda por povoar, não aconselha a que se constituam em monopólio do Estado as operações de seguro privado, que devem continuar a cargo da iniciativa particular, adotando-se, porém, um regime, dentro do qual possam desenvolver-se em harmonia com a defesa do interesse público.

O princípio constitucional da nacionalização não resolve por si mesmo, como simples processo legal, o problema do seguro. Só por meio de um órgão técnico, controlador das transações e do qual façam parte o Estado e as companhias, é que a nacionalização poderá se tornar efetiva. Impõe-se, pois, a criação de um Banco de Resseguro, com o objetivo de fomentar a produção das companhias nacionais, sanear os negócios, tornar real a nacionalização, que é um imperativo constitucional, e

regular o comercio de seguros do país com o estrangeiro, procurando manter um sistema de vantagens mutuas e reduzindo ao minimo a remessa de cambiais para compensação.

O banco deverá centralizar o resseguro, participando, em moderada proporção, das operações realizadas pelas companhias, a partir de certo limite e até o seu maximo de retenção.

Constituindo um aparelho em que o Estado participa e a que empresta a sua responsabilidade, tendo, por outro lado, as companhias uma interferencia direta na sua gestão, o instituto, assim organizado, será necessariamente o centro de propaganda inteligente e eficaz do seguro e o seu órgão de vigilancia contra fraudes e riscos suspeitos ou desnecessarios.

SERVIÇOS PUBLICOS

O aparelhamento dos serviços publicos é tarefa que exige permanente atenção. As continuas remodelações não constituem, em geral, o fator mais seguro para torná-los produtivos. Reformar equivale, entretanto, a melhorar aquilo que a experiencia provou não ser eficiente.

Por esse criterio têm sido orientadas todas as modificações feitas, ou em projeto, no aparelhamento dos serviços administrativos.

Não é possivel ~~tentar~~ os metodos de maxima utilização do tempo e da energia humana, si os ins-

trumentos a empregar permanecem inadequados, funcionando mal ou defeituosamente.

A tendencia de todo serviço publico, diz-se, é a burocratização. Torna-se indispensavel, por isso, exercer rigorosa vigilancia para evitar que as atividades da administração caiam na rotina, estacionem e falhem quanto ás suas finalidades.

O excesso de pessoal não representa apenas despesas inuteis. Concorre, tanto quanto a insuficiencia material das instalações, para a má distribuição e pouco rendimento do trabalho, sacrificando todos os esforços de uma boa direção. Daí a necessidade de frequentes remodelações, a que o Governo não pode fugir, com o unico intuito de racionalizar, padronizar e imprimir mais completas diretrizes aos serviços do Estado.

A Comissão Central de Compras, a de Reforma Economica e Financeira, as reformas do Ministerio da Fazenda e da Agricultura, são elos de uma cadeia unica, visando determinada finalidade.

Nas rubricas proprias da presente exposição, fizeram-se referencias detalhadas sobre construções novas edificações e remodelações, em que obrigatoriamente inverteram-se somas apreciaveis.

Numa epoca que não é de prosperidade acentuada, á primeira vista parecerá isso uma preocupação suntuaria. O contrario, entretanto, ocorre. O Governo tem sido forçado a tais iniciativas pela conveniencia, muitas vezes, de diminuir despesas.

Os proprios do Estado, centros de importantes atividades, ocupavam, em numerosos casos, acomodações de tal modo antiquadas e insuficientes, que causavam prejuizos de vulto á propria normalidade dos serviços. Preocupado com aumentar-lhes a produtividade, não poderia o Governo fazê-lo, mantendo os respectivos departamentos instalados em locais diversos, distantes uns dos outros e sem o indispensavel aparelhamento.

Não ha porque citar exemplos dessa situação, conhecidas como se tornaram, de longa data, as deficiencias e precariedades dos edificios publicos, a começar pelas proprias Secretarias de Estado.

Os Ministerios da Marinha e Justiça ocupavam edificios absolutamente inadequados. O mesmo acontecia aos da Viação e Fazenda, sem falar nos Ministerios organizados mais recentemente, os da Educação e Trabalho, com o seu funcionamento bastante dificultado pela fragmentação das secções, ocupando, ora locais inadaptaveis e de emprestimo, ora predios ou compartimentos de aluguel.

Não se reduziram, entretanto, a esses os casos de indispensavel construção, compreendendo sédes e dependencias de diversas repartições da capital e do interior.

As instalações dos Correios e Telegrafos foram sensivelmente melhoradas, em quasi todos os Estados, com obras de ampliação, exigidas pelo desenvolvimento dos serviços e numerosas edi-

ficações novas e modernas, além de custosos aparelhamentos de radiotelegrafia e telefonia.

Também cuidou-se de instalar serviços apropriados à aeronáutica comercial, construindo-se aeroportos e bases de abastecimento.

Prosseguiram, da mesma forma, as importantes obras que vêm sendo feitas pelos Ministerios militares, no que respeita à navegação aérea e marítima e a instalações de serviços técnicos e industriais.

A parte o melhoramento trazido por essas iniciativas à organização dos departamentos administrativos, é preciso considerar que todas significam um aumento do patrimônio nacional, representando somas vultosas, proveitosamente aplicadas.

ECONOMIA E FINANÇAS

Nas circunstâncias atuais, todas as nações civilizadas, mesmo as de mais sólida estrutura e possuidoras de grandes capitais acumulados, defrontam dificuldades econômicas e financeiras de repercussões mais ou menos profundas.

Nada seria de estranhar, portanto, que também a nós, com maior razão, por motivos de diversa natureza, essas dificuldades atingissem de modo direto.

Pelos dados minuciosos da parte referente ao Ministerio da Fazenda, deixámos analisados os índices da situação econômica e financeira do país.

Reportando-nos a eles, cumpre-nos, numa apreciação de conjunto, mostrar que continuam a ser mantidas, com resultados francamente animadores, as linhas mestras da politica financeira do Governo.

Enquanto outros países mal recuperam o nivel anterior á crise geral ou, nalguns casos, não o conseguiram sequer, de nossa parte já o excedemos, e tudo indica que a nossa posição continuará a melhorar. E' certo que as flutuações do mercado monetario nos têm trazido multiplos embarços, refletindo-se principalmente sobre o valor-ouro das exportações, que aumentaram sem elevação paralela nos preços medios.

A comprovação de tal fato oferece um indice a mais do desenvolvimento progressivo da produção nacional, que, apesar dos entraves opostos ao livre curso dos negocios, consegue estender-se internamente e ainda aumentar a sua penetração nos mercados externos de consumo. Isso basta para dar uma impressão exata da vitalidade das nossas forças produtoras.

Preciso é reconhecer, entretanto, que sempre visaram tais resultados as medidas de ordem financeira postas em pratica pelo Governo. Será facil comprovar o asserto, através das amplas informações que acabamos de oferecer ao exame dos representantes da Nação.

O controle das disponibilidades cambiais se ajusta a esse objetivo. A retenção limita-se ao mi-

nimo das necessidades, de modo a facilitar o mais possível o escoamento dos generos exportaveis, muitos dos quais dispõem mesmo de mercado livre.

As reservas de divisas estrangeiras, assim obtidas, aplicam-se todas aos nossos compromissos externos, de diversa origem. Continuamos a satisfazê-los a rigor e em tempo, apesar dos grandes obstaculos que se nos deparam, evitando, com essa atitude, o abalo do credito nacional e as provaveis medidas discriminatorias que viriam atingir, sem duvida, o nosso comercio de exportação, já bastante sacrificado pela contingencia iniludivel de enfrentar as oscilações cambiais, as tarifas semi-proibitivas e a concurrencia dos especialmente favorecidos.

Acompanhando os esforços assinalados, no sentido de elevar o nivel da economia do país, não descursa o Governo a tarefa de manter dentro da ordem e dos recursos disponiveis as despesas publicas. Certamente, não se pode compreender de maneira simplista, como no jogo dos algarismos do ativo e passivo dos balanços meramente comerciais, o equilibrio funcional do Estado. Impossivel aferir pelo estalão de semelhante criterio a situação financeira de um país, nem aquilatar, apenas, pelos resultados imediatos da receita e despesa, a capacidade da economia publica. As abstrações numericas não lhe podem abarcar toda a realidade. A complexidade dos fatores intercorrentes transcende aos esquemas de precisão

dos periodos certos e extraordinariamente limitados.

Por isso mesmo, qualquer analyse a fazer, nesse terreno, precisa abranger maior amplitude e considerar os imprevistos. Examinando sob este prisma a vida financeira do país, dentro do quinquenio, para apreciá-la com rigor, isenção critica e mais larga vista, se verificará que, de um exercicio a outro, manteve-se inflexivel a politica de compressão dos gastos, com o decisivo empenho de contê-los dentro dos recursos ordinários do orçamento. Só a superveniencia, a imposição de acontecimentos imprevistos fizeram sacrificar os resultados dessa politica. As despesas que influíram, e criaram mesmo nalguns exercicios os saldos negativos de maior vulto, foram sempre de carater extraordinario e inevitavel. E não haveria, devemos reconhecer, meios de fugir á contingencia dos acontecimentos. Diante de um surto subversivo e de uma calamidade publica, seria impossivel exigir a inatividade, absorvido o Governo na preocupação de equilibrar a receita e a despesa, deixando que o país se convulsionasse e as populações perêcessem á mingua de assistência e amparo.

Os resultados do ultimo exercicio não fazem mais do que comprovar a conduta persistente do Governo em materia de execução orçamentaria.

Para uma despesa fixada de 2.675.654:992\$, fôra prevista na lei de meios de 1935 a receita de

2.169.577:000\$, do que resultaria um *deficit* de 506.077:992\$000. O Poder Legislativo autorizou posteriormente despesas extra-orçamentarias de vulto, que, si fossem utilizadas, elevariam esse *deficit* á cifra de 1.100.977:641\$300.

A atividade no setor financeiro e o desenvolvimento constante da economia do país permitiram, porém, que se elevasse a arrecadação de 553.116:101\$400, atingindo, portanto, a receita, ao total de 2.722.693:101\$400.

A situação de desequilíbrio, que se apresentava sob aspectos bem serios, desapareceu, diante da compressão de 338.159:900\$300, na despesa orçada e de 252.015:169\$400, na aplicação das autorizações especiais e do excesso de arrecadação, na receita, de 553.116:101\$400. Levadas em conta as despesas de 250.009:392\$200, que não lograram classificação, verifica-se que o esforço do Governo, para uma perfeita execução das contas do exercício, representa a cifra total de 893.281:778\$900. Mas, ha mais. Ainda pelos elementos numericos balanceados, apura-se que o *deficit* orçamentario foi de 149.308:385\$100, justificando plenamente a asserção feita de que a execução do orçamento de 1935, tal como se processou, constitue fato sem precedente na historia das nossas finanças.

Preciso é levar em conta, finalmente, que as aquisições de ouro, num total de 253.782:931\$400, absorveram, só em 1935, 123.911:070\$600. Esse

ouro, pelo valor real, representa hoje o equivalente de 300.000:000\$000. Transformado em reserva, para lastro da moeda fiduciaria, equivalente a 10 % da circulação, representa riqueza acumulada e incorporada ao computo definitivo do balanço patrimonial.

Sem alardes, nem subterfugios, lisamente, o Governo pode informar á Nação, perante os seus representantes, que os seus propositos de saneamento financeiro têm produzido beneficios evidentes.

Apezar dos multiplos embarços e incontaveis dificuldades, todos os esforços postos em ação permitiram a melhoria das condições gerais do país, o surto das suas industrias e do seu comercio e a realização de empreendimentos de indiscutivel oportunidade. Orçamento quasi equilibrado, indices economicos em ascenção, média do custo da vida em condições de estabilidade, movimento total dos emprestimos concedidos e depositos feitos pelos bancos elevados de mais 30 e 35 %, respectivamente, em relação a 1930, mantidos os compromissos externos e segura a cotação dos titulos da divida publica, eis o quadro da situação financeira do país, ao encerrar-se o exercicio de 1935.

POLITICA EXTERIOR

Fixados os aspectos de maior relevo da situação interna, nos seus varios setores de atividade, impõe-se agora focalizar, com o mesmo proposito

de síntese, a projeção dos negócios públicos na vida internacional.

Conforme consta da rubrica concernente aos respectivos serviços, o Governo teve necessidade imperiosa de modificar, em grande parte, as diretrizes da nossa política econômica exterior. Atendendo às exigências dos interesses nacionais, denunciaram-se todos os antigos tratados, convenios e acordos comerciais, na sua maioria baseados na cláusula de "nação mais favorecida", inteiramente inoperante em face das novas condições dos negócios internacionais.

A orientação adotada visa estabelecer, nessas convenções reguladoras do intercâmbio comercial, o princípio das obrigações bi-laterais definidas e claras. Adstrito aos novos moldes, negociou-se o recente tratado com os Estados Unidos da América do Norte, e outros se acham em estudos.

Na esfera da política americana, onde o Brasil vem atuando constantemente, de acordo com as suas tradições de solidariedade e cooperação, o acontecimento de maior evidência, após o êxito das negociações que propiciaram a pacificação continental, é a próxima Conferência Pan-Americana da Paz, feliz iniciativa do Presidente dos Estados Unidos. Empreteram-lhe decidido apoio todos os Estados americanos, demonstrando, assim, o desejo inequívoco de resolver em conjunto e harmonicamente problemas de vital interesse para a vida do Continente.

Coerentes com os propositos já manifestados a respeito, e norteados pelo mesmo espirito de conciliação que nos tem permitido manter com as nações vizinhas contacto amistoso e inalteravel, tudo devemos fazer para que essa magna reunião produza resultados os mais amplos possiveis, de modo a compreender não só as relações de natureza politica, como tambem o encaminhamento de importantes questões de finalidade economica e financeira.

Assim procedendo, trabalharemos para realizar aspirações e proteger interesses comuns a todos os povos americanos, cujas afinidades profundas de ordem etnica e politica os conduzem naturalmente a integrar-se numa concepção mais forte e construtiva dos principios de solidariedade e aperfeiçoamento social.

Feito o relato pormenorizado das atividades governamentais, no decurso do ultimo ano, em que não faltaram sucessos de relevo e graves apreensões, acrescentamos, entre comentarios que nos pareceram oportunos, sugestões diversas, ditadas pelo quotidiano trato dos negocios publicos.

Entregamos, assim, ao estudo e exame ponderado e inteligente dos representantes da Nação, multiplas questões, todas de acentuada importancia para o progresso espiritual e material do povo brasileiro.

Não pode ser considerado excesso de otimismo a serena confiança com que encaramos a situação do país. Trabalhou-se com afinco e evidente proveito, seguindo normas preestabelecidas e de execução programada. Muito resta certamente por fazer. O Governo continuará, resolutos e persistentes, a cuidar da segurança e do progresso da Nação. Fazê-lo é seu dever, sem atemorizar-se com as dificuldades e os perigos que, de qualquer forma, possam ameaçar a integridade nacional.

Os brasileiros têm o direito de confiar nos homens que colocaram á frente dos seus destinos politicos.

Conjugando esforços, vencendo obstaculos, unindo-nos em defesa dos altos interesses nacionais e imprimindo a todos os nossos atos a firmeza das resoluções inspiradas no bem e pelo bem publico, sejamos sempre, e acima de tudo, brasileiros conscientes, cidadãos devotados á Patria e aos seus ideais de engrandecimento.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1936.

Getulio Vargas

INDICE

	PAGS.
INTRODUÇÃO.....	3
MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES.....	9
1 — <i>Organização Política</i>	11
Constitucionalização dos Estados.....	13
2 — <i>Segurança do Regime e Ordem Publica</i>	14
Aparelhamento Repressivo e Preventivo.....	16
Policia Civil.....	17
Policia Militar.....	19
Regime Penitenciario.....	19
Instituições Correcionais.....	20
Institutos Disciplinares.....	22
3 — <i>Cumprimento de Disposições Constitucionais</i>	23
Comissão Revisora.....	23
Codigo e Organização Judiciaria.....	24
4 — <i>Diversos Serviços</i>	27
Propaganda e Difusão Cultural.....	27
Imprensa Nacional.....	29
Arquivo Nacional.....	31
Deposito Publico.....	31
Trabalhos de Estatistica.....	32
Corpo de Bombeiros.....	32
Melhoramentos Materiais.....	33
Execução de Leis e de Decretos.....	36

	PÁGS.
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	43
Politica Continental.....	46
Demarcação de Fronteiras.....	50
Intercambio Comercial.....	53
Tratados de Comercio.....	57
Conferencia Sul-Americana de Meteorologia.....	59
Visita do Chefe do Governo ás Republicas Platinas..	60
Visitas illustres.....	61
MINISTERIO DA GUERRA.....	65
Disciplina e Politica.....	68
Organização Militar.....	69
Aparelhamento Material.....	70
Ensino e Instrução.....	71
Regiões Militares.....	72
Trabalhos de Engenharia.....	73
Aviação.....	73
Serviço Militar.....	75
Serviço de Saude.....	76
Serviço de Subsistencia.....	76
Serviço de Fundos.....	76
Outros serviços.....	77
MINISTERIO DA MARINHA.....	79
Ensino Naval.....	83
Manobras e Exercícios.....	83
Arsenais.....	84
Novos edificios para a Escola Naval.....	87
Aviação Naval.....	88
Correio Aéreo Naval.....	89
Marinha Mercante.....	89
Serviço de Saude.....	90
Trabalhos Hidrograficos.....	91
Tribunal Maritimo Administrativo.....	91
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA.....	93
I	
1 — Administração Geral.....	95
2 — Serviços de Educação.....	96
Atividades de Direção.....	96

	PÁGS.
Serviços escolares.....	100
Serviços extra-escolares.....	104
Estatística Educacional.....	107
3 — <i>Serviços de Saúde</i>	107
Atividades de Direção.....	107
Saúde Pública.....	108
Assistência Hospitalar.....	111
Serviços de Águas e Esgotos do Distrito Federal....	112
4 — <i>Cooperação Financeira da União</i>	115
Auxílio Federal aos Estados.....	115
Subvenção Federal às instituições particulares.....	116
5 — <i>Conselhos Técnicos</i>	117
II	
1 — <i>Atividades de Direção</i>	120
2 — <i>Educação</i>	120
Plano Nacional de Educação.....	120
Educação escolar.....	121
Educação extra-escolar.....	126
Estatística Educacional.....	128
3 — <i>Saúde</i>	128
Lei Federal de Saúde.....	128
Fundo Nacional de Saúde.....	129
Saúde Pública.....	130
Assistência Hospitalar.....	135
Amparo à Maternidade e à Infância.....	136
4 — <i>Ação Supletiva da União</i>	137
5 — <i>Conselhos Técnicos</i>	137
MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO.....	139
1 — <i>Ação Social</i>	141
2 — <i>Previdencia e Economia</i>	144
Seguros Privados e Capitalização.....	148

	PÁGS.
3 — <i>Organização e Defesa do Trabalho</i>	155
Movimento Sindical.....	156
Justiça.....	159
Fiscalização das Leis Sociais.....	166
Povoamento e Imigração.....	168
4 — <i>Industria e Comercio</i>	171
5 — <i>Estatística e Publicidade</i>	185
6 — <i>O Brasil nas Conferencias de Genebra e Santiago</i>	189
MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS.....	193
Recursos Financeiros Extraordinarios.....	196
Novo Edificio para a Secretaria de Estado.....	198
Estradas de Ferro.....	199
Eletrificação dos Transportes Ferroviarios.....	200
Estrada de Ferro Central do Brasil.....	201
Estradas de Rodagem.....	221
Portos, Trafego Maritimo e Navegação.....	225
Obras contra as Secas.....	258
Correios e Telegrafos.....	262
Aeronautica Civil.....	266
Serviço de Iluminação.....	270
MINISTERIO DA AGRICULTURA.....	273
I	
1 — <i>Ensino</i>	279
Vulgarização Tecnica.....	281
Custo e Eficiencia.....	282
2 — <i>Pesquisa e Experimentação</i>	284
3 — <i>Defesa Sanitaria</i>	294
4 — <i>Fomento da Produção</i>	300
Execução dos Serviços de Fomento.....	306
5 — <i>Organização e Defesa da Produção</i>	316
Estatística da Produção.....	317
Defesa da Produção.....	318
Conferencia Nacional Algodoeira.....	320

	PÁGS.
1 — <i>Ensino</i>	327
<i>Vulgarização Técnica</i>	330
2 — <i>Pesquisa e Experimentação</i>	331
3 — <i>Defesa Sanitaria</i>	334
4 — <i>Fomento da Produção</i>	336
5 — <i>Organização e Defesa da Produção</i>	340
MINISTERIO DA FAZENDA.....	351
1 — <i>Situação Economica</i>	353
<i>Comercio Exterior</i>	357
<i>O Comercio Exterior de outros Países</i>	363
<i>Comercio de Cabotagem</i>	368
<i>Café</i>	371
<i>Algodão</i>	380
<i>Frutas de Mesa</i>	384
2 — <i>Situação Financeira</i>	388
<i>Balanço Financeiro</i>	398
<i>Nova Divisão Tributaria</i>	405
<i>Divida Interna Fundada</i>	408
<i>Divida Flutuante</i>	409
<i>Divida Externa da União</i>	411
<i>Divida Externa dos Estados</i>	415
<i>Politica Cambial</i>	419
<i>Formação do Lastro Ouro</i>	425
3 — <i>Situação Bancaria</i>	427
<i>Banco do Brasil</i>	427
<i>Caixa de Mobilização Bancaria</i>	432
<i>Movimento Bancario Nacional</i>	433
4 — <i>Administração Fazendaria</i>	436
<i>Rendas Internas</i>	438
<i>Rendas Aduanciras</i>	441
5 — <i>Outros Serviços</i>	443
<i>Conselho Federal do Comercio Exterior</i>	443

	PAGS.
Comissão de Reforma Economico-financeira.....	445
Comissão Central de Compras.....	446
CONCLUSÃO.....	449
Atualidade Política.....	451
Segurança Nacional.....	453
Defesa do Regime.....	457
Ação Educacional.....	460
Organização Economica.....	464
Credito Agricola.....	465
Amparo á Produção.....	468
Banco de Resseguro.....	470
Serviços Publicos.....	472
Economia e Finança.....	475
Politica Exterior.....	480